

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

**GESTÃO PARTICIPATIVA E POLÍTICA SUBSTANTIVA:
duas formas de ação política coexistentes em Ibiraquera
(Imbituba/Garopaba – SC).**

DANIEL BAMPI ROSAR

Florianópolis, junho de 2007.

DANIEL BAMPI ROSAR

**GESTÃO PARTICIPATIVA E POLÍTICA SUBSTANTIVA:
duas formas de ação política coexistentes em Ibiraquera
(Imbituba/Garopaba – SC).**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof. Dra. Karen Follador Karam

FLORIANÓPOLIS
2007

FICHA CATALOGRÁFICA

Rosar, Daniel Bampi

Gestão participativa e política substantiva: duas formas de ação política coexistentes em Ibiraquera (Imbituba/Garopaba – SC) / Daniel Bampi Rosar. – Florianópolis, 2007.

118 f. : il., grafs., tabs.

Orientadora: Karen Follador Karam

Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.

Bibliografia: f.103-111

1. Democracia participativa - Teses. 2. Agenda 21 - Teses. 3. Relações políticas - Teses. 4. Pescadores/agricultores - Teses. I. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

DANIEL BAMPI ROSAR

GESTÃO PARTICIPATIVA E POLÍTICA SUBSTANTIVA: DUAS FORMAS DE AÇÃO POLÍTICA COEXISTENTES EM IBIRAQUERA (IMBITUBA/GAROPABA – SC).

Dissertação aprovada em 28/06/2007, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Karen Follador Karam
Orientadora

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Sandro Luis Schlindwein
Presidente (UFSC/CCA)

Prof. Dr. Ademir Antonio Cazella
Membro (UFSC/CCA)

Prof. Dr. Sérgio Leite G. Pinheiro
Membro (Epagri)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell
Membro (UFSC/CFH)

Prof^a. Dr^a. Marília Terezinha Sangoi Padilha
Coordenadora do PGA

Florianópolis, 28 de junho de 2007.

AGRADECIMENTOS

Havia pensado em deixar essa parte de lado. Medo de cometer alguma injustiça com alguém que com certeza deveria ser agradecida e que por algum lapso esqueci. Mas, percebi que deixar de agradecer pessoas que foram fundamentais nesse curso, seria uma injustiça ainda maior. Então, aí vai!

Quero agradecer ao meu pai, minha mãe e minha irmã, por uma infinidade de coisas que seriam impossíveis se serem escritas. Da mesma forma a Gabi, no caso dela um agradecimento especial pela paciência nos últimos meses de escrita.

Sou imensamente grato à Prof. Dra. Karen Karam que me orientou nesse processo, e principalmente por sua compreensão e/ou tolerância.

Agradeço a minha “família” do Córrego: André, Arlindo e Pati. E, a minha “família” da Fortaleza: Blumenau, Fabi, Vanessa, Renato, Tuca e seus filhos.

Não poderia deixar de mencionar o pessoal de Ibiraguera. Faço isso em nome da Cidinha, grande liderança do processo participativo e, de S. Anastácio, que além de ser o principal representante da autoridade tradicional, é um dos maiores professores em minha vida.

Também foram fundamentais os colegas do NMD, aos quais agradeço através de seu coordenador, Prof. Dr. Paulo Vieira. Deveria mencionar um por um, pois qualquer reflexão que faça sobre o Projeto Ibiraguera, tem a co-autoria das intensas discussões com esse grupo de trabalho. Não faço isso porque foram tantos que já passaram pelo “núcleo” que fatalmente esqueceria pessoas. De qualquer forma não posso deixar de mencionar pelo menos três destes amigos: Rodrigo, Guilherme e Betão.

Do mestrado gostaria de agradecer aos colegas pelo companheirismo; aos professores que em sala de aula compartilharam seus conhecimentos; aos professores que fora de sala de aula concederam sua atenção e amizade; e a Janete que tantas vezes me livrou de enrascadas que constantemente acabava envolvido pela falta de habilidade em lidar com trâmites burocráticos.

E, sou grato mais uma vez ao Blumenau e Bárbara pelas ajudas com a finalização deste texto.

Na seara da academia, muitos foram importantes para que eu pudesse gostar dela e, ainda, realizar um curso de mestrado. Estes eu agradeço através da Prof. Dra. Maria José Reis, grande mestra e incentivadora que eu ingressasse neste programa de pós-graduação.

Por fim, ao Cnpq pela bolsa de mestrado durante 24 meses.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA COMO FORMA DE AÇÃO POLÍTICA	22
1.1 POLÍTICA E PODER NA SOCIEDADE: O PAPEL DO ESTADO	22
1.2 A AÇÃO POLÍTICA NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	24
1.3 POLÍTICA SUBSTANTIVA	31
1.4 GESTÃO INTEGRADA E PARTICIPATIVA DOS RECURSOS NATURAIS COMO FORMA DE AÇÃO POLÍTICA DO PROJETO IBIRAQUERA	37
2. IBIRAQUERA, O LUGAR DE UM PROJETO.....	42
2.1 O POVO DO LUGAR	45
2.2 OS NATIVOS/ESTABELECIDOS	50
3. ESTRUTURA DE POLÍTICA SUBSTANTIVA EM IBIRAQUERA.....	59
3.1 SISTEMA DE COMUNICAÇÃO TRADICIONAL	60
a) <i>Sociedade de interconhecimento</i>	61
b) <i>Espaços de convívio social</i>	66
3.2 HIERARQUIAS E AS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO	68
a) <i>Grupos familiares</i>	69
b) <i>Sistema econômico</i>	71
c) <i>Big Man</i>	76
d) <i>Conhecimento</i>	80
4. ESTRUTURA DE POLÍTICA PARTICIPATIVA EM IBIRAQUERA	82
5. DISCUSSÃO FINAL.....	90
5.1 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A POLÍTICA SUBSTANTIVA E A POLÍTICA PARTICIPATIVA	90
5.2 POLÍTICA SUBSTANTIVA NO CONTEXTO DO PROJETO IBIRAQUERA	93
5.3 REFLEXÕES FINAIS	98
BIBLIOGRAFIA	103
ANEXO I.....	112

LISTA DE SIGLAS

ASPECI – Associação dos Pescadores de Ibiraquera

CNUMAD-92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau

NMD/UFSC – Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Catarina

PGA – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas

PT – Partido dos Trabalhadores

SC – Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Localização de Ibiraquera.....pg. 16
- Figura 2 – Localização da Lagoa de Ibiraquera em relação a Florianópolis, e sua dimensão comparada a Lagoa do Peri e Lagoa da Conceição (Fonte: Google Earth, 15-08-2005).....pg. 42
- Figura 3 – Vista geral da Lagoa de Ibiraquera (Fonte: Google Earth, 15-08-2005).....pg. 44

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 - Quadro comparativo dos três tipos puros de dominação segundo Weber (2006).....pg. 35
- Tabela 2 - Quadro construído por Freitas (2005, p. 104) definindo o que considera as principais características das normas locais e legais.....pg. 71
- Tabela 3 - Quadro comparativo entre as duas formas de ação política estudadas em Ibiraguera.....pg. 93

RESUMO

Este trabalho versa sobre a dinâmica participativa – orientada na democracia participativa – e, as relações sociais do grupo participante, o que compõem um fazer político nas relações cotidianas – aqui chamado de política substantiva. Seu objetivo é constatar se há duas formas distintas nestas práticas políticas e, apresentar algumas relações possíveis entre elas. O campo estudado foi o de um projeto – intitulado Projeto Ibiraguera – desencadeado pelo Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Catarina, que procura construir estratégias de ecodesenvolvimento junto à população situada no entorno da Lagoa de Ibiraguera, litoral sul de Santa Catarina, divisa dos municípios de Garopaba e Imbituba. Procurando uma gestão integrada e participativa dos recursos naturais, foi constituído o Fórum de Agenda 21 local de Ibiraguera como instância oficial de participação social. Esta pesquisa foi realizada através de um estudo de caso, onde o autor sistematizou as investigações que realizou sobre o tema, baseado em observação participante e dados obtidos em outras pesquisas de que participou. Os resultados apresentados são produtos de um envolvimento que o autor teve na sua participação neste projeto, com formas e intensidades variadas, desde o ano de 2002 até o momento em que se encerra essa dissertação. Durante o percurso da investigação, o autor identificou um sistema de comunicação baseado nas relações próximas, de amplo conhecimento mútuo e o convívio em espaços comuns (ranchos de pesca, bares, etc.), como formador de “visões de mundo” e decisões coletivas. E, um sistema de hierarquia determinado pelas relações familiares, econômicas e de conhecimento. Por outro lado, o processo participativo propõe uma democratização das relações políticas, em sintonia com um processo de modernização, e a normatização dessas relações em estatutos. Isso não significa que elas acontecem de forma estanque, e o que pode ser constatado é que nessa coexistência há também uma correlação, onde uma acaba interferindo na prática da outra, de forma que não é possível dissociá-las em formas puras. Geralmente as relações de política substantiva, aparecem na literatura associadas com processos que devem ser superados, como clientelismo, autoritarismo e hierarquias. Isso corresponde numa ausência de modelos teóricos que dêem conta de integrar as duas dinâmicas, analisando além desses aspectos negativos, outros que possam ser interessantes para as experiências de democracia participativa. Partindo do pressuposto de que os grupos participantes já têm uma articulação interna das relações sociais, o autor acredita que a eficiência e legitimidade de um processo participativo aumenta caso ele passe a considerar a política substantiva, ao invés ignorá-la, ou mesmo, combatê-la.

ABSTRACT

This thesis is concerning participatory dynamics - oriented by the participatory democracy - and the social relations of the participant group, what integrates one policy making in the quotidian relations – here called substantive policies. It aims at verifying if there are two different ways in these political practices and presenting some possible relations between them. The focus is the Projeto Ibiraquera, conducted by the Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento of the Universidade Federal de Santa Catarina. The aim of this project is to create eco-development strategies with a population located around Lagoa de Ibiraquera, in Santa Catarina southern coast. In order to look for an integrated and participatory management of natural resources, it was established, as official participatory instance, Ibiraquera's local Agenda 21 Forum. This research was carried out through a case study, in which the author systemized the investigations about this subject based on participatory observations and data collected from other researches. The results are products of different involvement forms and intensities that the author had in his participation along with the project since 2002, and until the end of this thesis. During the research, the author identified, as a “world view” former, a communication system based on proximity relationships, wide mutual knowledge, and co-existence in common spaces (fishing ranch, clubs, etc.). He also detected a hierarchical system determined by familiar, economic and knowledge relationships. On the other hand, the participatory process proposes a democratization of the political relationships, including the modernization and standardization of relations in statutes. This does not mean that they happen to an inflexible way, and what can be evidenced is that in this coexistence there is a correlation where one can have interference over the practice of the other, by becoming impossible dissociate them in pure ways. Generally, the relations of substantive policies appear in the literature associated to the processes that must be surpassed, like clientelism, authoritarianism and hierarchies. This reflects an absence of theoretical models that integrate these two dynamics, and can make analysis that go beyond these negative aspects, including others factors that can be interesting for the experiences of participatory democracy. The author, starting from the idea that the participant groups already have an internal articulation of social relations, believes that the efficiency and legitimacy of the participatory process will increase if they start to considerate the substantive policies, instead of ignoring or attacking them.

INTRODUÇÃO

Desde o início de 2005 até meados de 2007, período em que estive como aluno no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PGA), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), passei a sistematizar uma série de reflexões que vinha realizando sobre processos de participação social, resultando nesta dissertação. Vislumbro, com isso, contribuir para a construção do conhecimento que cerca o tema do Desenvolvimento Rural Sustentável, mais especificamente da modalidade territorial, onde a participação dos atores locais é assunto recorrente.

A partir da análise de um processo desencadeado pelo Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFSC (NMD/UFSC), no litoral Sul de Santa Catarina (SC), procurei entender como acontece a articulação entre uma dinâmica fundada em preceitos da democracia participativa e as relações sociais que formam a política cotidiana na população – *política substantiva* – de agricultores/pescadores abrangida pelo projeto do NMD/UFSC.

A forma como se comportam os indivíduos em sociedade, seus direitos e deveres, há muito tempo é objeto de reflexões que buscam entender o processo dessas relações, que são políticas. Em especial as alternativas para gestão dos recursos, materiais e imateriais, visando o bem comum, têm resultado em extensos debates por parte daqueles que buscam delimitar os parâmetros teóricos e suas ações práticas.

Entendo a política como a dinâmica de poder existente entre indivíduos e/ou grupos sociais. Ao curso da história já houve diversas conformações nos arranjos e nas regras do jogo de poder. Isso caracteriza um movimento constante e inacabado, gerando freqüentes transformações nas relações sociais que dão corpo às estruturas políticas. A manifestação disso pode ser sentida em todos os níveis sociais, indo desde as relações indivíduo-indivíduo até a sociedade global.

As sociedades, nas escalas de tempo e espaço, experimentaram diversas organizações políticas, das mais distributivas às mais concentradoras de poder. Com o início da formação da mentalidade do mundo contemporâneo, a construção da modernidade a partir do Renascimento, passou a ocorrer uma tendência mundial de criação de Estados-nação. Através de uma idéia de pacto social, os indivíduos deveriam outorgar poder para esses Estados que zelariam pelo bem comum. Neles estariam concentradas tanto as pessoas com competência para governar como as para gerenciar e planejar as ações técnicas. Novamente surgiram várias formas de governo para esses Estados. Mas, desde então, a política passou a ser tratada preferencialmente como as relações com os Estados.

Atualmente, a forma de governo mais difundida, com pretensões hegemônicas, é a democracia. Em essência ela carrega a idéia de que o poder emana do povo, portanto é o governo de todos. Muitas interpretações têm sido dadas a esse conceito, sendo que na prática podem ser vistas situações até antagônicas que usam esse mesmo termo como referência. Na Constituição brasileira está definido que vivemos uma democracia, com características representativas. A adjetivação da democracia com a palavra representativa segue o argumento de que as sociedades atuais, pela dimensão e complexidade, não comportam uma participação direta de todos os cidadãos nas decisões do Estado. Como alternativa, os cidadãos designam representantes de seus interesses, elegendo-os através do voto.

Na literatura especializada de diversas áreas, desde a ciência política, mas também a ambiental e socioeconômica, tem sido recorrente a idéia de que vivemos um momento de crise. Considero a crise como um fenômeno de ruptura, onde aquilo que existia não se sustenta mais, mas ainda não há nada de novo acabado para substituir. É assim que tem acontecido no campo político. As bases do sistema atual, a certeza científica e a credibilidade nas instituições estão desaparecendo, assim como suas fragilidades começam a se evidenciar.

Nessa atual conjuntura algumas alternativas começam a ganhar força, dentre elas a idéia da democracia participativa. Tão polissêmica quanto o conceito de democracia, ela carrega uma série de modalidades de estratégias diferenciadas e que podem ser assim categorizadas. Em síntese, é uma espécie de democracia que coexiste com a representativa, mas procura formas que possibilitem a participação direta dos cidadãos em determinadas situações. Os níveis de sua atuação também podem variar do local ao planetário. Isso tem nutrido um extenso debate sobre as formas de gestão participativa, ou participação social.

Sob o imenso escopo trazido pela idéia de participação, que pode ser sentido na diversidade de modalidades empregadas para tanto, visando o envolvimento de um maior número de atores sociais na delimitação e aplicação das estratégias de gerenciamento do bem comum, os mais variados grupos sociais têm sido abrangidos. Situação que não tem sido diferente com as comunidades rurais. Alguns programas governamentais, ou mesmo da sociedade civil organizada, de viés participativo, são diretamente ou tangencialmente direcionados a esses grupos ou territórios rurais.

A região *locus* deste estudo, situada no litoral catarinense, apesar de estar em um processo intenso de transformação pelo turismo, ainda mantém algumas características do grupo social ali pré-existente, eminentemente rural, com especificidades da sua localização numa zona litorânea. Partindo de uma concepção da gestão do ambiente, construída conjuntamente entre os diversos atores de implicação na região, de forma a garantir a permanência das condições

de reprodução social dos antigos moradores, bem como a conservação da natureza, ali têm sido desencadeados alguns processos de participação social capitaneados por um Fórum de Agenda 21 local.

Alguns espaços oficiais foram criados para buscar uma articulação entre os diversos interesses e conflitos, além de procurar um arranjo entre as bases de produção econômicas tradicionais (agricultura e pesca) com as possibilidades apresentadas pelo turismo, direcionando a região para um ecodesenvolvimento. Dessa forma está configurado um processo que pode ser enquadrado dentro do que tem sido tratado na literatura como participação social. Este é o universo de interações que estudei, buscando focar menos os aspectos organizativos e mais a relações sociais envolvidas, o que estou chamando de *política substantiva*.

Atualmente as experiências de participação social estão sendo largamente difundidas, no entanto elas ainda são muito incipientes. Para isso não existe nenhum modelo pronto, apesar de que muitas metodologias começam a ser definidas. Os processos que vêm sendo desencadeados acontecem com inúmeros problemas que precisam ser solucionados constantemente. É preciso ainda definir muitos aspectos teóricos e metodológicos acerca de como contemplar a participação dos indivíduos nos processos de decisão coletivos.

Uma crescente pressão por parte da sociedade, em especial os movimentos sociais, bem como a constatação por parte das autoridades da ineficiência e do desperdício de recursos, faz com que haja cada vez mais posicionamentos em favor da participação das pessoas nos processos de decisão, planejamento e execução das políticas públicas. Essa é uma expressão da gestão participativa da qual hoje em dia há poucos opositores. Com ela se pretende trazer as etapas dos projetos públicos para mais perto dos locais onde acontecerão, e assim envolver os agentes da região.

Isso tem gerado novas formas de governança que envolvem, além do setor público, o setor privado e a sociedade. Estão sendo pensadas e constituídas estruturas que têm desde um caráter consultivo até o deliberativo, com participação em todas as etapas do planejamento e desenvolvimento das ações. O alcance espacial também varia do local ao nacional. Essas instituições criadas para comportar as dinâmicas participativas apresentam uma grande diversidade organizacional. E os motivos em torno do qual se concentram as discussões ocupam um largo espectro.

Quase que invariavelmente essas iniciativas iniciam pela chamada “organização” do grupo participante. Isso pode significar a formalização de relações através da normatização das regras de participação, muitas vezes pela criação de um estatuto. Tem por trás disso uma

concepção de que os grupos sociais estão “organizados” quando agem de acordo com uma instituição que os represente. De certa forma o que está se fazendo é institucionalizando-se as relações sociais segundo as quais deve ocorrer a participação.

As dinâmicas locais que definem o sentido de grupo, as pessoas, as relações de poder, de solidariedade, as formas como são tomadas as decisões, enfim, toda uma lógica de política já presente costuma ser ignorada. Muitas vezes estas características substantivas, das relações políticas dos grupos que são envolvidos nesses processos participatórios, são combatidas. Ao mesmo tempo as lideranças que procuram organizar os processos participativos se vêem às voltas com tentativas de melhorar a qualidade e quantidade da participação, que em parte emperram na política substantiva.

Para entender um pouco mais esses fenômenos que decidi estudar, parti de um estudo de caso, no processo desencadeado pelo NMD/UFSC, intitulado *Projeto Ibiraquera*. Ele vem sendo realizado no entorno da Lagoa de Ibiraquera, situada no litoral Centro-Sul de Santa Catarina (Figura 1).

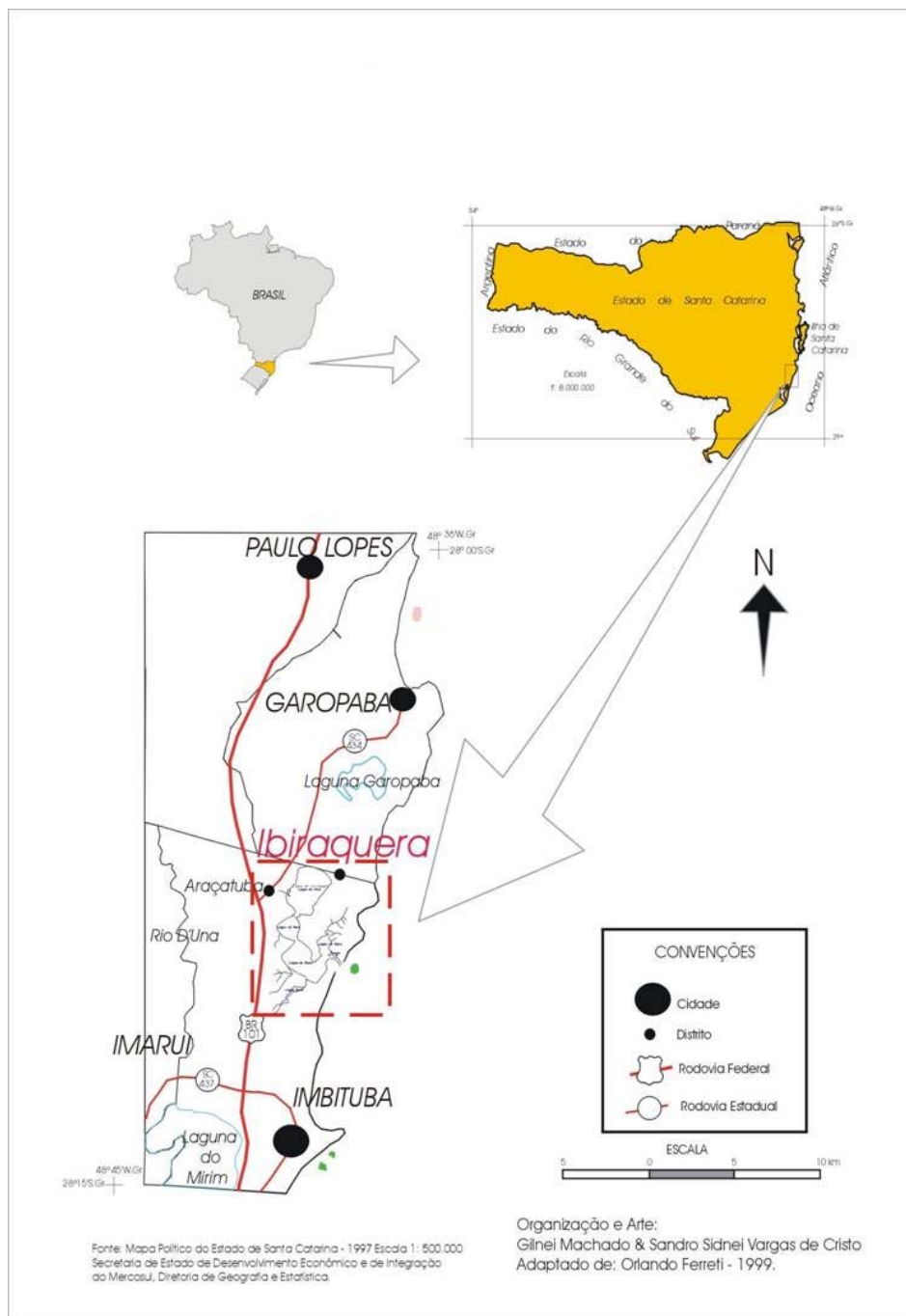


Figura 1 – Localização de Ibiraquera

O Projeto Ibiraquera busca a construção de um plano de ecodesenvolvimento para a região. Ele tem a participação social dos moradores da região, partindo de uma organização institucional que resultou na criação de um Fórum de Agenda 21 local, como principal espaço para planejamento e ação nessa direção. Desta forma, sob a égide do conceito de *gestão participativa e integrada dos recursos naturais*, e também das formulações teóricas do desenvolvimento territorial, uma equipe de acadêmicos tem se relacionado com as populações que vivem nas redondezas da Lagoa de Ibiraquera, numa perspectiva de pesquisa-ação.

Sendo uma região historicamente rural, sediada em um local com paisagens que estão sendo bastante conhecidas como atrativos turísticos – a própria Lagoa de Ibiraquera, a Praia do Rosa e outras – o modo de vida, bem como os usos do espaço, estão em um crescente processo de mudanças. Este cenário social, onde procurei estudar as relações políticas substantivas, apresenta uma complexidade pela coexistência de um grupo social pré-existente, com vínculos geracionais ao lugar, e outros que passaram a procurar Ibiraquera e praias. Sendo que foi na articulação social dos moradores mais antigos (os *nativos*), em seu modo de relacionar-se, que busquei os elementos para minha reflexão.

O objetivo geral desta pesquisa é o de compreender as relações de coexistência e interação entre um processo formal de participação social, desencadeado pelo Projeto Ibiraquera, com a constituição de instituições participativas, e o sistema de relações sociais dos *nativos*, que imprimem uma dinâmica política substantiva ao processo.

A principal motivação para esta pesquisa foi uma inquietação pessoal, de quem há algum tempo já vinha trabalhando em processos de participação social, sobre por que uma organização participativa não busca espelhar, em sua estrutura funcional, o modo como se articulam as relações sociais do grupo que pretende representar. Também procuro entender alguns motivos para a baixa participação da população em geral, o que se torna evidente para aqueles que trabalham incentivando esses processos.

Por outro lado pretendo com esta pesquisa contribuir na discussão do assunto, enriquecendo o debate com as questões da política substantiva, que pouco é citado na literatura sobre gestão participativa, e quase nunca é trabalhado mais profundamente.

Essa motivação se torna ainda mais relevante considerando o cenário onde realizei a pesquisa. Contextualizando a situação na dinâmica de um modo de vida comunitário, característico de populações rurais, que se encontra em intensa transformação com a modernização das relações, pude estudar um campo privilegiado para entender o processo de formação de novas ruralidades. Desta forma, acredito estar contribuindo na elaboração teórica, dentro do campo do desenvolvimento rural, das implicações dessas forças modernizantes (onde a participação social é apenas um elemento) na cultura política local.

E, ainda, como este é um estudo de caso que traz elementos de uma realidade específica, onde o processo continua se desenrolando, acredito poder auxiliar trazendo à tona alguns fenômenos que poderão ser considerados. Espero no mínimo prover material para a reflexão das pessoas envolvidas no Projeto Ibiraquera.

A questão central, sobre a qual prossegui minha pesquisa, foi se existem duas dinâmicas distintas, uma formal/institucional e outra substantiva, na política relacionada ao projeto Ibiraquera? Em seguida, procurei construir um entendimento da relação existente entre elas.

A abordagem que procurei dar a essa questão foi focada nas micro-relações sociais de viés culturalista. Numa perspectiva interpretativa, busquei o sistema de significados que circundava o contexto empírico explorado no estudo.

Considerando também qual a finalidade deste trabalho científico, que faz parte de um processo mais amplo com outras pesquisas associadas a estratégias de ação, busquei construir um arcabouço teórico com ligação direta a uma prática.

Mas a qualidade de uma pesquisa aplicada representa uma função da qualidade que caracteriza o contexto de pesquisa teórica situado a montante, da mesma forma que a pesquisa teórica sobre tais questões só faz sentido se estiver articulada à pesquisa aplicada, visando a resolução de problemas concretos (Weber, 1997, p. 118).

Um cuidado que procurei ter é o de encontrar a nuance entre uma pesquisa engajada e a autonomia do pesquisador e do campo científico ao qual pertencço. Procurando “*escapar à alternativa da ‘ciência pura’, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da ‘ciência escrava’, sujeita a todas demandas político-econômicas*” (Bourdieu, 2004, p. 22).

Com relação à metodologia, acredito ser preciso situar duas coisas, os métodos usados, e o que é menos habitual, de onde foi realizada esta pesquisa. Isso significa entender o pesquisador como um sujeito que, em interação com o meio pesquisado, registra suas percepções acerca dos fenômenos que serão analisados, e não como um observador inócuo que capta uma realidade. O que diferencia este indivíduo de um observador qualquer é seu preparo teórico-metodológico, e o objetivo da investigação. Desta forma, primeiramente pretendo explicitar o ponto onde estou no processo de pensar/buscar informações/escrever que compõe o ato da pesquisa, seguido da apresentação das técnicas de pesquisa em si.

Como apresenta Thomas Kuhn (1982), a ciência é feita por pessoas e, como tal, estão inseridas em um contexto social e culturalmente construído. Isso embute uma série de valores, e outras *incomensurabilidades do trabalho científico*, tanto de ordem individual quanto do campo de aceitação científica no qual o conhecimento em questão será produzido.

Da mesma forma, Maturana (1997) enfatiza que “*tudo é dito por um observador*” (p. 53) e, sobre a importância da contextualização do cientista no fazer ciência, coloca que:

o poder da ciência repousa exatamente em sua natureza dependente do sujeito, que nos permite lidar com um domínio operacional no qual ele existe. [...] Portanto, uma vez que pretendo dar uma descrição

científica do observador como um sistema capaz de fazer descrições (linguagem), preciso assumir como meu ponto de partida que a natureza da ciência é dependente do sujeito (p. 125).

Considerando que o “observador” neste caso sou eu mesmo, faço uso da 1ª pessoa na escrita deste estudo. Nesta direção procuro contextualizar o “ponto” de onde construí as considerações resultantes deste esforço de pesquisa.

Desta forma, é importante considerar a conjuntura do Projeto Ibiraguera como um elemento facilitador: (a) a partir do momento em que através dele a inserção entre os habitantes é acelerada pela rede de contatos já estabelecida; (b) pelas experiências adquiridas e conhecimentos já construídos sobre a situação; e (c) pela infra-estrutura já existente que lhe dá suporte e pode ser usada pelas novas pesquisas. Por outro lado ele é um gerador de vieses¹, com o qual eu, como pesquisador, situado no contexto, tive de aprender a lidar.

A definição do meu tema de pesquisa, e ainda, a variação na intensidade e qualidade da interação com o campo, é resultado da participação nesse processo de pesquisa-ação. Nessa situação, minha identificação na região era de um universitário que estava relacionado a um movimento político específico, e assim todos se relacionavam comigo. No entanto, nos últimos momentos de construção destas análises, afastei-me do projeto, e com isso, acredito ter conseguido certa autonomia nas reflexões apresentadas.

Desde 2002 estou envolvido com o Projeto Ibiraguera, onde tenho participado de atividades das organizações sociais, na organização de eventos, colaborando na construção de instituições, na realização de pesquisas, na produção de material de vídeo e fotografia e, em algumas ações de militância socioambiental.

Durante meu trajeto de envolvimento no Projeto Ibiraguera, as circunstâncias referentes à participação social sempre exerceram especial interesse para meu foco de atenção. Como já trabalhava há algum tempo junto a outros processos dessa natureza, e trazia várias reflexões e

¹ Dentro da perspectiva dos vieses gerados, é importante ressaltar que o Projeto Ibiraguera é um projeto universitário e, que a pesquisa-ação tem sido aplicada como recurso metodológico. Para Thiollent (1996) há diferenças entre a pesquisa-ação e a pesquisa participante. A pesquisa-ação vai além da participação. Os principais aspectos da estratégia metodológica da pesquisa-ação são resumidos por ele nos seguintes itens: “(a) ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada; (b) desta interação resulta a ordem de prioridades dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas na forma de ação concreta; (c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação; (d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada; (e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação; (f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados” (p.16).

dúvidas sobre o tema, desde o início da relação com Ibiraquera observo e tenho registrado material empírico para essas questões.

Nesse processo de pesquisa busco algumas bases metodológicas na antropologia. Ela dedica uma significativa atenção à pesquisa de campo que, segundo Peirano (1992), é considerada por excelência o método da disciplina, o rito de passagem na formação do especialista e a técnica da coleta de dados. O trabalho antropológico, como propõe Roberto Cardoso de Oliveira (2000), é um exercício que envolve olhar, ouvir e escrever.

O trabalho do antropólogo é situar-se entre o exótico, para isso deslocando seu senso de familiaridade até perceber a lógica do diferente, tornando isso também familiar. A isso Geertz (1989) atribui os seguintes conceitos: “ver as coisas do ponto de vista do ator”, “a abordagem *verstehen*”, “análise êmica”. Para ele, o antropólogo faz “*formulações dos sistemas simbólicos de outros povos ... orientadas pelos atos*” (p. 24-25), destacando que não é apenas de *outros povos*.

A construção etnográfica de Geertz resulta no que ele chama de uma “descrição densa”. Isso está além do simples relato das situações observadas em campo, é preciso buscar o significado das relações estabelecidas no local, articulando-as ao referencial teórico, que também oferece o substrato para a análise.

A *observação participante* tem acompanhado, por excelência, a etnografia como seu método para obtenção e reflexão dos dados empíricos. Ela foi definida e sistematizada primeiramente por Malinowski (1978), em seu clássico estudo *Argonautas do Pacífico Ocidental*, publicado primeiramente em 1922. Na sua introdução estão contidos os princípios fundamentais desta inovação metodológica, sobre os quais a disciplina da antropologia desde então se desenvolve.

Por considerar o material de análise do etnógrafo ser de natureza “*extremamente enganosa e complexa*”, pois encontra-se na “*memória e comportamento de seres humanos*”, e frequentemente bastante distintos dos resultados finais apresentados pelas análises do pesquisador, julga ser importante a demonstração da familiaridade do autor e das condições de obtenção das informações. “*Uma breve apresentação acerca das tribulações de um etnógrafo ... pode trazer mais luz à questão do que qualquer argumentação muito longa e abstrata*” (p. 19). Essa preocupação de Malinowski em esboçar as condições sob as quais o indivíduo/pesquisador realiza seu trabalho de campo tornou-se mais evidente com a publicação, por sua esposa após ele já haver morrido, de seus diários de campo (Malinowski, 1997).

Na procura por entender a situação que decidi estudar, fui registrando e organizando os fenômenos que me permitiram refletir a esse respeito. Este é um processo onde, segundo Malinowski, “na prática, a comparação dos diversos dados assim obtidos, a tentativa de reuni-los num todo coerente, revela muitas vezes lacunas e falhas na informação que nos levam a novas investigações” (p. 25). Dessa forma, na tentativa de responder as perguntas que eu me propunha, relativas aos processos participativos que acompanhava, novas perguntas iam surgindo, o que levava à busca de outras explicações teóricas, bem como de novos fenômenos empíricos que corroborassem com as explicações/interpretações.

Como minhas preocupações com o tema desta pesquisa são bastante anteriores ao meu contato com o campo deste estudo, desde minha primeira inserção no Projeto Ibiraquera venho juntando leituras e situações vividas em campo, para entender melhor essa problemática. Pensando assim, estas páginas aqui escritas são um esforço de síntese das reflexões no ponto em que se encontra esse *continuum*.

Por fim apresento a ordem em que está estruturada esta dissertação.

No primeiro capítulo discuto a democracia participativa, que é o contexto conceitual mais amplo onde está inserida minha temática de estudo. Começo discutindo os conceitos de poder, política e democracia. Na parte seguinte, apresento alguma discussão encontrada na literatura acerca da idéia de participação social. Em seqüência, procuro construir a idéia de política substantiva. E, na última parte desse capítulo, faço uma breve apresentação do conceito de *gestão integrada e participativa dos recursos naturais*, que orienta o Projeto Ibiraquera.

O segundo capítulo, onde procuro contextualizar o *locus* deste estudo, está dividido em duas partes: a) apresento o lugar em si; b) discuto sobre a população que vive em Ibiraquera.

No terceiro capítulo, faço uma descrição dos fenômenos que considere relevantes para demonstrar uma dinâmica política substantiva em Ibiraquera. Realizo isso em dois eixos: o sistema de comunicação tradicional e as hierarquias e as relações de dominação.

Trato no quarto capítulo do Fórum de Agenda 21 local de Ibiraquera, instituição constituída para servir como espaço de participação, onde a comunidade local, representada por suas instituições, deve definir os rumos para o ecodesenvolvimento.

O quinto e último capítulo é uma discussão sobre os elementos alcançados por essa pesquisa. Divide-se num resumo comparativo entre a política substantiva e a política participativa, uma junção analítica entre a política substantiva e o processo de participação social institucional e, algumas reflexões gerais do contexto amplo da participação social.

1. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA COMO FORMA DE AÇÃO POLÍTICA

O processo no qual realizei meus estudos, desencadeado pelo Projeto Ibiraguera, está inserido num campo teórico mais amplo, junto a uma constelação teórica que se desenvolve sob o conceito de democracia participativa. Transitam por esse meio conceitos como: política, poder, democracia, participação social e gestão participativa. É sobre tais temas, na forma como eles são apresentados na literatura, pensando suas implicações para meu foco de análise, que escrevi este capítulo.

1.1 Política e poder na sociedade: o papel do Estado

Quando procuramos entender o que é política podemos fazer isso sob alguns enfoques. O primeiro é o que diz respeito às relações entre indivíduos e grupos sociais. Aqui tratamos especificamente das relações de poder, onde estão situados os direitos e deveres. Conforme Bobbio (2000) afirma, “*o conceito de política, entendido como forma de atividade ou práxis humana, está estreitamente ligado ao conceito de poder*” (p.160).

Vale ressaltar que esse poder não é algo imanente à natureza de cada indivíduo, mesmo que muitas vezes possa parecer. “*O poder não possui suporte transcendente: sua origem, sua forma, seu conteúdo, seu exercício são sociais e históricos*” (Chauí, 2006, p. 277). Talvez aconteça de, por interesses próprios, algumas pessoas buscarem a naturalização das relações de poder.

Outro ponto de vista comum para a discussão da política é em relação ao Estado. Historicamente a política tem sido tratada na relação dos segmentos sociais com o Estado, e é frente a ele que as iniciativas de participação cidadã têm se colocado primeiramente. Novamente é importante desnaturalizar a concepção de Estado, pois como demonstra Chauí (2006) ele também é resultado de construção humana. E mesmo as formas como o Estado se organiza podem ser tão múltiplas quanto a imaginação das pessoas.

O Brasil tem como forma de governo um Estado democrático, sendo a democracia representativa a modalidade por aqui empregada e que está disposta na Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...]

Parágrafo único. Todo poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Etimologicamente o conceito de democracia vem da junção dos termos *krathós*=poder e *demos*=povo. Esse conceito de democracia remonta à Grécia antiga, onde os filósofos o entendiam como a participação dos cidadãos nas decisões políticas da pólis. Naquele momento todos os que eram considerados cidadãos participavam, por isso chamamos esse fenômeno de ‘democracia direta’. Atualmente estamos situados em uma ‘democracia representativa’, onde não mais todos participam das decisões políticas, mas todos têm o direito de se candidatar e eleger quem decide.

No seio da democracia representativa é que nasce a necessidade da participação mais ativa e direta dos cidadãos, principalmente nas decisões próximas ao seu lugar de vida. Diante da ineficiência das políticas públicas definidas distantes dos locais de sua execução, e também da pressão que a sociedade exerce por mais espaço de poder, desenvolvem-se processos que se direcionam à noção de democracia participativa.

Segundo Bonat (2004), há uma crise política na democracia representativa espelhada na distância entre eleitores e eleitos, bem como na falta de confiança dos cidadãos nas instituições políticas. E ela deverá ser superada por uma reestruturação do modelo democrático clássico, ampliando a participação direta dos indivíduos. Isso não chega a ser uma democracia direta ao modo da Grécia Antiga, mas uma nova formatação que permita dentro da estrutura representativa mais espaços aos cidadãos. Isso é o que se chama de democracia participativa.

Por democracia participativa podemos entender um conjunto de experiências e mecanismos que têm como finalidade estimular a participação direta de cidadãos na vida política através de canais de discussão e decisão. A democracia participativa preserva a realidade do Estado (e a democracia representativa). Todavia, ela busca superar a dicotomia entre representantes e representados recuperando o velho ideal da democracia grega: a participação ativa e efetiva dos cidadãos na vida pública (Sell, p. 93, 2006).

Atualmente, a constituição de meios para proporcionar a participação popular nas decisões políticas tem sido bastante difundida (Silva & Marques, 2004). Tanto governos têm adotado essas estratégias em alguns setores, o que pode acontecer de uma forma consultiva ou deliberativa, quanto a própria sociedade tem se organizado em instituições baseadas em deliberações coletivas. Essas iniciativas, ainda bastante incipientes, se encontram em um processo de formatação para dar conta dos objetivos aos quais se propõem, principalmente no que diz respeito a como e quem deve participar. Isso se evidencia pela proliferação de fóruns,

conselhos, conferências, colegiados, comissões e outras formas desse tipo de organizações, bem como os debates que têm girado nesse entorno.

1.2 A ação política na participação social

A idéia da participação social começou a aparecer ao final da década de 1950. Teve sua origem entre ativistas sociais e funcionários de organizações internacionais que buscavam trabalhar dentro de propostas de desenvolvimento. Estes agentes, na esperança de ajudar, quem eles consideravam de “oprimidos” e, não obtendo o sucesso esperado, passaram a atribuir isso à utilização de estratégias de planejamento e ação tomadas de “cima para baixo”. A exclusão dos envolvidos nos projetos de desenvolvimento no momento de sua formulação e implementação passou a ser considerada uma falha grave a ser revertida (Rahnema, 2000).

Mais tarde, já por volta da década de 1970, setores que ditavam os caminhos do desenvolvimento mundial passaram a reconhecer uma crise estrutural na ineficiência dos recursos investidos e nos resultados esperados. Perceberam que a exclusão ou o envolvimento das populações locais nos projetos de desenvolvimentos influíam respectivamente de forma negativa ou positiva nos efeitos gerados. Desta forma passaram a aceitar e adotar o conceito de “participação”, que deixou de ter um viés subversivo.

Então, os políticos e planejadores desenvolvimentistas cooptaram o conceito de “participação” para seus próprios fins. Para Rahnema (2000) são pelo menos seis as razões pelas quais eles apresentam esse interesse: 1- *O conceito não é mais uma ameaça*, como já aprenderam a controlar os riscos da participação, ela se torna uma boa opção para aumentar a produtividade e baixar o custo dos projetos. 2- *É um slogan politicamente atraente*. 3- *Participação é atraente economicamente*, tanto na transferência dos custos dos processos para os participantes, como pela percepção de agências financiadoras que clientes mais pobres, organizados localmente de forma inteligente e participativa, são mais confiáveis. 4- *Torna os projetos mais eficazes e é uma nova fonte de investimentos*, isso porque traz um conhecimento mais próximo da realidade local e amplia a rede de relacionamentos, criando uma cooperação entre instituições capazes de levar à frente as ações de desenvolvimento e absorver os investimentos. 5- *A participação é um excelente meio para atrair recursos*. 6- *“Um conceito mais amplo de participação poderia ajudar o setor privado a envolver-se diretamente nos empreendimentos do desenvolvimento”* (p. 195).

Alguns defensores do desenvolvimento participatório se dispõem como conscientes desse desvirtuamento do conceito e o qualificam, acrescentando o termo popular: “participação popular”. Entre eles está Fals-Borda, que acredita ser ela um poderoso instrumento nas mãos dos oprimidos, neste caso o objetivo é o poder:

uma forma específica de poder – o poder que vem das pessoas – que pertence às classes e grupos oprimidos e explorados e a suas organizações, e à defesa de seus interesses justos, um poder que lhes permite fazer progresso com relação aos objetivos comuns que visam à mudança social em um sistema participatório (Fals-Borda, apud, Rahnema, 2000, p. 196).

Nesta perspectiva, esperava-se da participação as funções cognitiva, política, instrumental e social. A *cognitiva* diz respeito à busca de uma nova concepção para o desenvolvimento, e que tivesse relação com o saber local, fugindo da visão etnocêntrica preponderante. *Politicamente* ela traria poder aos sem-voz e sem-poder. Também, com a inserção de novos atores, o desenvolvimento se *instrumentaria* de novas soluções para seus problemas. E por fim, *socialmente* acreditava-se que a participação traria finalmente a tão sonhada satisfação das necessidades básicas e a eliminação da pobreza para toda população.

No entanto, a princípio, os resultados ficaram restritos a uma visão mais clara dos impactos negativos que as tecnologias importadas geravam na vida das pessoas, ao fomento do ressentimento nas populações sobre aspectos das discriminações sociais e políticas e ao surgimento de líderes nas comunidades com maiores percepções de usar as possibilidades de ação.

Embora os teóricos da participação admitam que à base de todo e qualquer sistema de conhecimento existe uma série de valores e preconceitos, eles não mencionam a possibilidade de que, eles próprios, como produtos de um determinado tipo de conhecimento, que foi gerado pela era econômica ou desenvolvimentista, poderiam estar transmitindo valores e preconceitos bastante questionáveis (Rahnema, 2000, p. 198).

Muitas vezes munidos de verdadeiras intenções solidárias, agentes promotores da participação popular chegaram às comunidades acreditando que elas não dispunham nem conheciam uma forma apropriada de poder. Eles se apresentam como detentores da “*fórmula secreta de um poder no qual [a comunidade] terá que ser iniciada*” (Rahnema, 2000, p. 199). Acontece que essas populações não eram tão impotentes ou indefesas, apenas apresentavam uma forma diferente de poder.

Como resultado, há pouca evidência de que a abordagem participatória desenvolvida conseguiu, de um modo geral, dar novas formas de poder ao povo. Ao contrário, existem indicações de que a maneira como muitos dos ativistas interpretaram sua missão contribuiu para desvalorizar as formas tradicionais e comunitárias de poder. Ao contrário, na maior parte dos casos, a atuação desses ativistas contribuiu para substituir essas formas por uma noção de poder altamente questionável e profundamente influenciada pela definição de poder tradicional na esquerda européia. Na prática, essa visão do poder provou ser útil para o estabelecimento desenvolvimentista. Pois ajudou os membros desse estabelecimento a persuadirem as populações-alvo não só de que o poder verdadeiro é o poder econômico e o das autoridades, mas também de que esse poder está ao alcance de todos, desde que estejam dispostos a participar plenamente dos desígnios do desenvolvimento (Rahnema, 2000, p. 200).

Apesar de afirmar estar atentos a alguns dos perigos de um processo de participação, principalmente de que ele disfarce uma manipulação travestida, Gandin acredita e defende o potencial desses procedimentos, colocando-os quase como que inevitáveis:

Penso que a grande conquista do século XXI será a participação. Sempre, nas crises, um aspecto crucial é o poder. Além do fato de que, na crise, quem tem poder quer reorganizar a sociedade para que se restabeleçam a ordem e a tranquilidade, as estruturas sociais que se transformam levam o poder para outros setores, consolidando assim as mudanças. Parece que aí está a grande novidade que vai resultar desta crise. [...] As duas grandes linhas de procrastinação parecem claras: a ditadura (explícita ou repintada) e o messianismo. Uma e outro terão seus momentos, enquanto o povo, com experiências de menor âmbito, aprende a ter poder (Gandin, 1994, p. 30).

A inevitabilidade da ampliação dos espaços participativos na sociedade segue ao fim das grandes cosmovisões, que apresentavam uma proposta de mundo pronta e determinada. De posse dessas visões, bastava aos governantes, auxiliados por técnicos treinados, traçar os caminhos para os fins fixados, já que eles tinham clareza das questões relacionadas e conhecimento técnico-científico para tal. Atualmente, considera-se que todos têm a sabedoria necessária, e principalmente o direito de programar os rumos sociais desejados e traçar os caminhos a serem seguidos.

A participação é, contudo, hoje, um conceito que serve a três desastres extremamente graves: a manipulação das pessoas pelas “autoridades”, através de um simulacro de participação; a utilização de metodologias inadequadas, com o conseqüente desgaste das idéias, e a falta de compreensão do que seja realmente a participação (Gandin, 1994, p. 56).

No entanto Siminski (2004), partindo do que escreveu Hillman,

coloca que a participação é em parte questão de hábito, em parte questão de aptidão, e sendo assim, pode desenvolver-se por meio da experiência. Também coloca que a participação não se processa automaticamente e por isso deve ser estimulada. Estimular e facilitar a participação são as grandes responsabilidades de qualquer liderança que aspire o qualificativo de democrática. Além dos estímulos imediatos à atividade, deve haver, segundo o autor, um planejamento básico que promova o hábito da participação.

Com o aumento da participação cidadã este eixo se desloca do Estado para a sociedade. Isso proporciona um maior empoderamento dos cidadãos. Esse movimento significa uma alteração na forma de ação política dos indivíduos, combatendo aquilo que Demo (1996) chama de ‘pobreza política’. Situação que para ele deve ter origem na própria organização consciente dos indivíduos. Neste horizonte surge o ‘homem político’,

no sentido da competência em administrar o trajeto histórico, mudando a natureza das relações sociais. [Este homem] é aquele que tem consciência histórica. Sabe dos problemas e busca soluções. Não aceita ser objeto. Quer comandar seu próprio destino. E amanhece o horizonte dos direitos, contra o dado e contra a imposição. Ator, não espectador. Criativo, não produto (p. 17).

Esta é uma visão bastante idílica que possivelmente ainda estamos longe de atingir, o que não nos impede de procurar essa direção. O próprio Demo confessa que essa participação plena e efetiva tão desejada ainda está longe de se concretizar. Ele, no entanto, procura aprofundar em questões que dificultam que isso ocorra. Suas reflexões dizem respeito ao processo formal da participação, aquele que deve ocorrer nas instituições próprias para isso.

Uma das questões que julga mais relevante são os aspectos qualitativos da participação. *“Por qualidade política entendemos a característica processual que fenômenos participativos precisam apresentar, em termos de conteúdo, fins, para além das instrumentações formais”* (Demo, 2001, p. 116). Mesmo com seus aspectos formais (estatuto, reuniões, estrutura física, etc.) em ordem, um processo deixa de ser participativo se as formas como as pessoas se envolvem não forem realmente amplas e democráticas. Neste sentido Demo apresenta o que entende por aspectos qualitativos, que considera importantes para a qualidade política. *“Os fenômenos participativos, sobretudo as formas de organização da sociedade civil, precisam manifestar pelo menos quatro marcas qualitativas [...]: representatividade, legitimidade, participação da base e planejamento participativo auto-sustentado²”* (Demo, 1996, p. 45).

² Em síntese, Demo (2001) define os aspectos qualitativos: a) *Representatividade*: o quanto as lideranças são representativas da coletividade, exigindo uma votação geral, livre e democrática e a existência de propostas concorrentes e evitando o centralismo quando os mandantes tornam-se “donos”

Não faz isso sem a ressalva de que está apresentando uma generalização, e não uma receita pronta para ser seguida em todos os processos. Ele alerta para que *“todo processo participativo acusa marcas próprias, que se alinham na subjetividade específica de cada grupo humano, bem como na identidade cultural de cada um”* (Demo, 2001, p. 116).

Outro autor que buscou compreender e classificar a participação e suas dificuldades foi Gandin (1994). No entanto, ao conceito de participação agrega o de planejamento. Esse autor destaca, assim como outros, a existência de uma crise que precisa ser superada. *“O contemporâneo é, sobretudo, a crise. Não no sentido econômico, mas no sentido cultural e filosófico”* (p. 21). Algo que não vivíamos desde o Renascimento, onde a segurança e tranqüilidade do mundo “controlado por Deus” cedeu espaço para o das riquezas e da realidade interpretada pelo modelo científico. Esta nova crise tem no planejamento participativo um instrumento para sua superação.

Com a incorporação do planejamento ao processo participativo, ele pretende destacar a importância do caráter científico. Mesmo sendo, desde muito, um difusor da participação para redução das desigualdades sociais, acredita no “método científico como única possibilidade real de sustentação de um modelo de planejamento” (p. 28). Sem isso a participação, e mesmo o planejamento, dificilmente escaparia do viés ideológico, ou ainda, do que julga pior, o senso comum.

O planejamento participativo parte de uma leitura do nosso mundo na qual é fundamental a idéia de que nossa realidade é injusta e de que essa injustiça se deve à falta de participação em todos os níveis e aspectos da atividade humana. A instauração da justiça social passa pela participação de todos no poder. Isso quer dizer que a construção de uma sociedade nova, a superação da crise, se quisermos seguir no mesmo modo de falar, passa pela participação de todos. Esta participação significa não apenas contribuir com uma proposta preparada por algumas pessoas, mas representa a construção conjunta [...]. Significa, também, a participação no poder que é o domínio dos recursos para realizar sua própria vida, não apenas individualmente, mas grupalmente. O planejamento participativo é o modelo e a metodologia para que isso aconteça (p. 28-29)

da instituição e passam a representar apenas seus próprios interesses. b) *Legitimidade*: a qualidade política do processo participativo, o que deve ser expressada na elaboração de um estatuto, quando este concentra a vontade de todos, e diante ao qual as diferenças individuais não são preponderantes. c) *Participação da base*: a participação qualitativa antes que a quantitativa, onde há uma intensidade participativa, coesa e compromissada, na busca de uma construção conjunta do processo como um todo. d) *Auto-sustentação*: a emancipação econômica da instituição.

Partindo daí, Gandin busca uma distinção das formas de participação fazendo uma classificação de três níveis, tendo em conta o comportamento das populações envolvidas em relação ao processo: primeiro nível o da *colaboração*; segundo nível o da *decisão* e; terceiro nível o da *construção em conjunto*³.

De todos esses níveis o autor considera apenas o da *construção em conjunto* como onde realmente ocorre, na prática, a participação. Essa é uma situação extremamente rara e que para acontecer precisa enfrentar várias dificuldades que “vão desde a resistência dos que perderiam privilégios até à falta de metodologias adequadas, passando pela falta de compreensão e de desejo de realizar isto e pelo constrangimento exercido pelas estruturas existentes” (p. 57).

As estruturas existentes normalmente dificultam esse tipo de participação, mesmo quando as pessoas, inclusive os governantes, a desejem. É que todo o sistema social é estruturado sobre outras premissas e o próprio pensamento das pessoas não está orientado para esse modo de convivência: em geral, as pessoas não acreditam na igualdade fundamental que têm entre si; acreditam no mais sábio, no mais rico, no mais poderoso, no mais forte... (p. 57).

Neste campo da participação social, grande parte dos estudos se restringe à análise das instituições que comportam os processos participativos. Todos esses trabalhos são importantes para que se possa avaliar o quanto são efetivamente participativos os processos com que nos deparamos, bem como evitar aqueles processos que mascaram uma decisão autoritária, servindo apenas para realizar uma validação popular.

Eu, no entanto, estou procurando entender as formas como as sociedades se relacionam politicamente no seu dia-a-dia, o que estou chamando de política substantiva. Concordo com

³ Os níveis de participação para Gandin (1994) são: “a) *Colaboração*: [...] É o nível em que a 'autoridade' chama as pessoas a trazerem sua contribuição para o alcance do que esta mesma 'autoridade' decidiu como proposta. As pessoas devem participar com seu trabalho, com seu apoio ou, pelo menos, com seu silêncio, para que as decisões da 'autoridade' tenham bons resultados e, ao final, para que o 'status quo' não seja rompido. O que este nível de participação alcança é que as pessoas se esforcem, trabalhem com vigor, sem discutir (o não discutir faz parte deste nível de participação) quais os benefícios que advirão deste trabalho e quem deles vai se apropriar. [...] Este tipo de prática leva inexoravelmente à descrença das pessoas porque elas descobrem, com o tempo, que sua participação é apenas secundária ou, simplesmente, não serve para nada. b) *Decisão*: [...] O 'chefe' decide que todos vão 'decidir'; leva, então, algumas questões a um grande plenário ou a alguns grupos e manda que todos decidam. Em geral, são decididos aspectos menores, desconectados da proposta mais ampla, e a decisão se realiza como escolha entre alternativas já traçadas, sem afetar o que realmente importa. [...]. c) *Construção em conjunto*: [...] acontece quando o poder está com as pessoas, independentemente dessas diferenças menores e fundamentadas na igualdade real entre as pessoas. Aí se pode construir um processo de planejamento em que todos, com seu saber próprio, com sua consciência, com sua adesão específica, organizam seus problemas, suas idéias, seus ideais, seu conhecimento da realidade, suas propostas e suas ações. Todos crescem juntos, transformam a realidade, criam o novo, em proveito de todos e com trabalho coordenado” (p. 56-7).

Rahnema que as formas institucionais de participação social que estão sendo propostas carregam uma racionalidade de um modelo dominante, exigindo que as comunidades se adaptem a ela, ao invés de buscar realmente representá-las em todo seu significado. Dessa forma se reproduz o modelo que Habermas coloca como uma colonização do “mundo da vida” pelo “mundo dos sistemas”, que é o universo da burocracia, do Estado, da tecnologia e da ciência (Aragão, 1997).

As chamadas abordagens participativas comumente partem do pressuposto da necessidade de que exista algum grau de organização social, sendo mais eficiente o processo onde isso ocorra previamente. Em casos onde, no grupo trabalhado, as formas organizativas sejam incipientes, ou mesmo inexistentes, elas devem ser primeiramente estimuladas como condição prévia para que haja participação. Entenda-se que aqui estou falando de organizações sociais formais, tais como associações e outras semelhantes. Isso é algo presente na grande maioria dos textos que discutem a participação social. Poucos buscam ser mais abrangentes como Petersen (1999), que traz para a discussão a importância do que chama de *paisagem social* para as abordagens participativas.

Nos processos em que há uma exclusividade de relação com as lideranças políticas comunitárias e com as estruturas organizativas dos movimentos sociais locais, Petersen (1999) percebe um engessamento em limites concedidos por essas lideranças e estruturas. Desta forma ele procura:

chamar a atenção para o fato de que existem outras formas de sociabilidade que devem ser necessariamente consideradas e valorizadas no espaço local, tais como os grupos informais, os grupo de igreja, os grupos de vizinhos etc. Nesse sentido, a essência das abordagens participativas para o desenvolvimento não está no processo de negociação com as estruturas formais dos movimentos sociais, mas, sim, na valorização das relações mais abrangentes com as dinâmicas sociais locais, nos quais aquelas estruturas estão contidas (p. 87).

Apesar desse autor dar destaque para que sejam considerados os grupos sociais como instâncias organizativas, o que de certa forma concordo, quero enfatizar um outro aspecto. Acredito que algo muito importante, e que vem sendo negligenciado por grande parte dos processos participativos, é o que Petersen traz como a essência dessas abordagens, ou seja, as relações sociais locais. É através delas que os indivíduos estão se relacionando entre si, entre os grupos sociais de sua localidade e também com o exterior, portanto é essa a forma com que fazem política.

Rahnema também destaca o papel dessas relações para os processos participativos:

Para entender as muitas dimensões da participação, é preciso investigar todas suas raízes e ramificações com seriedade, pois essas raízes e ramificações, em um nível mais profundo, são parte do próprio núcleo de todas as relações humanas e das realidades socioculturais que as condicionam (Rahnema, 2000, 204).

Concordo com a importância das micro-relações sociais para a gestão participativa. Assim, procurei compreender como isso ocorre em um projeto que busca uma forma de gestão participativa dos recursos naturais. Farei a seguir uma apresentação de alguns conceitos que ajudarão na compreensão dessas relações.

1.3 Política substantiva

Na visão que consegui estabelecer da literatura acerca do tema da democracia participativa, algo que sempre me chamou a atenção foi sua similaridade quanto aos métodos a serem praticados para participação social. Explicando melhor, já que na verdade, dependendo do olhar aplicado sobre essas leituras, elas podem ser vistas de uma forma bastante distinta, o que quero dizer é que sob o foco das relações sociais já existentes no grupo participante, elas pouco apresentam alternativas que busquem uma interação.

Na literatura convencional sobre o tema [da democracia em geral], a resposta à questão da consolidação democrática é procurada em termos de institucionalização, entendida de maneira que remete a valores e normas e à sua vigência efetiva. Nessa perspectiva, consolidar a democracia significa implantar normas democráticas que sejam efetivamente interiorizadas pelos agentes políticos (criando-se assim a “cultura política” apropriada), e o processo correspondente pode ser descrito como o processo de institucionalização democrática (Reis, 2000, p. 308).

Neste caso, as diferenças que procurei entre as propostas participativas dizem respeito a uma dinâmica que parta das particularidades do contexto sociocultural onde são desenvolvidas essas iniciativas.

Seguindo o quase consenso em torno da idéia de que a participação social é algo positivo, há uma proliferação na produção de textos a este respeito. Chamou muito a minha atenção a quantidade de metodologias apresentadas em livros que poderiam ser tomados por manuais de metodologias participativas. E, em grande parte desse material, os autores tomam a precaução

de alertar para a necessidade de se contar com uma margem de manobra que dê conta de absorver as particularidades locais.

No entanto, sinto uma falta de análises que procurem compreender essas relações que determinam o jogo de poder nas localidades, em sua relação com os processos participativos. É isso que fui procurar com este estudo em Ibiraguera, ou seja, o universo das relações de poder construídas historicamente, e reproduzidas durante gerações.

O conceito de política substantiva é um paralelo que faço com o que Karl Polanyi (1980) chama de *economia substantiva*. Esse autor, estudando as relações econômicas tal qual acontecem ao nível das pessoas, percebeu que elas não eram apenas relações capitalistas, ou seja, havia outras formas de interação econômica que contrariavam a idéia de que economia é apenas mercado. A isso ele chamou de *economia substantiva*. Estudando as relações políticas que giram em torno do Projeto Ibiraguera, estou usando o conceito de política substantiva onde pretendo agrupar as relações de poder tradicionais, bem como as estruturas por onde elas se processam.

Fui buscar nas micro-relações sociais, através de dados etnográficos, uma dinâmica substantiva da participação social. A partir do entendimento de como se processam as decisões da comunidade na sua articulação diária, procurei chegar a uma proposta explicativa da distribuição do poder, numa conformação tradicional, entre os *nativos*. Dessa forma, Weber, com a sociologia explicativa, centrada na ação de sujeitos em relação, na ação social, em parte trouxe alguns elementos que me ajudaram na compreensão do fenômeno que estudei.

Ao postular ... que a política não pode ser definida de maneira restrita em termos de interesses de classe ou status, nem de ideais fraternos, Weber inclui a distinção conceitual da honra e da desonra como par da responsabilidade e da adequação na política, distanciando-se dos critérios mais afins ou restritivos da lógica moderna ... e tornando possível o projeto de compreender as singularidades das condutas histórico-culturais (Peirano, 2000, p. 93).

Em Weber (1983), o conceito de poder “*significa a possibilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, ainda que contra qualquer resistência, e qualquer que seja o fundamento dessa possibilidade*” (p. 16).

Para esse autor, sociologicamente o conceito de *poder* é amorfo, já que “*todas as qualidades imagináveis de um homem, e toda espécie de constelações possíveis, podem colocar alguém na posição de impor a sua própria vontade em uma determinada situação*” (p. 17). Por isso ele prefere adotar o conceito de *dominação*, mais preciso e passível de análise. Considera a dominação um caso específico de poder.

Neste sentido, ele afirma que: “*Por dominação deve-se entender a possibilidade de encontrar obediência a um mandato de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas*” (p. 16).

Como considera “*impossível uma casuística completa de todas as formas, condições e conteúdos do ‘dominar’*” (p. 11), neste texto Weber apresenta dois tipos de dominação, que afirma serem radicalmente opostos: dominação mediante uma constelação de interesses; e, dominação mediante a autoridade. Sendo que, “*cada um dos dois tipos pode facilmente converter-se em seu contrário*” (p. 11).

A primeira dominação diz respeito àquela onde o dominado não recebe ordens diretas do dominador, mas precisa assumir um comportamento “imposto” por quem exerce uma força maior nos sistemas de poder, visando obter resultados desejados de acordo com seus próprios interesses. Já a segunda, mais fácil de perceber, é a dominação exercida diretamente, tal qual na relação pai-filho.

Em outro texto, Weber (2006) desenvolve uma tipologia dos tipos de dominação em três formas totalmente puras: dominação legal, dominação tradicional e dominação carismática.

A *dominação legal* é o tipo de dominação burocrática, que tem como idéia básica que “*qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente quanto a forma*” (p. 128).

Obedece-se não à pessoa em virtude de seu direito próprio, mas à *regra* estatuída, que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer. Também quem ordena obedece, ao emitir uma ordem, a uma regra: à “lei” ou “regulamento” de um norma *formalmente* abstrata. ... Sua administração é trabalho *profissional* em virtude do *dever objetivo do cargo*. Seu ideal é: proceder ... sem a menor influência de motivos pessoais e sem influências sentimentais de espécie alguma, livre de arbítrio e capricho e, particularmente, “sem consideração da pessoa”, de modo estritamente formal segundo regras racionais ou, quando elas falham, segundo pontos de vista de conveniência “objetiva” (p. 129).

Para Weber, as “associações políticas modernas” são as representações mais eminentes dessa forma de dominação. Dessa forma a burocracia é o seu tipo mais puro, mesmo que não o único. Pessoas ou colegiados também são figurativos da dominação simbólica, “*sempre que sua competência esteja fundada sobre regras instituídas e que o exercício do direito de domínio seja congruente com o tipo de administração legal*” (p. 130).

O segundo tipo, a *dominação tradicional*, é a dominação de caráter comunitário, onde seu tipo mais puro é a dominação patriarcal. Baseados na tradição, os poderes ao dominante estão instituídos há tempos, e obedece-se a eles por fidelidade. “*O conteúdo das ordens está fixado*

pela tradição, cuja violação desconsiderada por parte do senhor poria em perigo a legitimidade do seu próprio domínio” (p. 131).

Em princípio, considera-se impossível criar novo direito diante das normas e da tradição. Por conseguinte isso se dá, de fato, através do “reconhecimento” de um estatuto como “válido desde sempre” (por “sabedoria”). Por outro lado, fora das normas tradicionais, a vontade do senhor somente se acha fixada pelos limites que em cada caso lhe põe o sentimento de equidade, ou seja, de forma sumamente elástica. Daí a divisão do seu domínio numa área estritamente firmada pela tradição e, em outra, da graça e do arbítrio livre, onde age conforme seu prazer, sua simpatia ou sua antipatia e de acordo com pontos de vista puramente pessoais, sobretudo suscetíveis de se deixarem influenciar por preferências também pessoais. Não obstante, na medida em que na base da administração e da composição dos litígios existem princípios, estes são os da equidade ética material, da justiça ou da utilidade prática, mas não, por outro lado, os de caráter formal, como é o caso na dominação legal (p. 131).

É na associação doméstica, com a educação e com a criança habituando-se na relação filho/chefe de família, que se encontra a célula reprodutora desse tipo de dominação.

Na dominação tradicional, há uma coexistência entre as atividades de vínculo na tradição e aquelas de ação livre do senhor, ou seu quadro administrativo. Essa ação livre, em muitas circunstâncias, só pode ser obtida quando comprada, ou através de relações pessoais.

O último dos tipos, a *dominação carismática* acontece

em virtude da devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma), e particularmente: a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória. O sempre novo, o extraordinário, o inaudito e o arrebatamento emotivo que provocam constituem aqui a fonte da devoção pessoal (p. 134-135).

É pelas suas qualidades excepcionais que o líder é obedecido, e seu poder dura o tempo em que elas permanecerem, desaparecendo se essas qualidades também sumirem. Suas determinações devem ser seguidas, postas em confronto apenas por um outro líder carismático, neste caso, apenas um deve vencer, em última instância decidido pela confiança da comunidade.

O líder carismático, ao mesmo tempo em que pode ser a força mais revolucionária, em sua forma mais pura é a mais autoritária e dominadora. Seu poder depende do sucesso em conquistar as condições prometidas aos seus seguidores.

Abaixo apresento um quadro comparativo (Tabela 1) entre os três tipos puros de dominação descritos por Weber:

TIPOS PUROS DE DOMINAÇÃO

	Dominação Legal	Dominação Tradicional	Dominação Carismática
<i>Por motivo</i>	do estatuto	da crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito existentes	de devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma)
<i>Tipo puro</i>	dominação burocrática	dominação patriarcal	do profeta, do herói e do grande demagogo
<i>Associação dominante</i>	eleita ou nomeada	de caráter comunitário	de caráter comunitário, na comunidade ou no séquito
<i>Tipo que ordena</i>	superior	Senhor	líder
<i>Tipo que obedece</i>	membros	Súditos	apóstolo
<i>Quadro administrativo</i>	funcionários	Servidores	(1)
<i>Obedece-se por</i>	regra estatuída	Fidelidade	qualidades excepcionais do líder

Tabela 1 - Quadro comparativo dos três tipos puros de dominação segundo Weber (2006).

(1) Neste tipo de dominação a administração tem como características “*a revelação ou a criação momentâneas, a ação e o exemplo, as decisões particulares*” (p. 135); seu quadro administrativo é designado de acordo com o carisma e a missão do líder.

Apesar de Weber ter contribuído para a definição da dinâmica da dominação entre sujeitos, suas teorias, centradas na ação social, apresentam limitações na apresentação da estruturas que exercem força sobre essas relações.

Em Bourdieu (2003), com a formulação da noção de campo, encontrei uma maneira de superar essa falta da coação que o contexto social exerce sobre os indivíduos. Ele descreve o mundo social como resultante da interação entre as estruturas que moldam o comportamento social e as ações que os agentes realizam, ora correspondendo à estrutura, ora forçando-a e transformando-a.

Bourdieu (2003) construiu a noção de campo e passou a aprimorá-la durante boa parte de sua vida intelectual, com o objetivo de desenvolver um instrumento metodológico que auxiliasse na explicação dos fenômenos sociais.

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial de suas propriedades. Por meio dela, torna-se presente o primeiro preceito do método, que impõe que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista ou, para dizer como Cassirer, substancialista: é preciso pensar relacionalmente (p. 27-28).

Para ele o campo é “*um ponto num espaço de relações objetivas*” (p. 30), e aplicando esse modelo a diversos campos, buscando, pela analogia, um aprimoramento teórico, passou a identificar as homologias estruturais e funcionais entre todos os campos, procurando as suas propriedades comuns.

Ribeiro (2005) afirma que Bourdieu

define um campo como uma série de relações e inter-relações baseadas em valores específicos e práticas que operam em dados contextos. Um campo é heterogêneo por definição; ele é feito de diferentes atores, instituições, discursos e forças em tensão. Dentro de um campo, tudo faz sentido em termos relacionais por meio de oposições e distinções (p. 2).

De forma que, “*o limite de um campo é o limite de seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz*” (Bourdieu, 2003, p. 31). E, “*a luta da definição legítima, em que está em jogo – di-lo a palavra «definição» – a fronteira, o limite, o direito de entrada, por vezes o numerus clausus, é a característica dos campos na sua universalidade*” (p. 42).

O jogo de forças que tenciona o espaço social, formando os campos, é exercido pelos agentes desse campo através do empenho de seu capital acumulado. Para Bourdieu (2003),

O capital – que pode existir no estado objetivado, em forma de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido – representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção), logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens, e deste modo, sobre um conjunto de rendimentos e ganhos. As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de fato, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie

de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo) (p. 134).

O capital político de um agente político é resultado de sua capacidade de mobilização, e pode ser de duas espécies: *capital pessoal* ou *capital delegado*.

O capital pessoal é aquele que tem sua origem no próprio indivíduo. Existem dois tipos desse capital: capital pessoal de *notável*, ou capital pessoal *heróico* ou *profético*. O capital pessoal de notável é resultado de uma acumulação lenta e contínua de notoriedade e popularidade, podendo levar toda uma vida, onde o agente conquista a condição de ser conhecido e reconhecido, e as qualificações necessárias para adquirir e manter sua boa reputação. “É freqüentemente produto da reconversão de notoriedade acumulada em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural” (p. 191). Já o capital heróico ou profético

é produto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições e os aparelhos: ação profética de doação de sentido, que se fundamenta e se legitima ela própria, retrospectivamente, pela confirmação conferida pelo seu próprio sucesso à linguagem de crise e à acumulação inicial de força de mobilização que ele realizou (p. 191).

O capital delegado, por sua vez, é “produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela” (p. 191).

Neste sentido, para o entendimento da política substantiva, usarei tanto as noções de dominação de Weber, quanto de campo e capital de Bourdieu.

1.4 Gestão integrada e participativa dos recursos naturais como forma de ação política do Projeto Ibiraquera

A idéia central sobre a qual está assentado minha dissertação é a de “gestão integrada e participativa dos recursos naturais”. Apesar de meu interesse estar numa noção ampla de política participativa, esta é uma escolha fundamental, pois determina o enfoque no nível mais amplo, o que conseqüentemente direcionou toda a pesquisa. É nessa noção que reside o vínculo com o meu estudo de caso, que é o Projeto Ibiraquera, onde esse conceito é fundamental. De qualquer forma, mesmo tendo partido desse caso bastante específico,

acredito que as reflexões que aqui apresento podem servir de base em outros processos de participação social.

O Projeto Ibiraquera, que vem sendo desenvolvido pelo NMD/UFSC na região da Lagoa de Ibiraquera, tem o objetivo de criar e testar estratégias que promovam um ecodesenvolvimento, dentro do que se convencionou chamar “zona laboratório de ecodesenvolvimento”.

Este enfoque baseia-se num conjunto interdependente de postulados normativos que inclui a satisfação de necessidades fundamentais (materiais e intangíveis), a equidade, a autonomia (ou *self-reliance*) e a participação; a prudência ecológica e a superação da ideologia economicista (Vieira, Berkes & Seixas, 2005, p. 26).

O ecodesenvolvimento, proposto por Sachs (1986a), é um estilo de desenvolvimento apoiado em cinco pilares de sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial ou geográfica e cultural. Assim, defende a idéia de um desenvolvimento endógeno, ou seja, o mais próximo do local com o uso dos recursos disponíveis nesse espaço. Para isso metodologicamente apresenta a prospectiva e o planejamento como ferramentas. Partindo de estudos sobre as potencialidades da região organiza-se um desenvolvimento pensado e projetado junto aos grupos envolvidos (Sachs, 1986b). Na opinião de Vieira (2005), ecodesenvolvimento “*trata-se de uma modalidade de política ambiental simultaneamente preventiva e proativa, que encoraja a construção participativa de novas estratégias de desenvolvimento – integradas, endógenas, participativas e sensíveis à ética da reverência à vida*” (p. 333).

Trazendo essa dinâmica ao campo político, o Projeto Ibiraquera acredita que a “gestão dos recursos naturais *ocupa um papel determinante no processo de regulação das inter-relações entre os sistemas naturais e sociais no longo prazo*” (Vieira, Berkes & Seixas, 2005, p. 27), e isso deve acontecer de forma participativa.

Essa é uma estratégia alternativa aos modelos implementados no hemisfério Norte do globo terrestre. Constituídas em um contexto sociocultural distinto do brasileiro, as práticas dos países ricos em relação à gestão dos recursos naturais apresentam um forte viés preservacionista, isto é, partem do princípio da formação de áreas preservadas, onde a presença da ação humana não é bem vista. Isso destoa com a realidade presente em outras regiões onde os aspectos sociais, culturais e econômicos acontecem numa íntima relação dos seres humanos com a natureza (Diegues, 2003).

Nos países do sul, por outro lado, têm aparecido, nas duas últimas décadas, propostas que pretendem incorporar a sociedade, em particular as comunidades tradicionais, seus saberes e práticas culturais no processo de conservação da natureza. Baseados em conceitos como o da co-evolução da natureza e cultura, da ecologia da paisagem, da etno-ciência, da biodiversidade como fenômeno natural e cultural, do manejo como prática cultural, do respeito à diversidade cultural, à democracia, cientistas sociais e naturais, bem como associações locais, organizações não-governamentais, técnicos governamentais estão construindo uma nova prática e ciência da conservação mais apropriada às condições ecológicas e culturais dos países do Sul. (Diegues, 2003, p. 20).

Na prática do processo político desencadeado em Ibiraguera, o que tenho percebido é a institucionalização de espaços formais, onde pessoas que pertençam ao grupo social representado nessas arenas reúnem-se para discutir e procurar soluções para os problemas de sua coletividade. Dessa forma as temáticas ganham certa liberdade, ampliando seu espectro, ou seja, não estamos tratando apenas de gerir os recursos naturais que são percebidos, mas também todo o ambiente notado. Por isso Vieira *et al* (2005) acrescentaram a idéia de gestão dos recursos naturais a de gestão integrada, que “*diz respeito a uma percepção mais clara da dinâmica interdependente dos sistemas socioecológicos*” (p. 27).

Na busca de uma definição de *recursos renováveis* (ou *recursos naturais renováveis*), Weber (1997) parte da própria noção de *natureza*. Para ele, a natureza é como a projeção do imaginário social, por isso não há a natureza, e sim, as sociedades e suas naturezas. Ela “*constitui o produto de representações oriundas diretamente de sistemas de valores presentes nos sistemas sociais e no interior dos grupos que os integram*” (p. 123). Sendo assim, qualquer pesquisa que busca analisar as relações sociedades-naturezas deve iniciar com o estudo das representações a esse respeito.

Na intenção da gestão participativa dos recursos naturais, em Ibiraguera as iniciativas têm sido concentradas na organização de um Fórum de Agenda 21 local. Este é o espaço formal para que sejam articulados os sistemas de significações da população autóctone, os interesses dos diversos atores locais e externos, bem como as inovações no campo do conhecimento, em especial aquelas originárias das ciências ambientais, emergindo daí o processo de gestão participativa.

A formação de Agendas 21 locais tem raiz na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD-92), realizada no ano de 1992, no Rio de Janeiro, e conhecida como Rio-92, ou, ainda, Eco-92.

O teor dessa reunião, importante como marco institucional e, também, pela força de mobilização que teve, tanto na sociedade civil quanto nos governos de todo o mundo, foi a

revisão dos modelos de desenvolvimento aplicados pelo planeta. Sendo deflagrada uma sensibilidade de que havia uma crise mundial que poderia ser vista nas disparidades sociais e inter-nações e, na deterioração dos ecossistemas, era preciso definir novos rumos que assegurassem o bem-estar da humanidade. O conceito sobre o qual se começaram a construir as diretrizes que deveriam nortear a sociedade global a partir de então foi o do “desenvolvimento sustentável”.

Sobre isso Vieira (2002) afirma:

Um dos mais expressivos resultados da CNUMAD-92 constituiu no fortalecimento da hipótese subjacente às primeiras experiências de simulação das tendências “pesadas” do sistema mundial, a saber, que o “desenvolvimento” e “meio ambiente” denotam fenômenos interdependentes (p. 48).

E ainda, que:

Uma das pré-condições de viabilidade e eficiência de um processo cumulativo de concepção e implementação de estratégias alternativas de desenvolvimento, sensíveis à dimensão socioambiental, consiste no fortalecimento da capacidade instalada de pesquisa interdisciplinar sobre o binômio meio ambiente – desenvolvimento (p. 46).

Para os fins desta pesquisa, entre os diversos fatores que naquele momento foram definidos como cruciais para este novo modelo de desenvolvimento, quero ressaltar a necessidade do envolvimento, em todo o seu processo de construção, de todos os setores da sociedade, civil ou não, organizada ou não. A participação e a responsabilização das populações é um elemento preponderante, e que desde então passou a circundar quase todos os projetos de desenvolvimento ou de ação socioambiental, se não na prática, ao menos no discurso.

Um dos principais documentos redigidos durante a CNUMAD-92 foi a *Agenda 21* (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1996). Tida como a agenda para o próximo século (nosso atual), concentra as determinações necessárias para se atingir o “desenvolvimento sustentável”. Mesmo atribuindo aos governos a maior responsabilidade na sua execução, aponta que a “*mais ampla participação pública e o envolvimento ativo das organizações não-governamentais e de outros grupos também devem ser estimulados*” (p. 10). Escrita em 40 capítulos divididos em quatro seções, tem a relação mais próxima dos indivíduos, grupos sociais ou organizações não-governamentais como um tema recorrente entre boa parte dos objetivos a ser alcançados e atividades a ser cumpridas.

Mesmo estando presente por todo o transcorrer do texto da Agenda 21, o assunto da participação ganhou o destaque em uma seção, para tratar do “*fortalecimento do papel dos*

grupos principais”. Essa seção aborda diretamente as questões relativas à atuação das mulheres, crianças e jovens, populações indígenas, organizações não-governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, comércio e indústria, comunidade científica e tecnológica e agricultores, sendo destinado um capítulo a cada um desses grupos. Sendo neste ponto que se destaca a importância do que chamaram de o “compromisso e a participação genuína de todos os grupos sociais”, afirmando que:

Um dos pré-requisitos fundamentais para alcançar o desenvolvimento sustentável é a ampla participação da opinião pública na tomada de decisões. Ademais, no contexto mais específico do meio ambiente e do desenvolvimento surgiu a necessidade de novas formas de participação. Isso inclui a necessidade de indivíduos, grupos e organizações de participar em procedimentos de avaliação do impacto ambiental e de conhecer e participar das decisões, particularmente daquelas que possam vir a afetar as comunidades nas quais vivem e trabalham. Indivíduos, grupos e organizações devem ter acesso à informação pertinente ao meio ambiente e desenvolvimento detida pelas autoridades nacionais, inclusive informações sobre produtos e atividades que possam ter um impacto significativo sobre o meio ambiente, assim como informações sobre medidas de proteção ambiental (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1996, p. 445).

Devido a sua origem direcionada ao programa determinado no âmbito da CNUMAD-92, que visava a integração entre desenvolvimento e ambiente, a criação de um Fórum de Agenda 21 é percebida, no contexto do Projeto Ibiraguera, como uma boa opção de organização condensadora de um projeto de ecodesenvolvimento para a região. Nesta direção, uma das primeiras ações que a equipe do NMD promoveu foi a criação do Fórum de Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraguera.

2. IBIRAQUERA, O LUGAR DE UM PROJETO

A região na qual realizo este estudo tem como referencial um recurso natural que é a Lagoa de Ibiraquera (Figura 2). Situada no litoral Centro-Sul de Santa Catarina, a uma distância de aproximadamente 80 quilômetros de Florianópolis, encontra-se na divisa dos municípios de Garopaba e Imbituba, ao sul de um complexo lagunar que se estende até o Uruguai.

A Lagoa apresenta um contato com o mar através de um canal que tem sua abertura controlada pela ação antrópica e é composta por quatro bacias: *Lagoa de Cima*, *Lagoa do Meio*, *Lagoa de Baixo* e *Lagoa do Saco*.



Figura 2 - Localização da Lagoa de Ibiraquera em relação a Florianópolis, e sua dimensão comparada a Lagoa do Peri e Lagoa da Conceição (Fonte: Google Earth, 15-08-2005).

A região está situada na zona costeira, que segundo Andriguetto Filho (2004),

pode ser conceituada de uma forma simples como a interface ou espaço de transição entre a terra e o mar, entendidos como grandes domínios ambientais. É a parte da terra afetada por sua proximidade ao mar, e a parte do oceano afetada por sua proximidade à terra. É uma área em que processos dependentes da interação entre geosfera, hidrosfera e atmosfera são mais intensos e diretos. A zona costeira se caracteriza, portanto, por sua tridimensionalidade, pelo encontro das águas (doces e salgadas) com a terra e a atmosfera, e por sua “fluidez”, de água e de ar, mas também de gente, embarcações, mercadorias e significados. Como espaço físico, é de certa forma indeterminado, já que a definição de limites físicos passará sempre

por uma escolha social mais ou menos arbitrária. É antes um território culturalmente construído do que um espaço fisicamente dado (p. 189).

Em torno delas se distribuem onze áreas geográficas definidas e identificadas pela população local (Figura 3): *Araçatuba*, *Teixeira* (ou *Ibiraquera*), *Arroio*, *Alto Arroio*, *Praia do Luz*, *Praia da Barra* (ou *Praia de Ibiraquera*), *Praia do Rosa*, *Praia Vermelha*, *Praia do Ouvidor*, *Limpa e Campo d'Una*.

Segundo uma estimativa considerando o número de residências no entorno da lagoa, e a média de ocupantes por casa, havia no ano de 2000 cerca de 5.000 habitantes na região, chegando a 15.000 durante a temporada de verão (Seixas & Berkes, 2005). Dos moradores na região, Araújo (2006) estima que 62% são nativos da área, 33% são migrantes e 5% mantém residências secundárias.

A ocupação de Ibiraquera se assemelha com a do restante do litoral catarinense. Os moradores mais antigos de Ibiraquera, que se auto-intitulam e são reconhecidos por alguns como *nativos*, tem suas origens no processo de colonização, sendo atribuída a eles a descendência de açorianos, no entanto é possível perceber outras matrizes étnicas, como negros e indígenas.

Esses moradores, até a década de 1970, viviam basicamente da agricultura, pesca e extrativismo, sendo que eventualmente algum jovem saía em busca de empregos fora da região, nestes casos o serviço militar e a pesca industrial eram os trabalhos mais frequentes. A farinha da mandioca era o principal produto comercializado com o exterior. O restante da produção agrícola, assim como a pesca, eram consumidos quase totalmente no local e uma pequena quantidade comercializada nas redondezas. A pesca no mar acontecia principalmente na safra da tainha, entre maio e julho, mobilizando um grande contingente de pessoas. Durante o restante do ano também ocorria pesca no mar, mas em menor intensidade, ocupando um número bem menor de indivíduos. Na lagoa eram pescados, além de peixes, camarão-rosa e siris, servindo como uma fonte de recursos alimentares.



Figura 3 - Vista geral da Lagoa de Ibiraquera (Fonte: Google Earth, 15-08-2005).

A partir da década de 1970, o panorama de Ibiraquera começou a mudar com a construção de estradas, melhorando o acesso à região. Dessa forma foi intensificada a pressão sobre os recursos pesqueiros, que passaram a ser comercializados com intensidade, gerando uma queda na sua disponibilidade no interior da lagoa (Seixas & Berkes, 2005). Também cresceu a procura do lugar por pessoas de fora, vindas para visitar ou morar, processo que se acelerou especialmente da segunda metade da década de 1980 em diante.

A Lagoa de Ibiraquera vem sofrendo profundas e rápidas transformações nos seus sistemas ecológico, social, cultural e econômico. Seu universo simbólico é re-significado de acordo com a lógica moderna utilitarista. Neste contexto a própria Lagoa é inserida no capitalismo moderno, deixando de ser provedora de recursos para a sobrevivência da população que vive no seu entorno, para ser explorada empresarialmente (Rosar, 2003, p. 12-3).

É nesse contexto que busco identificar e analisar as formas de participação, não limitando apenas às instituições participativas oficiais, mas também na tentativa de compreender outras formas de ação política que existem no grupo pesquisado, o que denomino de ação substantiva.

2.1 O povo do lugar

Uma das dificuldades de se realizar um estudo, do tipo que propus, em Ibiraquera, acontece devido à diversidade de grupos que atualmente co-habitam o mesmo espaço. São pessoas com formação cultural, organização social e interesses distintos. Existem aqueles que estão apenas de passagem, outros que retornam freqüentemente. Desses turistas, alguns têm casas, outros não. Há os que decidiram morar por lá, mas também existe uma grande população que tem suas origens ascendentes enraizadas na região, e por isso são chamados localmente de *nativos*. Como uma alternativa de redução de complexidade, e por esse ser o grupo que tem sido focado pelo Projeto Ibiraquera, decidi fazer minha pesquisa sobre estes últimos.

Antes de centrar minhas atenções sobre os *nativos*, que em breve passarei a relacioná-los com o conceito de *estabelecidos* (Elias & Scotson, 2000), acredito ser importante apresentar um pouco mais sobre a situação desencadeada pelo turismo, e que criou essa diversidade social. Vou, ainda, explicar um pouco mais do meu entendimento sobre os outros grupos.

A região de Ibiraquera, até a década de 1970, era habitada por poucos moradores que viviam praticamente da agricultura e pesca, tanto no mar como na lagoa. Ao final dessa década, num processo que veio se intensificando nas seguintes, principalmente nos últimos 10 anos, pessoas de outros lugares passaram a freqüentar o lugar. A região passou ser conhecida pelo camarão rosado (Ibiraquera era reconhecida como um lugar que produzia esse pescado em qualidades excepcionais), pelas condições ideais para *windsurfe* e, pela balneabilidade da lagoa e praias adjacentes (Fabiano, 2004). E, ainda pela sua paisagem cênica e, mais recentemente, pelas oportunidades de lazer proporcionadas pelos bares e festas.

Freitas (2005) divide o tempo em Ibiraquera em duas fases: (a) Fase de isolamento espacial da paisagem; e (b) Fase de exploração turística. Para ele a segunda fase se caracteriza, do ponto de vista espacial, “*pelo crescimento da área urbanizada em detrimento, principalmente, das áreas agrícolas e da Vegetação de Restinga*” (p. 81). Essas mudanças só foram possíveis após se constituir o que ele chamou de uma rede sócio-espacial. Refere-se à construção de uma rede viária (especialmente com a construção da BR 101) e, de uma rede elétrica, ambas no final da década de 1970. Isso trouxe uma facilidade para a região nos deslocamentos com o mundo externo, novas tecnologias, nova visão de mundo, novas instituições sociais e percepções do ambiente.

É claro que antes da década de 1970, Ibiraquera já era visitada por pessoas de outros lugares, mas a freqüência, os interesses e a origem deles diferiam dos atuais visitantes. Algumas pessoas vinham pescar, geralmente eram moradores próximos, apesar de que ouvi

alguns relatos de moradores antigos que traziam amigos de outras regiões, às vezes de outros estados, para o mesmo fim. Outro tipo de visitante eram aqueles que tinham parentes na região. Cabe destacar ainda, que os relatos de viajantes que passaram pelo litoral de Santa Catarina, entre os séculos XVIII e XIX (Haro, 1996), demonstram que a região já era freqüentada por viajantes aventureiros há muito tempo, no entanto, esporadicamente.

Já na década de 1970, os primeiros turistas que chegaram eram, em sua maioria, provindos do Rio Grande do Sul, da capital, Porto Alegre (Avellar, 1993). Esses *gaúncos* – como são chamados pelos *nativos* até hoje – alcançaram a uma Ibiraguera desprovida das infra-estruturas que estavam habituados como moradores de uma grande cidade. No entanto, em parte, esse era um dos motivos que fazia com que estes primeiros turistas fossem a Ibiraguera⁴.

Na falta de habitações em que pudessem se hospedar, os visitantes costumavam acampar, ou mesmo ficavam em ranchos e engenhos de farinha cedidos por moradores locais. Com estes estabeleciam uma boa relação, e recebiam presentes como peixe, camarão e siri, ou mesmo farinha, e davam objetos de pouco valor que traziam consigo. Os moradores locais, como certa vez me falou um deles, simpatizavam com a simplicidade dessas pessoas que, mesmo vindas da cidade, sendo ricas, aceitavam ficar em condições precárias, dormir no chão, em qualquer barraco, e comer o mesmo que eles. A riqueza desses turistas era dada pela impressão dos moradores, isto é, relativa à comparação entre um grupo que chegava de carro portando inúmeros itens *modernos*, e outro que tinha praticamente apenas o necessário para sua sobrevivência, em grande parte produzido por eles mesmos.

⁴ Uma visão bastante interessante dessa época, na perspectiva de uma turista que após algum tempo passou a morar às margens da lagoa, e também estudar a região, encontrei nessa descrição de Avellar (1993): “*Pisei Ibiraguera pela primeira vez em 1971. A estrada acabava de repente e tínhamos de continuar caminhando até chegar à lagoa, onde acampamos. Eu era ainda menina de 12 anos e estava com meus irmãos, acampada de forma muito improvisada. Na nossa visão faltava estrutura, como banheiro e água encanada. Tínhamos a sensação de estar completamente isolados do mundo. Já para os moradores locais, que não tinham luz nem fogão a gás, nós estávamos muito bem equipados. Despertamos naquelas pessoas, que ainda não tinham tido até então vizinhança de barraca, uma curiosidade enorme. As crianças e adultos que nos visitavam ficavam abismados com o toca-disco à pilha, com o lampião que iluminava a escuridão do acampamento e com o fogãozinho de duas bocas. A lembrança que guardo do seu espanto se traduz na expressão toda deles: “mas o dinheiro compra!...” Estávamos já há dois meses acampados em Garopaba, naquela época ainda uma praia de pescadores recém-descoberta pelos turistas. Movidos pelo espírito aventureiro, atingimos um lugar até então quase desconhecido pelos urbanos: Ibiraguera. Não havia placa indicativa na estrada. Acampamos perto da lagoa de Ibiraguera, no final do caminho. Foi uma descoberta pegar uma canoa emprestada e ir até a barra da lagoa. A canoa usada na lagoa é esculpida num único tronco, e é impulsionada por uma vara de bambu, que vai fncando no chão e empurrando. Aquele deslocamento primitivo tinha para nós um sabor tão lúdico, completamente diferente da ótica do pescador, para quem a canoa é uma ferramenta de seu trabalho. A lagoa era tomada de siri; para todos os lados que olhávamos víamos siris. De repente encontramos o mar limpo, lindo, deserto, com uma ilha na frente. Ali, além de nós, só havia os próprios moradores” (p. 2-3).*

Nesse contexto, muitos dos moradores tomaram contato pela primeira vez com objetos que futuramente vieram a fazer parte de seu cotidiano. O interesse por esses novos elementos foi crescente, assim como o de alguns visitantes por Ibiraquera. Era uma época onde a terra, por lá, não tinha muito valor financeiro. Entre os *nativos* ela costumava inclusive ser cedida para quem precisasse de um lugar para construir uma casa, ou plantar uma roça. Assim, visitantes interessados em retornar, ou apenas em ter um terreno, podiam comprá-lo por uma pequena quantidade de dinheiro se comparado a outros locais mais habitados, e mesmo ao que esses compradores vislumbravam como o que poderia valer. São habituais as histórias de pessoas que trocaram um pedaço de terra, para que *gente de fora* construísse uma casa, por rádio a pilha, TV a bateria, ou outros objetos.

Essas casas tinham por finalidade servir de local para que os de fora se hospedassem durante suas visitas, principalmente no verão e férias. Com o passar do tempo alguns desses visitantes foram ficando, e acabaram optando por morar em Ibiraquera. Atualmente já há filhos jovens desses novos moradores que nasceram na região, inclusive que em determinadas circunstâncias são denominados e se autodenominam *nativos*.

Houve, desses forasteiros, aqueles que aproveitaram a oportunidade do grande poder de compra de terras que seu dinheiro tinha na região e adquiriram um terreno suficiente para construir uma casa ou um pouco mais. No entanto, outros, todos empresários do Rio Grande do Sul, se tornaram proprietários de vastas extensões, sendo estes casos invariavelmente foco de conflitos, muitos que perduram ainda hoje.

Farei um breve relato de algumas dessas situações para ilustrar um pouco mais essa relação entre *nativos* e *os de fora*. Esses assuntos costumam mobilizar um grande número de pessoas. Constantemente, esses conflitos são debatidos nas instâncias participativas que envolvem o Projeto, estando recorrentemente na pauta nas reuniões da Agenda 21 local.

O primeiro diz respeito a disputa do acesso pela estrada que leva à Praia Vermelha. Entre as praias do Ouvidor e do Rosa se encontra essa praia, conhecida também como “Praia da Gerdal”. Apesar da praia em si não poder ser particular, já que está dentro de um território pertencente à Marinha, um conhecido grupo empresarial brasileiro, chamado na região de *Gerdal*, detém o terreno que vai da faixa de areia dessa praia até o topo do morro que a cerca, por isso muitas vezes a praia é tratada como patrimônio privado. Também envolvidos por essa área se encontram dois ranchos de pesca usados há muito tempo por pescadores locais, um junto à praia e outro no costão. O único acesso de carro ou moto a esses ranchos, o que é importante para a mobilidade dos pescadores e a retirada do produto da pesca, está dentro do terreno da *Gerdal*. Ele parte de um portão situado na Praia do Ouvidor e é controlado por

funcionários desse grupo. Alegando a necessidade de proteção ao patrimônio natural e particular, já que foi construída alguma infra-estrutura como casas e quadras esportivas, por diversas vezes o portão foi fechado, impedindo a entrada tanto de visitantes como de pescadores. Isso tem sido motivo de grandes conflitos que já resultaram em inúmeras negociações, processos judiciais e agressões, inclusive com um pescador recebendo um disparo de arma de fogo de um policial. Essa disputa é constantemente pauta nas reuniões do Fórum de Agenda 21 de Ibiraguera e na Associação de Pescadores de Ibiraguera, e nela estão envolvidos, ativamente, defendendo os interesses dos pescadores, alguns dos principais atores sociais dessas duas instituições.

Outros grandes proprietários de terra em Ibiraguera são dois irmãos que herdaram uma fazenda, que vai da areia da Praia do Ouvidor até a estrada que liga a BR 101 ao centro de Garopaba (principal acesso na região). Estes irmãos fazem parte da Fundação Gaia de Porto Alegre, uma das mais tradicionais ONGs ambientalistas do Brasil, fundada por José Lutzemberg, e procuram desenvolver nessa fazenda um manejo ecológico. Sem entrar em detalhes dos projetos que eles desenvolvem nessas terras, nem seus méritos, apenas citar que ao mesmo tempo em que são criticados por uma parte dos *nativos* que questionam seu caráter ecológico, são reconhecidos por ambientalistas e instituições como o IBAMA. A manutenção e recuperação do ambiente natural tem sido o argumento que os proprietários da fazenda utilizam para tomar medidas restritivas quanto ao uso de caminhos e um rancho de pesca dentro de seus limites. E isso tem ocasionado algumas discussões que repercutem nas mesmas instituições que falei quando tratei da Praia Vermelha. Também há uma disputa de terra envolvida nessa situação, que já foi levada e decidida pelo Poder Judiciário em favor dos irmãos que herdaram, e de certa forma isso também implica nas questões relacionadas a esse conflito.

Por fim, apenas para citar, já que este é um conflito que não tem mais resultado em discussões, mas que já envolveu grandes debates, inclusive com agressões físicas, as terras que ficam no extremo Sul da Praia do Rosa também foram adquiridas por empresários de Porto Alegre. Eles tentaram impedir o acesso, gerando uma reação por parte de pescadores que pescam em ranchos situados nesse local, conhecido como Porto Novo, e que conseguiram impedir esse fechamento.

Esses casos assemelham-se aos que Cardoso (2001) encontra no litoral Norte de São Paulo, onde *“verifica-se uma verdadeira queda de braços entre o setor pesqueiro e o turístico, no âmbito das administrações municipais, predominando, na maioria dos casos, os interesses*

turísticos” (p. 116). Situação que representa uma gradual perda de direito de gestão do espaço, por parte das populações que tradicionalmente detinham essa incumbência.

Na região em que realizei este estudo, as questões relativas à abertura da barra da lagoa evidenciam sobremaneira este fenômeno. A barra que liga a Lagoa de Ibiraquera ao mar costuma fechar-se após esvaziar parte da água de seu interior e chegar a um determinado nível. Sua abertura, no entanto, é controlada pela ação antrópica. Primeiramente quem decidia o momento de abrir a barra eram pescadores experientes, conhecedores dos ciclos naturais e sinais da natureza, que esperavam a quadra⁵ que propiciaria uma maior entrada de pescados na lagoa. Os próprios pescadores, munidos de pá e enxada, realizavam o trabalho de escavar um pequeno canal da lagoa até o mar, que depois se expandia naturalmente com a força da água. Atualmente essa abertura segue outra lógica, ditada por atores ligados ao setor turístico, e realizada com uma escavadeira da prefeitura de Imbituba. O que tem influenciado a ocasião apropriada para a abertura é o nível da água muito alto, entupindo as fossas das casas que foram construídas em locais baixos, que anteriormente não eram valorizados para esse fim, ou o cheiro desagradável que eventualmente emana da lagoa, quando há bastante matéria orgânica em decomposição.

Paralelo a esse processo, que iniciou com a exploração turística da região, e levou a uma valorização dos terrenos, houve a implantação de infra-estrutura para comportar esses novos freqüentadores, bem como suas necessidades (Araújo, 2006). Isso resultou na abertura e melhoria de vias de acesso, instalação de uma rede de distribuição de água, de energia elétrica, até a construção de pontos comerciais, casas de aluguel, camping, hotéis e pousadas. As oportunidades econômicas proporcionadas com essas mudanças serviram como atrativo para que viessem mais pessoas de outros lugares.

Os maiores empreendimentos pertencem a *não-nativos*, ficando boa parte dos moradores mais antigos à margem dessa dinâmica. É sentida uma melhoria nas condições materiais entre o *nativos*, o que aparece na conversa com os mais velhos. Mas, ao mesmo tempo, há uma pauperização dos *nativos*, já que vão ficando destituídos de seus bens mais valiosos, a terra e outros meios de produção, seus conhecimentos tradicionais e as condições que os tornam úteis e, por fim, sua própria organização sociocultural. Também vão perdendo poder sobre as definições dos modos de apropriação do espaço, gerando limitações à reprodução social e sustentação econômica dos modos tradicionais. Isso tudo colocando essas pessoas em

⁵ A palavra quadra, entre os pescadores de Ibiraquera, mas também já ouvi a expressão em outras comunidades pesqueiras de Santa Catarina, concentra um série de condições ambientais, boas ou não, para alguma atividade referente à pesca.

subordinação a um modo de vida trazido por esses novos habitantes, junto com o sistema econômico hegemônico.

Os *nativos* se vinculam ao novo sistema produtivo, baseado no turismo, em postos de baixa remuneração e status social. A isso Araújo (2006) chamou de subemprego, que são, “*funções que não exigem alta qualificação profissional, não proporcionam um nível de vida que satisfaça plenamente as necessidades básicas e transcendentais, e não possuem prestígio social, como pedreiro, camareira, faxineira, etc.*” (p. 56). As atividades tradicionais, voltadas para a pesca e agricultura, não habilitaram os antigos moradores para esses ofícios recentes, e os atuais empresários do turismo tem preferido, para os empregos mais qualificados, mão-de-obra vinda de outros centros urbanos.

Dessa forma acredito ter conseguido descrever um panorama geral da diversidade social que hoje compõe o cenário de Ibiraquera, e, assim, posso me concentrar em entender quem são os *nativos*, grupo que escolhi como foco de minhas pesquisas. O esforço que fiz em definir *os outros* se justifica pela necessidade da identificação desse grupo que elegi para estudar, já que a formação de uma identidade cultural nunca acontece sem a oposição de um grupo a outro.

2.2 Os *nativos/estabelecidos*

Tenho usado, neste texto, o termo *nativo* retendo a idéia que estou me referindo aos *nativos* originais. Por isso, quero deixar claro que não estou me referindo aos filhos de pessoas que vieram de outros lugares morar em Ibiraquera e nasceram e foram criados quando os pais já moravam na região da Lagoa. E, quando faço uso dessa definição estou me apropriando da descrita por Elias e Scotson (2000) para o conceito de *estabelecidos*.

Estudando uma comunidade inglesa, Elias & Scotson (2000) cunharam o conceito *estabelecidos* em oposição a *outsiders*. Suas pesquisas estavam centradas nas relações entre um grupo de moradores que já viviam há gerações em uma determinada região, com as pessoas que começaram a chegar para morar nesse lugar. Aos primeiros eles denominaram *estabelecidos* e *outsiders* aos outros. Os autores investigaram como se demarcou a diferenciação entre esses dois grupos, a construção da identidade e a legitimação de determinadas ações para uns e para os outros, ditando entre outras coisas as regras do convívio social.

Vou buscar construir uma compreensão acerca dos *nativos* de Ibiraquera partindo de sua formação histórica. Assim, pretendo ter subsídios para definir o que são eles hoje. Mesmo considerando a presença de negros que possivelmente moram na região há muito tempo, inclusive de já ter ouvido, algumas vezes, que eles são descendentes de quilombolas, não irei considerá-los em minha pesquisa. Faço isso tanto por desconhecer qual a situação a esse respeito, quanto por até então não haver percebido a participação deles nem sua relação com os processos de participação que estudo⁶. Da mesma forma desconsiderarei a presença de indígenas. Sua existência declarada é desconhecida na região, e a ascendência entre os atuais moradores que se encontram no grupo dos *nativos* é de difícil acompanhamento. Porém, a influência cultural tanto de negros quanto de indígenas é evidente, mas mesmo isso é difícil dizer de onde veio, ou se foi originado ali mesmo.

De acordo com Piazza (1994), o processo de colonização português levando à ocupação da região por europeus e seus descendentes teve início em fins do século XVII. Os vicentistas, estabelecendo uma colônia em Laguna, foram os primeiros desse povo a vir habitar as terras catarinenses ao Sul de Florianópolis. No ano de 1714, foi solicitada à coroa portuguesa, por Francisco de Brito Peixoto, filho do fundador do povoado de Laguna, a quem sucedeu no governo dessa povoação, a primeira concessão de terras, por meio de sesmarias, que iam de Garopaba até o rio Tramandaí. Um pouco mais tarde, na década de 1720, até início da de 1830, foram determinadas novas concessões de sesmarias para vicentistas nessa parte do litoral catarinense. A partir de então é que “*vai se processar uma mais intensa ocupação do litoral catarinense, com a concessão de sesmarias e a fixação de sesmeiros, com seus estabelecimentos agrícolas e pastorais*” (p. 34).

No entanto, há representado nas manifestações culturais um certo consenso entre os habitantes da região, e o reconhecimento por parte das prefeituras, difundindo que a matriz de origem européia, provinda das ilhas de Açores e Madeira, é a principal influência étnica dentre os *nativos* de Ibiraquera. A data de chegada desses imigrantes em Ibiraquera não está bem determinada, mas possivelmente tenha ocorrido nos fins do século XVIII ou início do seguinte.

⁶ Esta falta soma-se a ausência significativa de estudos que dêem conta da importância dos grupos de africanos, que como colonizadores compulsórios do Brasil, também fazem parte da formação sociocultural de Santa Catarina. Como estive concentrado no entendimento de uma política substantiva entre os nativos que estão efetivamente envolvidos com o Projeto Ibiraquera, negligenciei um estudo sobre os significados da ausência deste e de outros grupos ausentes do processo. Isso só aumenta a percepção da necessidade de outras abordagens que foquem exatamente a relação entre os negros e o Projeto Ibiraquera, e que procure trazer explicações sobre os possíveis significados dessa falta.

Estabelecidos na região, logo trataram de cultivar a terra de onde tiravam quase todo seu sustento. Plantavam principalmente mandioca, da qual produziam farinha, que foi a base da dieta local até recentemente. Outras culturas eram também praticadas, como o amendoim, o café, o feijão, a abóbora e o milho. Algumas árvores eram plantadas para uso tanto da fruta e da semente como da madeira. Possuíam algum gado bovino que servia tanto para o abate e leite quanto para puxar carros-de-boi e engenho. Cavalos eram mais raros e menos valorizados por serem mais fracos que os bois. Alguns criavam uns poucos porcos para consumo da família, mas quando abatiam um, assim como faziam com os bovinos, cediam um pedaço a vizinhos e parentes. Galinhas e perus eram criados, esses últimos viviam soltos e eram identificados por uma fita amarrada na perna, que continha a cor correspondente ao seu dono.

A pesca era realizada com intuito de complementar a alimentação.

É preciso salientar que, sobretudo nos países tropicais, antes da chegada do capitalismo na pesca, foram desenvolvidos sistemas de pesca adaptados às condições ecológicas e sócio-culturais, marcadas sobretudo pela maior disponibilidade dos recursos pesqueiros, fraca densidade populacional, relações intermitentes com o mercado e pelo uso de tecnologias patrimoniais de impacto reduzido sobre os estoques pesqueiros (Diegues, 2003, p. 17).

Em Ibiraquera é possível pescar tanto na lagoa quanto no mar. A pesca de lagoa foi praticada por todos os *nativos*, de onde tiravam peixe, camarão e siri. No mar, a coleta de mariscos, a pesca com linha de mão e tarrafadas na arrebentação das ondas era realizada por grande parte desses moradores. No entanto, já é mais difícil precisar quando e para que fim se processou uma pesca com uso de embarcações no mar. É seguro dizer, baseado na idade de um velho pescador que disse que quando nasceu seu pai já realizava esta modalidade de pesca, que no início do século XX ela já acontecia. Dentre a pesca de mar com uso de canoas, a pesca da tainha, que acontece de maio a julho, mobilizando um grande contingente de pescadores, é a mais importante para a organização social e em termos de produtividade.

Moravam em casas simples de pau-a-pique cobertas com palha que perduraram até meados do século passado. As famílias com melhores condições construía um engenho de farinha, que podia ser emprestado para os que não tinham, em troca de uma parte da farinha processada, de trabalho ou mesmo sem demandar de nenhuma troca direta. A farinha era o principal item comercializado e era entregue a um dos poucos comerciantes que atuavam na região. Deles se compravam os poucos produtos que vinham de fora, e necessários por ali. Essas compras ficavam contabilizadas em uma caderneta, que oscilava entre o crédito, quando

o produtor entregava sua produção de farinha ao comerciante, e o débito, quando esse crédito se esgotava.

Quase tudo do que precisavam produziam ali mesmo, e se possível pela própria família. O algodão era plantado, fiado e tecido, gerando o pano para confecção de roupas e cobertas. Do mesmo algodão também eram feitos os fios para as grandes redes de pesca no mar, e outras fibras vegetais, como o tucum, eram usadas para os fios que formavam as tarrafas e demais artefatos para pesca. O sabão era produzido com o óleo extraído das sementes de amendoeiras plantadas no quintal de casa, ou então da gordura do porco, e das cinzas de algumas plantas. A mamona cedia o óleo usado na iluminação. Artesãos e construtores criavam e produziam utensílios usados no dia-a-dia dessas pessoas.

A ajuda entre vizinhos e parentes também era uma forma de organização econômica, isso acontecia sempre quando alguém se encontrava em dificuldades ou precisava efetuar um trabalho além de suas capacidades físicas. Quando uma pessoa ficava doente, ou uma mulher ficava viúva, dificultando a produção de alimento para essa família, os amigos costumavam levar pescados, farinha, um pedaço de carne, ou qualquer outra coisa que dispusessem e fosse útil. Da mesma forma havia uma mobilização na comunidade quando alguém resolvesse construir uma casa ou um engenho. Na época da colheita da mandioca, a família toda era envolvida no processo de feitura da farinha.

A espiritualidade era outro elemento bastante importante entre os *nativos* que se mantinham fiéis às tradições católicas. As missas, novenas e festividades religiosas faziam parte do contexto do convívio social. A comemoração da Bandeira do Divino Espírito Santo e o Reizado são algumas dessas manifestações⁷.

Esse panorama permaneceu praticamente inalterado até a segunda metade do século passado, quando Ibiraquera passou a sofrer de uma maior interferência da sociedade envolvente. Após a década de 1960, com as políticas governamentais de fomento à pesca industrial, e mais intensivamente na década seguinte, pelo crescimento da procura do litoral e suas praias como atrativo turístico. Este foi um processo pelo qual passou grande parte das populações litorâneas brasileiras, formadas por agricultores/pescadores, nas suas mais diversas configurações, e que por diversos motivos, aumentaram seu contato com a sociedade moderna e o modelo de produção capitalista, transformando seu modo de vida (Mourão, 2003; Lago, 1996; Prado, 2002).

⁷ A religiosidade, com as práticas católicas, ainda são parte fundamental da constituição dos espaços de convívio, bem como dos sentidos e normas nas relações sociais.

O Estado, na elaboração de diversas políticas públicas, foi responsável por constantes alterações no modo de vida das populações litorâneas. No Brasil, *“incentivos mal planejados para se desenvolver a pesca industrial tiveram impactos negativos sobre a pesca artesanal, trazendo problemas crescentes de marginalização social e pobreza dos pescadores”* (Diegues, 2003, p. 15). Apesar de que antes mesmo de ser iniciado o incentivo à pesca industrial, isso significa que anteriormente à década de 1960, algumas políticas governamentais já afligiam os pescadores (Cardoso, 2001).

Essas interferências do Estado no modo de vida das populações litorâneas foram trabalhadas por Cardoso (2001), que apresenta o que chama de *“três processos alavancados pelo Estado no decorrer do século XX que levaram à configuração de um modelo de gestão das pescarias, cuja crise é evidente e cuja superação ainda não se encontra totalmente delineada”* (p. 24)⁸.

Esse autor interpreta os três processos acima como o controle do Estado sobre a força-de-trabalho (o pescador), a tecnologia e o objeto de trabalho (o território) respectivamente. E que:

podem ser interpretados como possuidores de uma mesma lógica, uma mesma racionalidade, uma mesma ideologia: a da pesca racional, moderna, baseada na tecnologia, com pescadores comportados. Discurso presente até os dias de hoje, à mercê dos escândalos, desperdícios, depredações e limites naturais de expansão deste modelo que a história das últimas três décadas do setor pesqueiro revelou abertamente (p. 26).

Todas essas questões incidindo na região de Ibiraquera passam a se relacionar com as tradições locais, o que num processo constante de transformação cultural deu forma a quem são os atuais pescadores/agricultores da região. Os *nativos*, atualmente, resultam do encontro entre a cultura dos nativos originais e a modernidade, sendo esta constantemente reforçada pelas ações do Estado. A partir dessa situação eles precisam achar uma forma de viver e se

⁸ De acordo com Cardoso (2001), os três processos são os seguintes: a) o recrutamento dos pescadores como reserva estratégica para o estabelecimento da Marinha de Guerra brasileira, no processo de formação do Estado Nacional, a partir das duas primeiras décadas do século XX. O autor atribui a isso a inoperância de várias Colônias de Pesca, já que o sistema organizativo da categoria, composto pelas Colônias, Federações e Confederações, foi criado nesse momento, atrelando o pescador à Marinha. Situação que só se alterou na Constituição de 1988, onde as Colônias conquistaram status de organização sindical independente. *“Ao lado deste processo de controle da força-de-trabalho, procurou-se organizar um mercado-de-trabalho baseado numa lógica externa a das sociedades de pescadores”* (p. 24-25). b) o processo desencadeado a partir da década de 1960, chamado de *“modernização”* da pesca, onde se buscou através da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) desenvolver uma pesca industrial, que segundo o autor, acabou gerando *“concentração de riqueza, expropriação dos pequenos produtores e destruição acelerada dos recursos naturais”* (p. 25). c) a consolidação dos espaços marinhos nacionais, que a partir de 1970 passaram a ser relevantes no cenário internacional.

reproduzir socialmente. Conseguem isso se associando aos processos econômicos desencadeados na região, sem abrir mão completamente de seus valores e costumes.

Como estão menos preparados para enfrentar a dinâmica da economia de mercado, que exige pessoas treinadas para o uso das tecnologias e costumes modernos e, de alta formação escolar, os *nativos* geralmente se inserem nas margens desse sistema. São mão-de-obra para serviços pouco qualificados e de baixo rendimento econômico. Costumam ser empregados na construção civil, na limpeza de casas e pousadas e em outros trabalhos semelhantes.

As gerações mais novas têm procurado se qualificar melhor para essa nova situação. Dessa forma conquistam postos de trabalho um pouco melhores, mas, não sem a perda de parte dos conhecimentos de seus pais e avós. Esses jovens vão se aproximando dos hábitos das pessoas que vêm para Ibiraguera morar ou passear. Continuam subordinados a eles, mas com salários e funções mais elevadas.

A família continua exercendo uma grande importância na sustentação e formação de seus membros, mas os mais novos passaram a questionar os mais velhos e a não os obedecer, o que tem sido visto como um desrespeito. A base familiar são os avós, e em torno deles costumam morar seus filhos e netos. As relações de solidariedade e reciprocidade permanecem entre eles. Uns ajudam os outros na educação e cuidado dos filhos, podendo haver até uma contribuição no financiamento do estudo de alguns membros.

A pesca e a agricultura continuam existindo, mas se vê poucos jovens envolvidos com essas atividades. Muitos engenhos deixaram de funcionar e já não é tão fácil encontrar uma pessoa preparada para a secagem da farinha no forno, função conhecida como forneador. A lagoa já não tem mais a mesma qualidade pesqueira, sua dinâmica ecológica foi alterada, ainda se pesca camarão em seu interior, bem como outros pescados, mas ela não tem a mesma importância que tinha. A pesca no mar também se encontra em dificuldades, não há tantas pessoas disponíveis a compor as equipes necessárias para essa atividade.

Os terrenos que restaram nas mãos dos *nativos* não são mais vendidos a preços baixos. Eles passaram a servir como uma reserva financeira que pode ser usada em uma emergência ou quando se resolve fazer algum outro investimento. Essa espécie de “poupança” trouxe um novo significado para a terra, onde seu papel como meio de produção perdeu importância.

Construir uma casa, um puxado, ou mesmo um quarto que possa ser alugado para os turistas no verão, são alternativas que esses moradores procuram para se inserir nessa economia de uma forma mais autônoma. Alguns, com mais condições econômicas, conseguem construir pequenas pousadas.

O comércio é uma outra atividade econômica que os *nativos* quando têm condições se tornam proprietários. Loja de roupa, artesanato, mercados, loja de materiais de construção, bares, lanchonetes e boates são alguns exemplos. Esses são os que aparentemente têm conseguido melhores sucessos financeiros entre os *nativos*. Araújo (2006) destaca que os restaurantes mais simples e mais típicos pertencem a pessoas da região que têm sua carteira de pesca, identificam-se como pescadores, mas não exercem mais essa função comercialmente, já que o turismo é sua maior fonte de renda.

Segundo Araújo (2006):

O desenvolvimento turístico no entorno da Lagoa de Ibiraquera vem ocasionando sérios impactos socioeconômicos e ambientais, conseqüências da falta de um plano de desenvolvimento turístico local, associada à precária infra-estrutura da região. Em suma, a região é vítima das mazelas trazidas pelo desenvolvimento urbano desenfreado: ocupação desordenada de áreas destinadas à atividade turística, até mesmo desrespeitando áreas de marinha; péssimo estado de conservação das estradas; ausência de coleta de lixo; poluição sonora nos meses de verão; falta de controle sanitário; consumo e tráfico de drogas; roubos de carros, de casas e de turistas; conflito entre a comunidade receptora e os turistas; dependência econômica dos moradores locais pela atividade turística; etc (p. 63).

De acordo com a percepção dos pescadores-agricultores idosos, Freitas (2005) destacou entre os aspectos negativos da fase de exploração turística: aumento da desigualdade social e estratificação das comunidades; enfraquecimento da coesão social e do respeito existente nas comunidades; e o livre acesso aos recursos pesqueiros na lagoa e no mar.

Fabiano (2004), estudando o período entre 2001 e 2003, também apresenta um cenário de crise, onde os principais problemas estão relacionados à fiscalização deficiente; artes de pesca; presença de pescadores “de fora”; abertura do canal da Barra; turismo e loteamento; criação da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca; esportes náuticos; apropriação de áreas pública; e poluição hídrica⁹.

Carros, motos, pranchas de surf, aparelhos eletrônicos, celulares, roupas, sapatos estão entre os objetos que passaram a ser desejados. Pouca coisa do que se precisa continua sendo produzido no local, tudo precisa ser comprado. Mesmo a alimentação não é mais fruto da produção familiar, se trabalha para comprá-la nos mercados. A ampliação da diversidade dos itens alimentares que podem ser acessados por esses meios acabou por alterar esses hábitos também. Frango, macarrão, arroz e pão, que eram raros, passaram a ocupar um lugar de destaque na alimentação, em detrimento do peixe, camarão, beiju e farinha de mandioca.

⁹ Para uma descrição mais detalhada de cada uma dessas problemáticas, consultar a dissertação de mestrado de Fabiano (2004).

A igreja católica agora divide seu espaço com as evangélicas, além de perder fiéis que abandonam as tradições religiosas. Mesmo assim ainda é bem forte a presença do catolicismo entre os mais velhos, porém vai se enfraquecendo nas gerações mais novas. As festas religiosas não são mais tão importantes (ainda que mantenham uma presença significativa), até porque hoje em dia existem muitas festas, bares e boates na região. Algumas ainda persistem, como a farra do boi que atrai muitos participantes na Semana Santa.

Mesmo com essa aparente aproximação dos *nativos* ao modo de vida da modernidade, eles se mantêm com suas próprias relações sociais distintas dos *outsiders*. Existe um código de conduta ao qual permanecem ligados e que tem mais a ver com os valores tradicionais do que com esses que vão chegando. Entre eles há uma rede de comunicação onde todos sabem de todos. E sempre procuram fazer uma diferenciação de si em relação aos visitantes e moradores vindos de fora, o que pode servir tanto como uma auto-proteção sociocultural como para legitimação de sua posição como nativo, e como tal, com direitos fidedignos sobre o lugar.

No entanto essas mudanças, que alteram o ritmo de vida, o sentido de pertencimento no grupo, a identidade da comunidade e deixam os indivíduos sem um projeto de vida, têm trazido problemas de diversas ordens, inclusive emocionais. O Fórum de Agenda 21 de Ibiraquera já foi procurado para apoiar um grupo de “auto-ajuda”, que objetivava trabalhar com depressão, doença que, segundo o organizador do grupo, tem se expandido bastante entre os *nativos*, em especial as mulheres e os mais velhos.

Essa situação já foi apresentada por Barbosa (2004), que traz uma abordagem interdisciplinar, em um grupo de pescadores artesanais do litoral carioca, da manifestação do que chama “dores da alma”, ou seja, doenças que geram sofrimento psíquico. Situação que afirma ser crescente na sociedade contemporânea como um todo, inclusive entre pescadores. Entre elas as principais, pela frequência com que têm aparecido, são a depressão e a síndrome do pânico.

Mesmo assumindo a complexidade da problemática em questão, essa autora traz a necessidade de “*um projeto de sociedade que insira os sujeitos e suas identidades sociais definidas e plenas, com seu caráter político e transformador*” (p. 126) como um requisito básico para sua superação. Isso partindo da constatação de que a perda da identidade, e sua ligação com o projeto de vida, encontram-se entre os principais fatores de influência na geração de casos de “dores da alma” entre os pescadores e pescadoras do caso estudado.

Entendo esses problemas como efeitos de uma ruptura com a estrutura que dava sustentação ao sistema de significados local. Na ausência de um substituto, que talvez esteja

em formação, a sensação de insegurança prevalece. Parece-me que isso tem a ver com o que Mourão (2003) define como uma “*situação tipicamente anômica*” (p. 234), que atinge o grupo em um período de transição para um novo estado. E essa compreensão traz mais sentido a este trabalho, que procura fazer uma interlocução entre um sistema tradicional de se fazer política, e o novo modelo que atualmente tem sido pensado como uma alternativa solidária.

Segundo esse autor, baseado na pesquisa que realizou no litoral paulista, a organização social tradicional das comunidades pesqueiras estudadas entrou em um período de desestabilização com a intensificação das relações com a sociedade envolvente, o que foi seguido de uma reconfiguração em sua organização. Ibiraquera está passando por um processo semelhante, e tendo em vista a manutenção de condições ambientais que permitam a permanência de populações humanas vivendo por gerações na região, o Projeto Ibiraquera tem procurado auxiliar na condução dessa transição. Neste contexto, o envolvimento dos moradores, através da gestão participativa dos recursos, e no delineamento do cenário futuro que pretende construir, bem como as estratégias para este fim, tem sido primordial. Para isso se constituiu um Fórum de Agenda 21 local, que tem aglutinado as ações do Projeto Ibiraquera.

Esse é o grupo que encontrei em Ibiraquera categorizado como *nativos* sob os quais escolhi para focar minhas pesquisas. Uma mistura que ao mesmo tempo em que tem sonhos e vontades bastante semelhantes ao das pessoas das grandes cidades, apresenta valores, costumes e uma forma de reprodução cultural ligados à tradição de seus ancestrais.

Procurando entender uma dinâmica que se encontra em rápida transformação, dei atenção nessa análise aos fenômenos que estão na origem sociocultural desse grupo. Essa foi uma estratégia para também reduzir a complexidade, pois hoje não podemos considerar as relações sociais de Ibiraquera apenas sob o foco do que se costuma chamar de relações tradicionais.

3. ESTRUTURA DE POLÍTICA SUBSTANTIVA EM IBIRAQUERA

Para cumprir o objetivo desta pesquisa, e verificar se há uma forma institucional e uma substantiva de se praticar política no *campo* do Projeto Ibiraguera, irei primeiramente descrever um entendimento dessas duas formas. Com isso pretendo dar conta do primeiro desses objetivos, qual seja, verificar se realmente existe essa distinção. Neste capítulo esboçarei uma compreensão sobre a estrutura que dá sentido às relações políticas substantivas. No seguinte, farei o mesmo com a participação social institucionalizada pelo Projeto Ibiraguera. Terminarei esta etapa com uma análise comparativa, apresentando algumas diferenças fundamentais entre a política substantiva e a política participativa no contexto estudado.

Quando falo de uma participação substantiva dos *nativos*, trato de uma série de relações sociais que se desenvolveram durante gerações na história do grupo. Atualmente, o processo de transformação nessas relações aumentou muito seu ritmo, em função da intensificação das tensões entre este modo de vida, comunitário, e as forças da modernização. Por isso, apesar de estar tratando de uma estrutura arraigada nas tradições desse grupo, entendo que existem outras relações que exercem força no sistema político, mas é nas relações tradicionais que estou focando este estudo.

No contexto histórico do espaço social de Ibiraguera, a distinção das relações que formam o campo do poder não é uma tarefa fácil. Enquanto que na sua interação com os governos, principalmente nos níveis mais próximos – municipal e estadual –, e a formação de um campo político, seja mais fácil definir, nos processos internos ao grupo social, onde se processam as relações de dominação, torna-se mais difícil. Isso acontece porque as relações sociais, políticas, econômicas, ecológicas e culturais estão atreladas de forma bastante forte, umas às outras, dificultando a separação.

Desta forma, procurei sistematizar uma compreensão da política substantiva, partindo de um entendimento do sistema de comunicação tradicional. Isso porque através dele pude estudar como se processa a interação simbólica entre os *nativos*. Feito isso, passei a formular uma noção sobre o campo do poder substantivo, apresentando como se formam as relações de dominação, propriamente ditas, na conformação das hierarquias.

3.1 Sistema de comunicação tradicional

As formas simbólicas apresentam um aspecto ativo como instrumentos de conhecimento e na construção do mundo. Elas não são universais, são socialmente construídas, e, conseqüentemente, arbitrárias ao grupo. Baseado na tradição idealista, Bourdieu (2003) afirma que, “a objetividade do sentido mundo define-se pela concordância das subjetividades estruturantes (*sensu = consensu*)” (p. 8). A comunicação, que ocorre pela troca simbólica, socializa uma visão de mundo, que por sua vez põe ordem nele, designando o campo onde os agentes devem se situar.

Os símbolos são os instrumentos por excelência da «integração social»: enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação ..., eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração «lógica» é a condição da integração «moral» (Bourdieu, 2003, p. 10).

A assimilação desses símbolos, e sua objetivação pela formação de um significado comum entre os sujeitos, forma a representação que os indivíduos terão da realidade.

A psicologia social tem encontrado na representação social a forma como os indivíduos definem as coisas em seu processo cognitivo, o que irá interferir em suas atitudes. As representações sociais são construídas coletivamente na interação social (Moscovici, 1978).

A representação social funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas. A representação é um guia para a ação, ela orienta as ações e as relações sociais. Ela é um sistema de pré-decodificações da realidade porque ela determina um conjunto de antecipações e expectativas (Abric, 1998, p. 28).

No seu dia-a-dia os indivíduos se deparam com um mundo físico, que também é social, onde interagem emitindo e recebendo informações. Internamente isso tudo é processado pela sua estrutura cognitiva, que procura dar significado ao que ainda não tem um. Para Moscovici (1985), a formação de uma nova representação acontece da seguinte maneira:

O primeiro processo se volta para a ancoragem das representações, trazendo-as de volta às categorias e imagens diárias, e ligando-as a um ponto de referência reconhecível. O segundo processo se volta para a objetivação das representações, isto é, transforma uma abstração em algo quase físico, traduz algo que existe em nossos pensamentos em algo que existe na “natureza”. Estes dois processos servem para nos familiarizar com o desconhecido; o primeiro o transfere para nosso esquema de referência, onde podemos

compará-lo e interpretá-lo; o último o reproduz, entre o que nós pensamos que seja visível e tangível, assim trazendo-o sob controle (p. 13-14).

Dessa forma, segundo Abric (1998), as representações sociais apresentam quatro funções especiais: permitir compreender e explicar a realidade (função de saber); definir a identidade e permitir a proteção da especificidade dos grupos (função identitária); guiar os comportamentos e as práticas (função de orientação); e *a posteriori* justificar as tomadas de posição e comportamentos.

Como as representações exercem uma força determinante na ação social, o domínio dos seus meios de produção e circulação é também uma forma de domínio sobre o indivíduo, ou grupo de indivíduos.

Na região da Lagoa de Ibiraquera essa relação comunicativa era feita nas conversas, no chamado “boca a boca”. Os *nativos* eram um grupo de tradição oral, onde não saber ler e escrever era bastante comum e não representava grandes problemas no convívio social, situação que Avellar (1993) categorizou como *não-letrados*. Atualmente, a escola exerce grande influência entre as gerações mais novas e o rádio e a televisão passaram a ser largamente difundidos; mesmo assim, o sistema do “boca a boca”, bem como a tradição oral, continuam significativamente presentes no contexto.

Para entender esse sistema de comunicação oral usarei, primeiramente, o conceito de *sociedade de interconhecimento* (Mendras, 1978), e, em seguida demonstrarei, a partir de situações vivenciadas em campo, a estrutura de espaços onde se concentram atividades comunicativas, que estou chamando de espaços de convívio social.

a) Sociedade de interconhecimento

Este é um conceito desenvolvido por Henri Mendras no seu amplo estudo buscando uma teoria geral do campesinato. Ele foi formatado na descrição das formas de sociabilidade no que chama de “sociedade aldeã”, que são comunidades estabelecidas em um território com relações próximas, em grande parte com laços de parentesco, características estas em que se enquadra meu campo de estudo. Particularmente à idéia de “sociedade de interconhecimento” ele relaciona a noção de que “aqui todo mundo se conhece”.

Segundo Mendras:

‘Conhecer-se’ assume ... um sentido ao mesmo tempo preciso e pleno: cada um conhece “todo mundo”, isto é, todos os demais, e todos os aspectos da personalidade do próximo. E não se trata de uma percepção ocasional e parcial, limitando a um quadro social ou a uma

atividade particular, como é regra na sociedade urbana, mas, ao contrário, de um conhecimento total e prolongado da pessoa do outro, no conjunto de suas posições sociais atuais e passadas, e nas particularidades de sua personalidade (Mendras, 1978, pp. 88).

Ibiraquera é um desses lugares onde todo mundo se conhece. Todos sabem o que se passa com os outros, têm uma opinião formada sobre a personalidade de cada um, e de cada família. Qualquer novidade circula rapidamente pelo “boca a boca”. E, é claro, um controla o outro. Comportamento presente entre os *nativos*, que na medida do possível tentam estender aos novos moradores e freqüentadores da região a vigilância e o controle.

Um fenômeno importante que vou usar para explicitar o efeito desse conhecimento mútuo no processo de gestão coletiva dos recursos, e que aparece com bastante freqüência nas conversas e entrevistas sobre a lagoa, é o que se refere aos “mata fome”. Esse era o nome dado a locais, a maioria na lagoa, de boa piscosidade, mas que também eram pontos de reprodução e crescimento das espécies¹⁰. Ao mesmo tempo em que acreditavam, pelas experiências anteriores, que ali se conseguiria “matar” algum pescado com facilidade, era difundida a idéia de que a pressão sobre esse estoque prejudicaria a sua disponibilidade em todo o restante do ambiente. De forma que mesmo sem o controle de uma fiscalização evidente, o local era respeitado por todos. Essa proibição não aparente tinha como prerrogativa casos onde uma família passasse por necessidades, velhos, doentes, pessoas consideradas mais fracas e famílias cujo o homem progenitor tinha morrido deixando os filhos aos cuidados apenas da mãe.

Situações semelhantes de restrições do uso de determinadas áreas para pesca, visando uma manutenção dos estoques, já foram anteriormente abordadas na literatura. Em especial Diegues (1983, 2003) trata do assunto relacionando com as formas de gestão tradicional de recursos.

Muitos cientistas naturais e ecologistas ignoram que as "comunidades humanas" tradicionais desenvolveram, ao longo dos séculos, formas engenhosas de conservação dos habitats marinhos e seus recursos, estabelecendo áreas onde os próprios homens não podem penetrar, por serem sagradas, locais onde habitam divindades que não podem ser perturbadas (Bourgeois, 1972; Diegues, 1994). Um exemplo disso é o uso de "ilhas e

¹⁰ Fabiano (2004), no estudo a respeito dos conflitos em torno da fazenda de cultivo de camarões situada na margem da Lagoa de Ibiraquera (na Lagoa de Cima), afirma que os tanques do empreendimento foram construídos sobre uma área de mata fome. Segundo ele, este era um local onde os peixes, camarões e siris vinham se abrigar em fase de crescimento. “Ali, a captura era informalmente autorizada apenas para garantir a subsistência das famílias de pescadores que não obtinham êxito em outros locais” (p. 57).

mares adjacentes como locais religiosos e sagrados", somente utilizados ocasionalmente para rituais de iniciação. (Diegues, 2003, p. 7).

No caso do “mata fome”, em Ibiraquera, não pude encontrar nenhuma relação com espaços sagrados, ou qualquer tipo de proibição que envolvesse entidades não humanas, o que torna ainda mais relevante para o contexto aqui analisado, onde as regras e formas de controle são exclusivamente comunitárias.

Mesmo que esse processo em relação aos “mata fome” tenha deixado de acontecer, entendê-lo é interessante, pois traz à tona como se processa o sistema para que esse comportamento seja respeitado. Para isso, algumas questões se colocam: como se respeitam essas normas sem que haja uma fiscalização expressa? Que tipo de cerceamento faz com que não se pesque nesses locais? O que se ganha em não usar das facilidades que esses pescadores oferecem?

Apesar de não existirem fiscais oficializados, a proximidade com que são estabelecidas as relações e o controle que um tem sobre a vida do outro, dificilmente ninguém perceberia se alguém passasse a usar um “mata fome” como ponto de pesca. Poucos indícios associados ao histórico das pessoas, e da família, seriam suficientes para “descobrir” algum comportamento que se procura esconder. Hoje, mesmo com o aumento da população na região, ainda é possível perceber essa relação que coloca todos – isso entre os *nativos* – sob constante vigilância, ou controle social. Numa conversa entre dois ou mais *nativos*, é recorrente o assunto sobre outras pessoas, no sentido de onde estão ou foram, o que viram ela fazer, e assim por diante. Os principais acontecimentos no cotidiano de alguma pessoa rapidamente chegam ao conhecimento de todas as outras. As movimentações estranhas também são observadas com atenção. Certa vez pude acompanhar um senhor que, com seus 79 anos, correu cerca de 300 metros, na Praia Vermelha, para ver quem pescava com tarrafa no costão, já que era época de tainha e essa não era uma prática permitida pelos pescadores que aguardavam os cardumes no rancho da praia. Esse constante zelo pelo que os outros fazem, a observação freqüente de qualquer atividade diferente no ambiente e uma idéia já concebida de como certos indivíduos (ou famílias) costumam agir, exercem um grande controle sobre as ações de cada um que pertença ao grupo.

Neste caso do “mata fome”, o envolvido, assim como sua família, seriam considerados desleais, e isso repercutiria na percepção geral que a comunidade teria sobre eles, afinal eles estavam retirando da reserva de todos, o que de certa forma seria um roubo. Isso incidiria na boa imagem que eles teriam diante dos outros, ou seja, sobre seu capital simbólico. O desonesto, o espertalhão que tira proveito sobre os outros, o preguiçoso, são atributos com

carga valorativa negativa na localidade. Assim como a idéia de que se é um fracassado, um fraco, sem sucesso econômico são imagens também indesejadas. Por outro lado, a busca por um lugar mais difícil de pescar, onde possivelmente será encontrado o peixe maior, o mais gostoso, são imagens recorrentes e trazem honra ao pescador.

Na atualidade, comportamento semelhante ao que antigamente podia ser atribuído a quem infligisse as regras de uso dos “mata fome” é o conflito estudado por Seixas (2002) entre tarrafeiros e redeiros. Os primeiros, que pescam usando tarrafas, reclamam que os pescadores que usam redes na lagoa matam uma quantidade muito grande de pescados, sem uma seleção adequada de tamanho e qualidade, prejudicando a disponibilidade deste recurso no ambiente. Nas reuniões e conversas onde aparece este tema, as pessoas costumam dizer que “todos sabem quem são os redeiros”, em alguns casos indicando eles.

Também há casos onde um redeiro com algum comportamento tido como inadequado é ao mesmo tempo classificado e valorado negativamente. Isso é comum nas reuniões em que um redeiro se manifesta contra algum posicionamento consensual entre o grupo mais atuante no Projeto Ibiraquera. Nas conversas após a reunião, algumas vezes já ouvi, de *nativos*, que a pessoa que “atrapalhou” a reunião é um redeiro. Algo semelhante também acontece nos bares e ranchos de pesca, onde diversas vezes, pessoas mencionadas nas conversas foram classificadas como redeiros de uma forma discriminatória.

Outra situação que chama a atenção, e que diz respeito ao interconhecimento, é a preocupação com aqueles considerados mais fracos ou em dificuldades. É preciso um bom conhecimento do que acontece na vida das outras pessoas para que se possam classificar aqueles que realmente precisam. A solidariedade presente nesse comportamento só é possível acompanhada de um histórico e a experiência vivencial entre esses indivíduos.

Percebendo esse fenômeno em Ibiraquera passei a associá-lo aos processos participativos, e não pude deixar de considerar a sua extrema relevância. Em especial, a questão da legitimidade das participações ganha outra conotação, já que foi pensada para sociedades mais individualistas. Esse conhecimento mútuo tem um efeito bem significativo quando uma pessoa expõe em uma reunião a vontade do seu grupo. Eu tenho notado nas reuniões de Ibiraquera a propriedade com que as pessoas defendem posições partindo do que acreditam ser o pensamento de outros. Ainda, nessas manifestações, bem como no envolvimento em atividades, os indivíduos costumam pesar a imagem que estarão construindo diante dos seus.

A presença dessa relação de conhecimento mútuo, como afirmou Mendras, é um eficiente modo de “regulamentação social”. E por sua vez, as normas sociais estão intimamente ligadas

à gestão dos recursos, definindo, por consequência, a disponibilidade deles no transcurso dos anos.

O que ocorre, ... é que cada forma de produção determina uma maneira específica de exploração da natureza e conseqüentemente as normas boas ou más de utilização da natureza. Cada forma de produção social apresenta portanto uma racionalidade própria, indicada pelos objetivos mais gerais de sua reprodução social ao longo da história. Godelier denomina essas normas de racionalidade intencional entendidas como um conjunto de regras sociais, conscientemente elaboradas e explicadas que se destinam a atingir certos objetivos societários (Diegues, p. 84, 1983).

Dessa forma, é preciso considerar que durante anos, seguramente até a década de 1970, as regras de manejo da Lagoa de Ibiraquera foram fruto de uma constante discussão, na região, das melhores estratégias para uma maior eficiência nos objetivos dos indivíduos da comunidade.

De acordo com Seixas & Berkes (2005), até a década de 1960, as instituições governamentais, ou mesmo a Colônia de Pesca, pouco interferiam nas regras de manejo da lagoa. As normas de gestão da pesca na lagoa eram criadas localmente e seguidas pelo respeito às práticas e conselhos dos mais velhos.

Já na década de 1970, com a construção de estradas ligando a região e, também, as comunidades de Ibiraquera, a comercialização que até então era dificultosa se intensificou. Isso aumentou a pressão sobre os pescados na lagoa, e o uso de métodos de pesca mais intensivos, gerando muitos conflitos. Essa situação levou, em 1971, a se estabelecer um acordo¹¹ entre os pescadores locais, na presença do presidente da Colônia de Pesca e do diretor do Departamento Estadual de Caça e Pesca. O interessante é que esse acordo não tinha nenhuma validade legal, no entanto, na região, as inúmeras normas estabelecidas pelas instituições determinadas legalmente para gestão da pesca eram descumpridas, e só valiam as desse acordo, ou as regras tradicionais de manejo. O acordo durou até metade da década de 1970.

Neste caso, as regras estabelecidas pelo acordo eram fiscalizadas por colaboradores da própria comunidade. De qualquer forma, a existência de um sistema onde todos se conhecem em profundidade fortaleceu o cumprimento das normas. Isso é sentido até os dias atuais, onde as regras institucionalizadas no acordo informal perderam seu mecanismo de coerção, os

¹¹ Segundo Seixas (2005), “*este acordo proibia: (a) o uso de redes nas Lagoas de Cima e do Saco (as redes só poderiam ser usadas nas Lagoas do Meio e de Baixo – as mais fundas), (b) a pesca com rede ou tarrafa na boca do canal da barra quando esta estivesse aberta; e (c) a venda de pescado por pescadores amadores*” (p. 129).

fiscais colaboradores mais permanecem como determinantes de um comportamento adequado.

b) Espaços de convívio social

É principalmente nesses espaços que são construídas as representações sociais sobre os assuntos debatidos nas reuniões das instituições participativas, bem como de todos os outros temas que dizem respeito à comunidade.

Esses espaços também são onde circulam grande parte das informações que percorrem Ibiraquera. Eles servem como um ponto de referência para se saber quais temas têm interessado às pessoas da região. Neles ainda é possível se divulgar ou mesmo esclarecer algumas questões de interesse aos processos participativos.

Em Ibiraquera tenho identificado os ranchos de pesca, bares, e as igrejas como lugares que preenchem essas condições. Possivelmente existam outras situações como jogos de futebol, grupos de idosos, de artesãs, ou mesmo reuniões em residências para fins religiosos, festivos ou qualquer outro.

A participação nesses espaços costuma ser mais ampla, e pessoas que se mantêm em silêncio em todas as reuniões costumam manifestar seus posicionamentos. Num linguajar próprio do lugar, os assuntos referentes à coletividade, inclusive aqueles destacados no processo do Projeto Ibiraquera, são debatidos. Posicionamentos contrários são colocados em confronto.

Nesses espaços é onde acostumam aparecer com mais evidência as opiniões que ficam caladas durante as reuniões. É o lugar onde se permite falar aquilo que não se teve coragem de dizer durante a reunião. Durante as reuniões, que são os momentos oficiais para participação, há um cerceamento ideológico nem sempre aparente, as regras de formalização do discurso também inibem posicionamentos, situações que se alteram nos espaços de convívio social, o que liberta para outras colocações. Os que não falaram o queria ali falar. Também se ouvem os que ficaram quietos só olhando, e ainda, os que nem aparecem nas reuniões. O silêncio, que nos processos participativos pode querer dizer alguma coisa, aqui ganha voz com as opiniões manifestadas claramente.

Esses espaços – especialmente os ranchos de pesca – também são freqüentados por alguns participantes mais ativos do Projeto Ibiraquera, inclusive as lideranças de destaque, principalmente os *nativos*. Conseqüentemente, as discussões dos espaços de convívio não

passam despercebidas. Mesmo é recorrente que após as reuniões pessoas vão a esses espaços para sentir a repercussão das questões debatidas.

Existe um canal de comunicação entre esses espaços e o Projeto Ibiraguera. Frequentadores desses espaços com relação estabelecida no Projeto Ibiraguera trazem os posicionamentos e inquietações que ouviram. No entanto, isso é uma apresentação parcial das idéias. Há um filtro entre o que se fala nesses espaços e o que chega às instituições formais, que é a subjetividade do portador. Sem considerar o que essa pessoa pensa, o que ela quer que os outros pensem e o que ela acha que os outros querem saber, suas informações perdem parte do significado.

Uma situação que pode dar uma boa idéia do potencial comunicativo desses espaços foi vivenciada por mim e alguns colegas do NMD, num bar frequentado quase que exclusivamente por *nativos*. Durante as várias vezes que fui a este local, sozinho ou com mais um colega que fazia seu trabalho de mestrado na mesma época, um dos assuntos recorrentes era sobre uma experiência de um outro pesquisador, associado ao Projeto Ibiraguera. Esta era uma pesquisa de mestrado (Pasco, 2005) que procurava definir uma concentração ideal de camarão, para um possível repovoamento desse recurso na lagoa.

Os frequentadores do bar discutiam qual era a finalidade dos cercados construídos dentro da lagoa, que eram usados na pesquisa, sobre os quais emitiam diversas opiniões. Elas eram baseadas no que ouviam em diversos lugares, não existia consenso, bem como nenhuma se referia ao que realmente estava sendo feito. A grande maioria acreditava que os cercados continham uma grande quantidade de camarões, e que eles ganhavam tamanho para serem soltos na lagoa, esperando por isso. Alguns poucos diziam ter ouvido que na verdade não seria solto nada, que era apenas uma pesquisa da universidade. Diante desta confusão, eu e outro colega convidamos o autor da pesquisa dos cercados para irmos juntos ao bar.

Quando levamos o pesquisador ele pode explicar aos presentes as reais intenções da pesquisa, com detalhes dos procedimentos técnicos e, principalmente, ressaltando a baixa densidade de camarões no cercado, eliminando de vez a expectativa pela soltura deles. Passou o restante da noite, entre cervejas, dando explicações, além de ouvir sugestões e opiniões.

Para minha pesquisa, o mais importante foram as mudanças que ocorreram no tratar do assunto, posteriormente a essa ocasião. Agora no ambiente sempre tinha alguém que ouviu uma explicação “oficial” sobre os cercados, senão um cliente, ao menos o dono do bar. Este continuou como um tema recorrente, mas tão logo alguém começasse com alguma explicação qualquer, uma pessoa que “sabia” do que realmente se tratava, requisitava a palavra dizendo

ter ouvido o pesquisador mesmo falar do que estava fazendo. Dessa forma explicava e não era mais contestado.

Um efeito interessante foi que nas primeiras vezes em que alguém explicava a experiência, sob a autoridade de ter ouvido direto do pesquisador, todos paravam para escutar. Isso era bastante diferente das conversas anteriores, quando as pessoas tentavam disputar a palavra, cada um querendo emitir a sua opinião, sendo uma conversa bastante “tumultuada” e com muitos grupos falando em paralelo. Na medida em que a grande maioria já detinha conhecimento sobre a pesquisa, voltou essa estrutura de conversa “tumultuada”, mas agora não se discutia mais a respeito do que era a pesquisa, os debates giravam em torno dos possíveis resultados que seriam alcançados e dos métodos utilizados.

Estrutura semelhante a essa, encontrada nos bares, encontrei nos ranchos de pesca. Especialmente de maio até julho, que é a época da pesca da tainha, os ranchos de pesca são pontos importantes para o convívio de uma parcela considerável dos pescadores de Ibiraquera, e desta forma, eles também são determinantes na formação das representações sociais.

3.2 Hierarquias e as relações de dominação

Quando me deparo com as relações de poder em Ibiraquera percebo que elas são extremamente hierarquizadas e é aqui que as relações de dominação estão mais evidentes. Essa estrutura vertical choca com a proposta das instituições participativas que buscam uma gestão horizontalizada. No entanto, esse sistema de hierarquias está ligado a toda forma como essa sociedade se relaciona, ela é organizativa. Por consequência há uma resistência intrínseca na própria lógica política da participação.

Quanto à formação de uma estrutura hierárquica em Ibiraquera, encontrei-a estabelecida através de quatro dimensões. A primeira delas diz respeito à configuração dos *grupos familiares*, com uma relação quanto a idade e a noção de respeito. Na seqüência demonstrei, em dois itens, a hierarquia que é estabelecida nas relações econômicas. Primeiro trato das *relações econômicas* propriamente ditas e, em seguida, do fenômeno que ocorre pela concentração de uma grande quantidade de relações econômicas em um único indivíduo, o *big man* (Mauss, 1974). E, por último, da hierarquia ligada à questão do *conhecimento*.

a) Grupos familiares

A estrutura familiar é bastante importante entre os *nativos* que moram na região de Ibiraquera. Segundo Avellar (1993), “*Ibiraquera desenvolveu-se a partir de alguns núcleos familiares*” (p. 72), e, até hoje, entre os *nativos*, é comum a existência de alguma relação de parentesco entre todos. Partindo de entrevistas, a autora afirma que as famílias Teixeira e Souza iniciaram o vilarejo conhecido por Teixeira, ou, ainda, Ibiraquera. Ela ainda destaca as famílias Marques e Rosa como habitantes da praia hoje conhecida como Praia do Rosa. Entre essas famílias importantes, acrescento a Silveira, estabelecida originalmente na região da Praia do Ouvidor, até hoje mantém o controle dos principais ranchos de pesca nas praias da região.

Apesar deste não ser o modelo de família camponesa, do início do século XX, presente nos estudos clássicos de Chayanov, a organização família em Ibiraquera apresenta estruturas com similaridades àquelas analisadas por este autor, e com implicações sobre sua dinâmica de poder. Estou falando da relevância da família nas relações tanto socioculturais quanto econômicas, na coexistência de sistemas econômicos com distintas lógicas, e, até certo ponto, no cálculo entre as necessidades e o esforço de trabalho nas decisões sobre a produção (Chayanov, 1981).

Em Weber (2006) a dominação patriarcal é a forma mais característica da dominação tradicional. No caso de Ibiraquera ela é bastante presente, e sentida no respeito que os filhos têm por seus pais. Dificilmente é visto um filho contrariar o pai em público.

É comum ver os grupos familiares, indo dos avós aos netos, residindo próximos, muitas vezes num mesmo terreno. Nesses casos, a terra costuma ainda pertencer ao patriarca, e nela seus filhos, algumas vezes netos, constroem suas casas. Uma roça, de mandioca principalmente, é mantida sob a organização também do patriarca (ou um dos filhos). Mesmo com essa estrutura ainda permanecendo, aos poucos os membros da família vão abandonando as atividades do grupo familiar, se ocupando com outros empregos.

A casa que o Projeto Ibiraquera mantinha em campo, onde eu ficava, era situada em um desses conjuntos formado por uma família. No terreno moram, além do casal que deu origem à família, sete de seus dez filhos, e mais alguns netos e bisneto. Todos os dias, muito cedo, o patriarca iniciava suas atividades cuidando principalmente da roça de mandioca e da vaca de leite. Ele era reconhecido na região com um dos principais produtores de farinha de mandioca. O seu terreno foi comprado com dinheiro emprestado e pago com esse produto. Apesar de toda sua tradição nessa atividade, ele mantém com muito custo sua roça, e

eventualmente deixa de produzir a farinha durante algum ano. Isso porque a maior parte de seus filhos tem algum emprego, o que os impede de ajudar ao pai, que já está com mais de 80 anos.

Outra estrutura que existe nas relações familiares em Ibiraguera é a intensa relação entre eles, uns interferindo nas decisões da vida do outro, bem como um sistema de proteção e auxílio mútuo. Não foram raras as vezes em que acompanhei a mobilização de alguma família para ajudar algum parente em dificuldades financeiras, problemas de saúde, ou mesmo em alguma tarefa qualquer. O mesmo acontece quando é preciso tomar alguma decisão importante, de uma forma ou de outra todos os familiares acabam ficando envolvidos. Um dos efeitos, além do reforço nos laços de união e solidariedade, é a sensação de segurança, sempre manifesta nas conversas. E ainda, cada família acaba recebendo um status e uma personalidade pela qual passa a ser tratada pelas outras.

Alguns efeitos na política local que tenho percebido sobre essa composição são os seguintes: (a) muitas das decisões são tomadas dentro dos núcleos familiares; (b) onde todos que pertençam a ele podem participar, mas a opinião do homem mais velho costuma ser mais importante, muitas vezes cabendo a ele a palavra final; (c) dessa forma em algumas situações um membro do grupo representa os outros nos eventos sociais, e também políticos; e (d) assim como em relação ao posicionamento partidário, algumas famílias se antagonizam dificultando a junção delas numa estrutura de participação.

É importante destacar que, dentro do grupo familiar, a dominação costuma ser por parte dos mais velhos em relação aos mais novos. No ápice se encontra o patriarca, seguido da matriarca. Por respeito aos mais velhos, suas ordens são obedecidas mesmo quando não há uma concordância com elas.

Para Freitas (2005), a categoria *respeito* é fundamental no entendimento do sistema das normas locais. Neste caso, o respeito pelos mais velhos da família é a forma mais importante para que estas regras fossem estabelecidas. Além disso, o próprio respeito também era uma forma de poder.

Os seguidores das normas locais eram mais respeitados, o que lhes dava legitimidade perante a sociedade para formular novas normas (poder legislativo), ter maior poder de decisão sobre ações que envolvessem toda a comunidade (poder executivo) e julgar nos casos em que as normas locais não eram cumpridas (poder judiciário) (p. 105).

Essas normas são transmitidas oralmente e em relação às normas legais empregadas pelo Estado, têm a vantagem de uma maior efetividade e rapidez na adaptabilidade. Essa

constatação Freitas (2005) realizou analisando a existência de uma crise na aplicação das regras referentes à gestão dos recursos naturais, a partir do enfraquecimento dos sistemas de normas locais e o crescimento da influência das normas legais. As diferenças entre elas foram sintetizadas em um quadro que reproduzo aqui (Tabela 2), pois pode ser feito um paralelo entre ele e o que construí, mais adiante, comparando a política substantiva e a política participativa.

Características	Normas locais	Normas legais
Ideologia balizadora	Complexo de crenças e conhecimentos	Conhecimento científico
Mecanismo de cumprimento	Respeito aos mais velhos	Poder de polícia e multas
Distribuição do mecanismo de cumprimento	Descentralizada	Centralizada
Fatores que promoveram sua ineficiência	Fluxo de usuários dos recursos externos alheios às normas locais, o enfraquecimento de uma crença ou a deslegitimação de um conhecimento	Corrupção e falta efetivo, equipamentos e de ligação dos usuários com os tomadores de decisão
Fatores que promovem a sua efetividade	Coesão social	presença do Estado
Transmissibilidade	Oralidade	Escrita

Tabela 2 - Quadro construído por Freitas (2005, p. 104) definindo o que considera as principais características das normas locais e legais.

Desta forma, o respeito aos mais velhos, instituído nas relações familiares, se mostrou uma estratégia eficiente para a constituição de normas para convivência social em Ibiraquera.

b) Sistema econômico

Para conseguir entender como aconteciam as relações econômicas internas de Ibiraquera, precisei apreender uma lógica econômica da qual não estava familiarizado. Pelos relatos em campo e trabalhos realizados anteriormente (Seixas, 2005; Avellar 1993; Freitas, 2005), percebi que antes da década de 1970 praticamente não circulava moeda entre a população da região. O uso do dinheiro era quase exclusivamente para as relações com o espaço externo a Ibiraquera.

Nasci e cresci em um sistema onde sempre que se falou de economia, era de dinheiro que se falava, então, tive dificuldades de começar a entender um sistema que não tinha dinheiro, e também era econômico. Para construir essa compreensão realizei um estudo (Rosar, 2004),

nele identifiquei um sistema baseado, em primeiro lugar, na produção para o auto-consumo e quando a produção não for suficiente ou for excedente, na troca direta, no uso da “caderneta”, e, principalmente, da reciprocidade.

Em Ibiraguera boa parte dos produtos necessários para o consumo era produzido pela família. Dessa forma, o trabalho era organizado dentro núcleo familiar, num cálculo, como apresentou Chayanov (1981), tendo em conta as necessidades da família e o esforço necessário para se obter essa produção. A quantidade e a distribuição do trabalho empregado obedecia a dinâmica de forças internas à família.

No caso da pesca de mar, em especial a da tainha, que demanda um grande número de pessoas, o trabalho é coletivo, e transpassa o universo familiar. Para ela há uma lógica de dominação própria, tendo ao topo o dono da parelha¹², seguido dos mais conhecedores da atividade e dos mais velhos. Disso tratarei mais adiante, quando falar especificamente das hierarquias no campo social de Ibiraguera.

A *troca direta* é aquela onde um bem ou serviço é trocado por outro bem e serviço, mediante um acordo prévio entre as partes envolvidas. Neste caso, a relação de poder que se origina do capital econômico surge da quantidade e qualidade do que cada um tem para pôr em troca. Quanto mais se tiver para pôr em troca, e/ou maior for o interesse no que se está colocando em troca, maior será o poder de decisão que a pessoa terá na relação.

Essa equação que apresentei é uma representação do ideal, no entanto a relação de troca costuma envolver outras questões que influenciam no jogo de forças. Na composição do valor do objeto da troca, há uma interação entre o valor de interesse, o valor simbólico e o *capital social* das pessoas envolvidas. Explicarei isso apresentando uma situação que observei em campo.

Em um dos ranchos de pesca, na Praia do Rosa, havia uma canoa com uma parte de seu casco apodrecido, estava encostada esperando um reparo. Para isso era necessária uma madeira apropriada no tipo de árvore, tamanho e formato. O pescador interessado em consertar a embarcação conseguiu essa madeira, trocando com seu irmão uma vaca por um tronco de guarapuvu e mais o trabalho da reforma. Após a troca feita e a canoa reparada, os outros pescadores começaram a fazer brincadeiras com o irmão que cedeu a madeira, pois a vaca que recebeu em troca era ruim e ainda estava cheia de problemas. Isso me intrigou: ele conhecia a vaca, entende desses animais, então porque fez um negócio tão ruim? Empregando um olhar utilitarista, foi trocado um bem escasso, uma mão-de-obra rara, por um bem bastante

¹² In: Rosar (2004, a): “a parelha é o conjunto dos instrumentos usados na pesca: canoa, remos e redes. Algumas vezes ouvi contabilizarem até os pescadores como parte da parelha, outras o rancho” (p. 22).

comum naquele meio, e em estado ruim. Este olhar, somado à reação das pessoas, me levam a crer que o negócio foi bastante desequilibrado, então onde está a compensação?

Procurando entender como acontece a relação para a obtenção de madeira para as embarcações, percebi que não há uma regra quanto a como pagar, ou mesmo, se deve se pagar por ela. De qualquer forma não há um valor estabelecido para ela, e seu mercado é bem específico. A vaca, por sua vez, é um bem com seu valor mais ou menos estabelecido, e com um mercado amplo, de fácil negociação, muitas vezes usada em trocas. Mas mesmo assim a vaca “não valia” o tronco, e ainda tinha a mão-de-obra. Observando a relação entre os dois irmãos percebi que havia, ao mesmo tempo, um respeito mútuo bem grande, mas uma hierarquia pendendo para o lado do irmão dono da embarcação. Ele era o mais velho entre eles – também mais que o restante de seus irmãos – e respeitado por isso. Além disso, era o dono da parrelha de pesca, desta forma, organizador da atividade onde seu irmão pescava, e os filhos dele. A própria canoa em questão seria usada pelos dois depois de arrumada. Com mais esse elementos compondo a complexidade envolvida nessa negociação, percebi que, mesmo com o irmão mais novo tendo ficado com uma vaca magra e doente, a relação respeitou uma lógica de forças internas ao sistema, tanto que apesar de toda a brincadeira do pessoal, a relação entre os irmãos envolvidos na troca permaneceu intacta.

O sistema de *caderneta* era empregado nos poucos estabelecimentos comerciais da região. Existiam alguns armazéns onde os moradores podiam comprar boa parte dos itens necessários para seu consumo e que não produziam. Segundo relatos dos moradores mais velhos, o que também foi constatado por Freitas (2005), a maior parte desses comerciantes vinha de outros lugares, eles se situavam principalmente na Araçatuba¹³. Essas compras geralmente eram anotadas em uma caderneta, e pagas quando o comprador vendesse sua produção da roça ou da pesca. Os próprios donos dos armazéns podiam comprar essa produção, funcionando inclusive como intermediários entre os produtores locais e o mercado fora de Ibiraquera. Essa relação era assimétrica, privilegiando os comerciantes que costumavam ditar os preços, e muitas vezes empenhando a produção do agricultor antes da colheita.

¹³ De acordo com Freitas (2005), a Araçatuba era o ponto intermediário entre a produção local e o mercado externo a Ibiraquera. Nesta localidade se situavam os principais comerciantes, grande maioria de outros lugares. Eles compravam a produção, principalmente de farinha, trocando por produtos como querosene, tecido ou roupa, e até carne. A produção era transportada por canoas pela lagoa, ou carros de boi. Dali seguia pelo rio Araçatuba até a Lagoa do Imaruí, e, por essa lagoa, ia até Laguna, onde havia um porto. Através de imagens de satélite, o autor constatou que em 1957 já havia estradas que ligavam a região, por isso as vias de navegação foram substituídas pelo transporte terrestre. De qualquer forma Araçatuba continuou sendo um importante entreposto comercial, pois tanto os produtos da agricultura quanto da pesca eram levados até ela, de onde seguiam por caminhos para Florianópolis ou outras localidades.

No caso da pesca do camarão, sua compra dos pescadores é feita por intermediários locais que depois o revendem. Estes passam na casa dos pescadores comprando. Avellar (1993) constata que existe certa fidelidade de venda entre o pescador e determinado atravessador, que é mantida por um financiamento prévio do pescador por parte do comprador, ou ainda por relações de compadrio ou amizade. Foi-me relatado por um pescador idoso que um dos atravessadores mais antigos, morador na Praia do Ouvidor, onde mantém uma peixaria, trocava o camarão por diversos produtos que tinha em estoque. “*Quando queríamos comer carne de boi, pegávamos um, dois quilos de camarão na lagoa, e ia trocar com Seu ... pela carne que ele sempre tinha*”. Esta relação geralmente adquiria vieses político-partidários, pois estes compradores comumente exercem o papel de cabos eleitorais ou eles mesmos participam candidatando-se.

A *reciprocidade* como um sistema de trocas, onde há uma não obrigatoriedade aparente, é um fenômeno social que tem me permitido construir diversas compreensões sobre as situações com que tenho me deparado em Ibraquera. Este conceito, pertencente a um arcabouço teórico bastante relevante para as ciências sociais, teve o início de sua formulação a partir da publicação do texto clássico de Marcel Mauss (1974), editado em 1924: *Ensaio sobre a dádiva: formas e razão da troca nas sociedades arcaicas*. Nele Mauss descreveu as regras implícitas no que chamou das *três obrigações: dar, receber e retribuir*.

Mauss (1974), estudando escritos que relatavam o modo de vida das chamadas na época *sociedades primitivas*, percebeu que invariavelmente todas apresentavam um padrão quanto a um comportamento que chamou de dádiva. Ele estava se referindo ao fato social dos presentes que são dados sem que haja necessariamente uma retribuição imediata, nem a obrigação explícita desse retorno. No entanto, implicitamente há a criação de um vínculo, onde tanto aquele que recebeu quanto quem doou, sentem a existência de uma dívida. Em algum momento qualquer deve acontecer a retribuição espontânea ou cobrada, sem que seja declarado abertamente que o que está ocorrendo tem relação com aquele presente ou favor passado, nem conter uma equivalência de valor.

Essa é uma relação econômica – onde bens e serviços circulam – que diferentemente da lógica econômica capitalista, onde a eliminação da dívida com o pagamento de um equivalente numérico é preponderante, o que importa é a permanência da dívida, por isso transpassa de uma simples relação econômica para um evento fundamental para coesão do grupo social. A importância dessa teoria para entender fenômenos sociais, em qualquer cultura, é espelhada na vasta bibliografia em que ela é usada para explicar situações como alianças matrimoniais, políticas, religiosas, econômicas, jurídicas e diplomáticas, bem como

uma infinidade de outras relações sociais (Caillé, 1998; Godelier, 2001; Goldbout, 1998; 1999; Lanna, 2000).

Em Ibiraguera, a reciprocidade é fundamental para entender como aconteciam as relações econômicas sem uso da moeda, e em seguida notar como as relações sociais estão intimamente relacionadas umas às outras. Partindo da identificação de fenômenos que poderiam ser explicados com a lógica da reciprocidade, passei a perceber como ela ajudava a compreender, também, relações em diversos outros campos, como o do poder e o político.

Isso já foi afirmado por Caillé (2002) quando diz que: *“O paradigma da dádiva e do simbolismo é, igualmente, um paradigma do político. [Para esse autor], no âmbito da pequena sociedade, fundada no interconhecimento, existe coincidência entre a dádiva e o político”* (p. 195). Procurando as relações políticas em Ibiraguera, encontrei uma forte influência da dádiva como responsável pela manutenção de ações que são políticas.

Da mesma forma em que alguém pode dar algo para uma pessoa, pode controlá-la pela obrigação da reciprocidade.

Dar parece instituir simultaneamente uma relação dupla entre aquele que dá e aquele que recebe. Uma relação de solidariedade, pois quem dá partilha o que tem, quicá o que é, com aquele a quem dá, e uma relação de superioridade, pois aquele que recebe o dom e o aceita fica em dívida para com aquele que deu. Através dessa dívida, ele fica obrigado e, portanto, encontra-se até certo ponto sob sua dependência, ao menos até o momento em que conseguir “restituir” o que lhe foi dado (Godelier, 2001, p. 23).

A lógica da reciprocidade foi bem assimilada pelos agentes sociais do campo político. Estes sujeitos, que intermedeiam as relações do lugar com as instituições governamentais, usufruem do poder proporcionado pela reciprocidade para manter o controle sobre uma clientela. Da mesma forma em que a reciprocidade pode definir as relações de dominação entre os indivíduos na região, ela também forma um vínculo dessas pessoas com políticos, que por sua vez usam desse poder para se eleger.

A gestão da coisa pública no Brasil, através dos governos, acontece com uma mistura da esfera pública com a privada. Contrariando o que se espera de uma sociedade democrática, as regras da vida privada acabam se embaralhando na administração pública, o que de certa forma personifica as políticas governamentais. Percorrendo todos os níveis, do governo nacional ao municipal, este evento se torna mais evidente quando nos aproximamos das comunidades. Sob esse foco identificamos personalidades políticas que se tornam verdadeiros ‘donos’ da estrutura pública (Buarque de Holanda, 1986; Da Matta, 1983).

Esses sujeitos políticos agem concedendo favores como se essa não fosse sua obrigação, como se o Estado lhes pertencesse. Por uma lógica de reciprocidade, aqueles que são beneficiados por essas ‘ajudas’ ficam comprometidos. Essa não é apenas a forma como se ganham muitas eleições nesse país, mas também como pode funcionar a estrutura pública governamental. Esse fenômeno nós conhecemos por ‘clientelismo’. Apesar de o clientelismo seguir o padrão de comportamento da reciprocidade, ele adquire algumas especificidades por se tratar da gestão governamental.

Em Ibiraguera, as relações clientelistas são bastante marcantes. Avellar (1993) apresenta a origem deste regime vinculada às oligarquias que dominam a política municipal em Imbituba. Já Goulart (2005) procura demonstrar o quanto a existência dessas relações atrapalha o Projeto Ibiraguera no seu intuito de democratização das decisões políticas locais.

c) **Big Man**

Os *big man*, segundo Mauss (1974), são indivíduos que concentram grande parte da produção econômica de uma comunidade, e também são responsáveis pela redistribuição desse acúmulo. Imaginando o sistema de reciprocidades de um grupo como uma rede, essas pessoas são pontos onde se agrupam uma série dessas relações. Para elas se dirige grande parte da produção da coletividade e, disso, um tanto considerável é usado para ser dado ou gasto de forma ritual.

Através desse tipo de vínculo existe uma relação de poder assimétrico. Aqueles que concedem mais favores, que dão mais presentes, acumulam maiores condições de realizar ações contando com a participação de outras pessoas. Dessa forma os *big man* exercem uma espécie de dominação que aumenta na mesma medida em que são mais generosos.

A figura do *big man* tradicional mais característica, na região de Ibiraguera, é encontrada no dono de parrelha de pesca. Como são os proprietários dos instrumentos – ranchos, redes, barcos, etc. – usados na pesca de mar e, por consequência, responsáveis pela organização dessa atividade. Pertence a eles grande parte do que é pescado, o que pode chegar até a 50%, dependendo do acordo feito com os outros pescadores, mas geralmente oscila entre 25% e 30%. Também são eles que detêm a prerrogativa sobre a organização da divisão do pescado.

É interessante ressaltar que as redes de pesca e os ranchos são apetrechos de pesca que necessitam de um grande aporte de mão-de-obra para sua produção. Geralmente esse trabalho era realizado por diversas pessoas da comunidade numa forma de retribuição ao dono da

parelha. Já pude perceber que uma parte dessa mão-de-obra é paga, mas ainda existe muita gente disposta a trabalhar sem cobrar nada do proprietário.

Durante o ano de 2004 acompanhei a confecção de uma rede¹⁴ que, atualmente, é usada para pescar tainha. Apesar de haver cerca de três a quatro pessoas recebendo para ficar tecendo pedaços dessa rede, um número maior de pessoas fazia o mesmo serviço voluntariamente. Quando perguntei a um desses quanto iria receber, ele respondeu: “*Nada. Não quero ganhar nada por isso. O Seu ... é muito bom com a gente. Sempre que alguém precisa ele ajuda. Tem muita gente fazendo rede pra ele, e que não aceita ganhar nada*”. Ou, ainda, o vigia falando do mesmo processo: “*Agora eu não. Eu vou fazer pra ele e não vou cobrar nada porque eu gosto muito dele. Ele me ajuda às vezes*”. Confirmei, depois, que isso acontece com várias pessoas.

Na safra da tainha daquele ano, observei vários pescadores que enquanto aguardavam a hora de cercar um cardume¹⁵, ficavam fazendo pedaços dessa rede, sendo que nenhum deles cobrou pelo serviço. Também, em visita na casa de alguns pescadores, encontrei, por duas ocasiões, eles trabalhando num pedaço dessa rede, sem que fossem pagos para isso.

A diferença entre esse trabalho baseado na reciprocidade e o que é motivado por pagamentos relativamente nos moldes das relações capitalistas, percebi numa oportunidade onde fui com o dono dessa rede visitar três mulheres que estavam recebendo pelo trabalho. Na ocasião fomos buscar os pedaços que elas já haviam produzido e levar mais fio. Apesar de nesses casos a produtividade ser maior e elas serem mais exigidas na execução da tarefa, a lógica da reciprocidade se manteve, mesmo que intermediada pelo pagamento em dinheiro. No entanto, nessa situação a direção do favor era do dono da rede para as trabalhadoras. Como ele me falou: “*Elas precisam desse dinheirinho*”. Conforme me disse, contratava-as por serem pobres ou estarem em dificuldades. De qualquer forma, percebi que a relação delas com ele apresentavam sinais – como agradecer por receber mais fio, e conseqüentemente mais trabalho – de que estavam recebendo um favor.

Na grande maioria esses *big man*, quando vistos em meio aos outros *nativos*, principalmente nas atividades de pesca e agricultura, não são facilmente diferenciáveis por olhos não treinados para tal. E costumam se orgulhar que para eles nunca falta nada, dizem que sempre que precisam de algo aparece alguém para ajudar.

¹⁴ A rede de cercar tainha não é feita toda de um só vez, pedaços dela são produzidos e depois juntados uns aos outros.

¹⁵ Durante a pesca da tainha nos ranchos de Ibiraquera, a maior parte do tempo os pescadores ficam esperando o cardume chegar, e procuram se ocupar com alguma distração.

Por outro lado, eles procuram manter uma atenção sobre o que acontece de bom e ruim com as pessoas encontradas na sua rede de reciprocidade. Agem pensando nos outros. Assumem as responsabilidades pelo “bom” andamento do grupo, e pelas eventuais necessidades que alguém possa estar enfrentando.

Ouvi diversas vezes, de alguns desses donos de parelha, a contabilidade do tanto que foi pescado pela quantidade de famílias que vão poder ser alimentadas. Num documentário que produzi (ROSAR, 2004b), aparece um *big man* apontando para um cardume pescado e falando que aquilo representa a garantia da alimentação de algumas famílias por uns dias.

Essa responsabilidade pode ir além da organização da distribuição material. Essas pessoas também são uma espécie de referência para o modo de vida dos restantes. Numa de minhas idas a um rancho de pesca, me chamou a atenção a presença de um rapaz entre os pescadores, pois ele tinha características um pouco incomuns entre eles. Isso era notado principalmente na forma de se vestir, de falar, em algumas idéias e comportamentos. Apesar disso era possível perceber que ele pertencia ao grupo dos *nativos*. Depois fiquei sabendo que ele estava participando da pesca da tainha naquele ano, porque seu pai, preocupado que ele estava tendo atitudes fora do aceitável pelas normas sociais, pediu para que o dono daquele rancho o ajudasse na educação do rapaz.

Na manutenção dessa rede de reciprocidade, a distribuição do peixe ocupa uma posição bastante importante. Todo o peixe que sai da sua parelha é destinado de acordo com sua decisão, ou de alguém que ele designe para isso. Mesmo aquele que por acordo anterior é devido aos companheiros de pescaria, é dividido por ele.

A primeira atitude do dono da parelha, assim que o cardume é retirado da água, será distribuir uma parte entre os que ajudaram mas não fazem parte do grupo do rancho, recebendo peixe até mesmo quem não ajudou nada, apenas estando presente. Já vi quase metade da quantidade total de peixe capturado ser distribuída dessa maneira. Em seguida, ele coordena a separação dos quinhões, que são os montes com a proporção de peixe que cabe a cada um dos pescadores. Algumas vezes, quando o peixe capturado é vendido imediatamente para algum atravessador, os pescadores podem escolher se querem receber sua parte, ou uma parcela dela, em dinheiro. Exceto quando o peixe é todo vendido, e todos recebem igualmente em dinheiro, os montes de peixe são destinados cada qual para um pescador, de acordo com a definição do dono da parelha. Da parte que pertence a ele, ainda deverá ser distribuída mais um tanto. Acompanhei algumas retiradas de peixe da água, e notei que quase sempre o dono da parelha, após doar alguns peixes entre os presentes e distribuir o quinhão de cada pescador,

entrega peixe para algumas pessoas indicando que o leve para alguém. Eu mesmo já fui encarregado dessa tarefa por duas vezes.

Durante a “semana santa” de 2006, época em que tradicionalmente entre os *nativos* não se deve comer carne sem que seja de peixe, um dono de parêlha esvaziou um de seus congeladores levando peixe para famílias que ele sabia estarem passando por dificuldades financeiras. Ele me disse que nesses dias fica bastante caro comprar peixe, por isso resolveu fazer essas doações.

Dessa forma, nesses indivíduos promotores de uma grande quantidade de relações de reciprocidade, geralmente encontramos as pessoas que são mais reconhecidas, pelos *nativos*, como autoridades legítimas e internas ao grupo.

A construção da ponte sobre o canal onde se encontram a Lagoa de Cima e a Lagoa do Meio e da estrada que liga a Praia do Rosa ao Campo d’Una, demonstra a capacidade de aglutinação e, conseqüentemente, de promover grandes feitos, que esses *big man* carregam. Ambas as obras foram promovidas por *big man*.

A estrada que liga o Rosa e o Ouvidor até o Campo d’Una foi construída em 1957, para levar o peixe pescado nessas praias, permitindo a comercialização com centros maiores como Tubarão, Criciúma, Imbituba e Florianópolis (Freitas, 2005). De acordo com um pescador que participou da sua construção, ela foi efetuada a partir da mobilização dos moradores da região, pelo patriarca da família Silveira. Essa família era quem comandava os ranchos de pesca nas praias atendidas pela estrada, assim, a sua construção também pode ser entendida como parte do processo de organização dessa atividade pesqueira.

Quanto à ponte, Avellar (1993) faz menção ao patriarca da família Teixeira como o líder do mutirão que deu início à “história” da ponte de Ibiraquera. Ele era um dos *big man* mais importantes da região. Foi ele quem doou a área onde foi construída a igreja, até hoje quem controla o uso do salão adjacente à igreja é um de seus filhos. A região central de Ibiraquera, que carrega o nome da lagoa, onde está esta igreja e uma escola (numa área também doada por ele), é chamada pelos mais antigos de Teixeira.

A concentração de relações de reciprocidade em determinados indivíduos, com a conseqüente capacidade deles promoverem grandes feitos, como a construção de estradas ou de ranchos de pesca, encontra paralelo com o que Bourdieu (2003) chama de *agentes responsáveis politicamente*. A possibilidade de suas *idéias-forças* suscitarem as ações necessárias para que suas previsões, ou projetos, tornem-se realidade, os definem como autoridades políticas, mesmo que sem estarem diretamente ligados a uma estrutura do Estado. Isso não significa que ignorem as relações políticas ao nível dos Governos, ao contrário,

também são a esses representantes da comunidade que os políticos profissionais vão buscar apoio, e o mesmo caminho inverso é percorrido pelos *big man* quando necessitam do aparato governamental.

Dentro dos tipos de dominação weberianos, o *big man*, assim como a patriarca, se encontra no grupo da dominação tradicional.

d) Conhecimento

O aprendizado nas populações litorâneas ocorre principalmente na lida diária, sendo passado o conhecimento de uma geração para a outra, quase sem palavras. É na observação de como se faz que o aprendiz adquire suas habilidades (Diegues, 2003). Dessa forma, o privilégio e/ou interesse em acompanhar alguém mais velho, portador de um conhecimento respeitável, pode ser determinante na configuração de um status de “conhecedor”.

A família nuclear e extensa representa a primeira instância da formação dos pescadores. Imbricados nas relações de parentesco, meninos e meninas iniciam-se nas atividades da pesca, de uma forma lúdica que vai dando lugar a pequenas obrigações e a um ofício incipiente (Cardoso, 2001, p. 45).

Aqui acontece uma estreita relação entre a organização familiar e reprodução do conhecimento. Com grande frequência, quando pergunto para alguém em Ibraquera como aprendeu a fazer determinadas coisas, relativas às atividades tradicionais, obtenho a resposta de que foi observando seu pai ou parentes. É também corriqueiro encontrar crianças brincando com tarrafas pequenas, ou canoinhas de brinquedo, confeccionadas por seus pais.

Quando questionei um pescador sobre onde aprendeu a função de vigia, ele respondeu que foi indo junto com seu pai que também era vigia, ficava lá observando até que um dia veio a substituir seu pai. Durante a época da pesca da tainha, o vigia é o pescador que fica em um lugar mais alto para poder avistar a chegada de cardumes, e dessa posição ele indica, para os pescadores no barco, a rota a ser feita no cerco dos peixes. Esta função, junto com a do mestre, que conduz a embarcação dirigindo com o leme na popa, são as duas mais importantes nessa modalidade de pesca. Elas costumam ser executadas apenas por aqueles com maior experiência e conhecimento.

No caso da hierarquia originada pelo conhecimento, há, também, uma transferência de responsabilidade para aquele em quem os outros podem confiar. Quando alguém está incumbido de uma tarefa destacada, geralmente deve decidir o destino dos outros. E na pesca fica evidente a questão da sobrevivência associada às posições de comando. Uma decisão

certa ou errada, tomada por quem está encarregado dela, pode trazer risco a todos os parceiros, ou mesmo, às suas famílias.

De uma forma bastante ampla, uma decisão acerca de um sistema de manejo, como a abertura da barra, define a disponibilidade do recurso pesqueiro em seu interior. Por conseqüência, algumas famílias que têm uma dependência mais direta dessa pesca, poderão passar por sérias privações em função de uma decisão inadequada quanto ao momento de abertura da barra. Isso foi detectado por Seixas (2002), por ocasião da mudança do local do canal da lagoa, anterior à década de 1960, quando houve uma queda na disponibilidade de recursos pesqueiros, forçando, inclusive, que pessoas migrassem para trabalhar em outras regiões por algum tempo.

Na pesca da tainha a responsabilidade da decisão também se evidencia. Ela é organizada por um dono da parelha, mas comandada, na hora do cerco ao cardume, pelo vigia e o patrão. Como ouvi de um vigia: *“toda culpa de pescaria é do vigia ou do patrão”*. Este mesmo vigia, quando perguntei se o patrão era sempre o dono da parelha, falou que: *“Não. ... Para cercar na poupa da canoa¹⁶ tem de ser o mais experiente. Tem que entender de mar, de peixe. É dele que os remeiros têm que obedecer, que por nada ele pode colocar a canoa no fundo”*. Na hora do cerco, toda a ação é coordenada pelo vigia que de um lugar mais alto em terra sinaliza o trajeto que deve ser feito e pelo patrão que, de dentro do barco, sentindo as correntezas (*força d'água*, como eles chamam) e ondas, dirige a canoa. Neste caso, o risco da falta de êxito na pescaria soma-se ao da possibilidade de uma tragédia, e é significativo lembrar que muitos pescadores, mesmo os embarcados, não sabem nadar.

O conhecimento e o envelhecimento costumam caminhar junto, e por conseqüência, esse é um tipo de hierarquia na qual a idade pode representar um fator importante, às vezes determinante. Isso foi constatado por Seixas & Berkes (2005), no uso de tapumes como estratégia de pesca para lagoa.

Na divisão entre a Lagoa do Meio e a Lagoa de Cima, era usada a estratégia de se colocar um tapume de bambu após a entrada do pescado (principalmente a tainha), dessa forma retendo-o e impedindo que volte para o mar. Esse procedimento era ditado por um pescador mais experiente. Seixas o categorizou como vigia, sábio. Ela também afirmou que havia pontos de pesca de camarão, de pescadores mais velhos, e que era respeitada a preferência

¹⁶ A poupa da canoa é a parte de trás da canoa, posição ocupada pelo patrão que com um leme na mão, e dando ordens aos outros tripulantes, direciona a embarcação. A canoa usada nessa pescaria de cerco de tainha, nas praias de Ibraquera, é tripulada por seis pescadores. Quatro remeiros vão à frente remando (e também ajudam no direcionamento da canoa, mas sempre sob ordens do patrão), um chumbereiro vai no meio colocando a rede no mar e, no final da canoa está o patrão.

deles. Ou, ainda, locais proibidos, onde os mais velhos determinavam aos mais novos que ali não pescassem. Outra pesca onde a experiência dos mais velhos era determinante era a pesca de tapagem, nela algum canal da lagoa era fechado por uma rede de malha fina, após o sinal do pescador de maior idade e melhor conhecedor dessa prática, e em seguida os outros pescadores começavam a tarrapear os peixes aprisionados (Seixas & Berkes, 2005).

O conhecimento, diferente das hierarquias que apresentei acima, é um tipo de dominação que depende das qualidades desenvolvidas pelos indivíduos durante sua vida. Apesar de haver uma relação onde o conhecimento pode ser herdado, ele também pode ser construído pela forma como se desenvolve a vida da pessoa. Dessa forma o conhecimento pode ser entendido como uma forma de dominação carismática.

4. ESTRUTURA DE POLÍTICA PARTICIPATIVA EM IBIRAQUERA

Como já apresentei anteriormente, o Projeto Ibiraquera foi uma criação do NMD/UFSC, que visa construir estratégias de ecodesenvolvimento na região onde existe uma lagoa que empresta nome ao projeto. Em sintonia com o que costuma ser proposto como forma de organização das relações políticas, no que diz respeito à gestão ambiental, em especial após a CNUMAD-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1996), tem sido fomentada e desenvolvida a participação social na região. Para isso foi criado um Fórum de Agenda 21 local e, em consequência dele, uma associação de pescadores.

A idéia é de que para a promoção de um desenvolvimento adequado às condições ecológicas, culturais e sociais, para além das econômicas, é preciso a geração de inovações processadas pela comunidade organizada em uma instituição. Dessa forma, privilegia-se a institucionalização das relações políticas. Isso acontece pela formalização das regras em um estatuto, e/ou regimento, que deve comandar as relações políticas. Aplicando a classificação de Weber para as espécies de dominação, falamos de uma *dominação legal*.

No caso da dinâmica institucional apoiada pelo Projeto Ibiraquera, seu foco é na participação da comunidade num regime de democracia participativa. Isso significa a busca de um equilíbrio no capital político, procurando uma horizontalidade nas relações. Dessa forma as instituições são organizadas para fins de participação comunitária, funcionam a partir de reuniões, e estão regulamentadas por um estatuto próprio ou por uma instituição a qual se vinculam. Além do Fórum da Agenda 21 de Ibiraquera também foram criados com esses objetivos os grupos de trabalho e eventos (ambos ligados ao fórum), e a Associação dos Pescadores de Ibiraquera (ASPECI).

O processo de formação do Fórum da Agenda 21 de Ibiraguera passou por uma etapa de constituição das relações entre os pesquisadores do NMD com pessoas da região. Este foi um trabalho gradual, onde as relações foram sendo estabelecidas uma a uma. A dinâmica só passou a ganhar força quando a equipe do NMD encontrou, no Conselho Comunitário de Ibiraguera, ressonância para suas propostas.

O Conselho, que é anterior ao Projeto Ibiraguera, consistia em um movimento social organizado nos moldes da democracia participativa. Ele atua como uma instituição onde os moradores da região vão debater os problemas coletivos da região, procurando definir as ações para sua gestão conjunta. Entre os assuntos estão: alguns conflitos com empreendimentos que causam danos ambientais à lagoa, a coleta de lixo, a nomeação de ruas e parcerias que tragam cursos e oficinas.

Acredito que pela similaridade da forma organizacional e dos assuntos tratados e, principalmente, do posicionamento em relação a esses temas, houve um acoplamento estrutural maior entre o que propunha o NMD e o Conselho. Nesse momento inicial da articulação das forças para se criar o Fórum, os agentes sociais locais mais envolvidos eram também aqueles que mais participavam do Conselho, tanto *nativos* como *outsiders*.

Em março de 2002, com um arranjo inicial formado, foi realizada a reunião que criou o Fórum. Nela o coordenador do NMD foi designado, junto com seu grupo de pesquisa, para formar uma diretoria provisória que elaboraria um estatuto prévio para colocar em discussão no Fórum. Após a construção do estatuto, com sua aprovação em reunião plenária, essa diretoria seria substituída por uma eleita sob os preceitos das normas instituídas.

As reuniões para elaboração das regras de funcionamento do Fórum aconteceram na sala de reuniões do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. Participavam dela professores universitários e estudantes de graduação e pós-graduação. Eu estava presente nessas reuniões, e tínhamos como um dos objetivos criar o que entendíamos como as melhores regras para institucionalizar um sistema de participação que envolvesse uma maior quantidade de pessoas e que tivesse o menor nível de hierarquia possível.

Após criarmos um modelo de estatuto e um organograma de funcionamento para o fórum, levamos a proposta, que passou por sucessivas reuniões durante quase um ano inteiro. Usamos metodologias variadas nessas reuniões. Ao final chegamos a um estatuto (Anexo I) que foi aprovado em uma reunião plenária no final do mês de novembro de 2002. Nessa mesma reunião foi eleita uma diretoria que tinha como presidente alguém que fosse reconhecido, pelos presentes, como pertencente ao grupo dos *nativos*.

Neste processo de formação do Fórum, dois agentes, entre outros, foram fundamentais no que diz respeito à construção dos mecanismos burocráticos (o que aconteceu através do estatuto), ambos *outsiders* que vieram de Porto Alegre morar na região, e filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Um deles é um professor aposentado, com uma grande experiência de participação em movimentos sociais. Conhecedor dos trâmites burocráticos das instituições, foi quem mais se envolveu na criação institucional do Fórum. Inclusive ensinando estes processos ao estudante de mestrado, membro do NMD/UFSC, que secretariou o Fórum por mais de um ano. Fez parte da primeira diretoria do Fórum, onde foi indicado para presidir, o que não aceitou argumentando que a presidência deveria ser ocupada por um *estabelecido*. Ficou como vice-presidente, e como o presidente acabou se afastando, assumiu o cargo pouco tempo depois.

O outro *outsider* é um advogado que tem sistematicamente se recusado a participar da diretoria do Fórum. No entanto, dificilmente falta a reuniões ou eventos relacionados a ele, e sempre está bastante envolvido nos debates. Ele apresenta uma grande eloquência, e acaba dominando muitas discussões. Isso é aumentado por exercer a função de assessor jurídico do Fórum e de parte das instituições que dele participam.

O Fórum é formado por uma diretoria eleita em plenária, grupos de trabalho e reuniões plenárias. As reuniões plenárias são o nível máximo de decisões do Fórum, elas acontecem bimestralmente e são abertas a todos os interessados. O local onde acontecem essas reuniões vai se alterando, procurando abranger diferentes bairros do entorno da lagoa. Costumam aparecer moradores da região, tanto *nativos* como *outsiders*, convidados, pessoas de regiões próximas e um grande número de pesquisadores e estudantes de universidades, na sua maioria com alguma relação com o NMD. A diretoria se reúne com uma frequência maior para decidir sobre assuntos que aparecem nesse intervalo das plenárias ou dar encaminhamento em deliberações das reuniões anteriores.

A composição da diretoria é dominada por *nativos*, dela fazem parte tanto lideranças com capital político pessoal de *notável* (Bourdieu, 2003), como o caso de donos de parêntese que ocupam alguns cargos, como aquele acumulado no seu envolvimento com o Projeto Ibirapuera. Este é o caso da principal líder do Fórum, que é quem tem participado mais ativamente de todas as ações promovidas por ele. No entanto, a presença da equipe do NMD/UFSC é determinante no funcionamento da instituição, o que é sentido quando por diversos motivos nos afastamos um pouco do processo, e ele enfraquece.

Uma análise da formação desta principal líder do Fórum, baseada nas noções de capital político de Bourdieu (2003), é significativa, devido a sua importância em todo processo.

Apesar de não pertencer a nenhuma família de grande poder na região, ela sempre procurou se envolver na vida social, para isso se vinculou à igreja católica, onde é catequista. Também participa das atividades políticas partidárias, é filiada ao PT. No entanto, seu surgimento como liderança comunitária de expressão aconteceu através de um ato inaugural, durante uma reunião do Fórum. Na ocasião, estava em discussão, com representantes de instituições governamentais responsáveis pelo fomento da carcinicultura¹⁷ no estado de Santa Catarina, os problemas ocasionados por um empreendimento dessa natureza, implantado na margem da Lagoa de Ibiraquera. A participação da líder em questão na reunião ganhou destaque pela eloquência e energia empregada, sendo ela aplaudida diversas vezes. Este foi o momento chave, onde ela acumulou o que Bourdieu chama de capital político pessoal heróico. A partir de então, ela passou a se envolver cada vez mais com o processo, e na primeira eleição de diretoria que participou, foi eleita presidenta do Fórum. Neste instante, somou ao seu capital pessoal, o capital delegado pela instituição que passou a representar, se projetando cada vez mais, em conjunto com o Fórum, de forma que atualmente a imagem de ambos está intimamente associada. Ela foi reeleita uma vez, na terceira eleição não pode mais ocupar o cargo, pois o estatuto não permitia. Essa situação gerou um descontentamento entre alguns *nativos* mais tradicionais, e foi a primeira vez em que ouvi críticas à burocratização das relações no Fórum, que imobiliza a vontade dos participantes. De qualquer forma a norma foi entendida, por grande parte dos envolvidos no Fórum, inclusive a liderança de que estou falando, como necessária para dar maior legitimidade ao movimento. E, mesmo afastada da presidência, ela continuou sendo a mais atuante, obtendo mais destaque que o presidente eleito. Para finalizar essa longa descrição da formação dessa liderança, é importante colocar que seu prestígio, alcançado na atuação junto ao Fórum, impulsionou para que fosse candidata a vereadora pelo PT. Apesar de não ter sido eleita, sua candidatura foi considerada um sucesso devido às precárias condições em que realizou a sua campanha e, por pertencer a um partido que não costuma receber muitos votos em Imbituba (nesta mesma eleição o PT não conseguiu eleger nenhum candidato).

Os grupos de trabalhos do Fórum foram idealizados como espaços temáticos, com autonomia determinada pela plenária, que funcionassem como setores operacionais e de planejamento. Neles devem reunir técnicos, autoridades e representantes do conhecimento

¹⁷ Carcinicultura é a atividade de cultivo de camarões. Na região da Lagoa de Ibiraquera a tecnologia aplicada consiste na criação de camarões exóticos, em taques ao ar livre, que são abastecidos com água da lagoa que é devolvida após o término do ciclo de produção dos crustáceos. Esta água devolvida carrega resíduos que, segundo os moradores locais, tem comprometido a qualidade da água na Lagoa de Cima. Isso resultou em um conflito que tem sido amplamente debatido no Fórum de Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera. Para saber mais sobre este empreendimento, bem como os conflitos resultados de sua implantação, ver Fabiano (2003).

local para planejar, executar e avaliar ações propostas ou aprovadas em reunião plenária. Esses grupos correspondem a áreas de atuação e cada um se responsabiliza pelas medidas que lhes são correspondentes. Na prática a atuação deles pouco tem se feito sentir no Fórum, sendo a criação da Associação dos Pescadores de Ibiraguera uma de suas únicas ações concretas.

Atualmente existem três grupos de trabalho de pesca, turismo e saúde: (a) GT Pesca: o grupo de trabalho da pesca foi bastante atuante logo no início do Fórum, concentrando principalmente os pescadores da região. Dentre as demandas que se originaram em suas reuniões, surgiu a necessidade da criação de uma instituição que representasse efetivamente esses pescadores. Eles eram vinculados institucionalmente às Colônias de Pesca de Imbituba ou de Garopaba, e reclamavam constantemente que essas não os representavam de forma adequada. Fruto dessa discussão foi criada a Associação dos Pescadores de Ibiraguera (ASPECI)¹⁸, sendo que após isso os assuntos do grupo passaram a ser tratados pela associação. (b) GT Turismo: o grupo de trabalho de turismo foi composto por pesquisadores da UFSC, da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) e moradores de Ibiraguera¹⁹. Num primeiro momento esse grupo se concentrou na organização de um grande evento realizado no salão da igreja católica do Teixeira, o I Encontro de Turismo de Imbituba e Garopaba. Esse encontro teve por finalidade definir, com uma ampla participação das pessoas que vivem na região, as diretrizes gerais para a construção de um projeto alternativo para um turismo sustentável. Outro objetivo do evento era ampliar o número de pessoas no grupo de trabalho que teria o encargo de preparar esse projeto para o turismo. Os encaminhamentos que se seguiram foram realizados por um grupo que contou com a participação quase que exclusiva de *outsiders*. Com a redação do projeto, o grupo se desintegrou e as ações que foram planejadas ficaram sem ter quem as colocasse em prática. (c) GT Saúde: este último grupo de trabalho, é o único que continua ativo. Ele é composto por pesquisadores da UFSC que vêm realizando um diagnóstico da saúde pública baseado na aplicação de questionários na população e busca de dados junto às Secretarias de Saúde de Garopaba e Imbituba. Com os resultados dessa pesquisa o grupo pretende traçar um projeto para melhoria das condições de saúde em Ibiraguera.

¹⁸ A ASPECI é composta exclusivamente por pescadores da região de Ibiraguera, tanto do mar quanto da lagoa.

¹⁹ Em um primeiro momento, o grupo continha uma participação dos principais envolvidos no Fórum (*nativos* e *outsiders*), e era motivado e organizado por membros do NMD e estudantes da FURB. Após o I Encontro de Turismo de Imbituba e Garopaba foi formada uma comissão para compor o GT Turismo, e construir um projeto para a área. No desenvolver das reuniões seguintes, esse grupo acabou se restringindo a quase que somente *outsiders* que, coordenados por um membro do NMD iniciaram a elaboração do projeto, posteriormente abandonado. Atualmente, as atividades do GT turismo têm sido retomadas, após um período de imobilidade.

Apesar das reuniões serem abertas e divulgadas amplamente através de carro de som, alguns grupos sociais não aparecem, e em alguns casos procuram desestimular a participação. Entre eles estão os empresários locais e a estrutura governamental municipal.

Esse desinteresse do poder público dos dois municípios pelas atividades das instituições que cercam o Projeto Ibiraquera e o Fórum de Agenda 21 local foi estudado por Goulart (2005). Essa ausência local foi, de certa forma, compensada por uma relação direta do Fórum com o nível do Governo Federal. Através do capital político da presença da universidade foram articuladas algumas ações que envolveram o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA e a Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura. Isso acabou aumentando o prestígio do fórum, bem como sua capacidade de realizar ações e, atualmente, os Governos Municipais passaram a considerar melhor sua relação com o Fórum.

Um dos momentos mais importantes de ação do Fórum foi a questão ambiental, já mencionada, quando esta instituição se pôs contra um empreendimento de carcinicultura às margens da lagoa. Sem dúvida este foi o momento que mais aglutinou os *nativos* em torno de alguma demanda do Fórum.

Esse interesse dos pescadores pelas questões ambientais, referentes à qualidade das condições ecológicas que interferem na sua atividade, já foi percebida por Cardoso (2001):

Como a qualidade dos ambientes aquáticos está estritamente ligada a produtividade das pescarias e conseqüentemente reprodução das sociedades de pescadores, os pescadores artesanais têm tomado a linha de frente nas denúncias e ações contra a degradação. ... Com a politização da questão ambiental, pescadores buscam a articulação com outros setores para que seja cumprida a legislação ambiental e para encaminhamento de denúncias e lutas (p. 124).

A percepção da necessidade de uma instituição organizada que os representasse nessas lutas pela preservação das condições ecológicas para suas atividades de pesca, levou as discussões, tanto no Fórum quanto no GT Pesca, à criação de uma associação de pescadores.

Os pescadores, em todo território nacional, têm como representação da categoria um sistema formado por Colônias de Pescadores, Federações Estaduais e Confederação Nacional de Pescadores. Esse sistema foi formado na década de 1920, pela Marinha Brasileira e, visava criar uma reserva de contingente para essa instituição. Mais tarde, essas instituições vieram a participar dos programas de modernização das relações pesqueiras. Em toda sua existência, as Colônias e demais instituições desse sistema sempre tiveram uma grande presença do Estado, nunca vindo a se configurar uma entidade que representasse efetivamente os pescadores (Cardoso, 2001).

Em Ibiraquera a situação que encontrei não é diferente. A lagoa está na região de abrangência de duas Colônias de Pesca, a de Imbituba (Z13) e de Garopaba (Z14), e nenhuma delas é considerada, pelos pescadores da região, como eficiente na sua representação. A falta de uma instituição que os representasse foi a principal demanda levantada no âmbito do Grupo de Trabalho de Pesca do Fórum da Agenda 21 local. Para contornar esse problema foi criada a ASPECI.

A ASPECI é composta principalmente por pescadores que pescam nas praias do Ouvidor, Vermelha e Porto Novo, que são vinculadas a uma importante família da região. Ela é fortemente baseada na pessoa do presidente, que mesmo procurando desenvolver a idéia e a prática de que essa é uma instituição democrática, tem dificuldades de atuar dessa forma. Isso em partes pela sua falta de prática nesse tipo de organização política, mas principalmente pelas exigências dos demais associados para que ele assuma as decisões e execuções. Entre as pautas mais trabalhadas na ASPECI estão a questão do conflito entre os pescadores e o Grupo Gerdal na Praia Vermelha, a tentativa de se constituir um sistema de fiscalização voluntária na Lagoa de Ibiraquera e a discussão de conflitos ambientais que eventualmente aparecem.

A diretoria da ASPECI é eleita pelo voto de seus associados. E sempre quando há uma decisão importante os associados são chamados para participar das discussões. Essas reuniões são freqüentadas pelos associados que são todos *nativos*. São reuniões bastante ativas onde a maioria gosta de ter algum tipo de participação.

Na minha experiência com o Projeto Ibiraquera, mais especificamente com o Fórum de Agenda 21 local, tipologias como a de Gandin (1994) não trazem muita funcionalidade se aplicadas para o processo como um todo. Até porque muitas vezes algo que começa de uma forma menos participativa pode aumentar o grau de participação com o tempo. Em Ibiraquera isso é bastante evidente, sendo que a participação neste caso pode ser entendida como um processo de construção e aprendizado conjunto.

Apesar de ter sido inicialmente idealizado como uma arena para construção de um projeto de ecodesenvolvimento para região, o Fórum pouco conseguiu avançar nesse sentido, boa parte dos seus encontros tem servido para tratar da demanda de conflitos existentes na área.

Há durante as reuniões do Fórum, em especial as plenárias, um desinteresse por parte dos moradores *nativos* no trato das questões organizativas e de funcionamento da instituição. Sendo que quando se discute pontos relacionados a problemas do dia-a-dia da coletividade a motivação é maior.

No entanto, é inegável o efeito do Fórum como um espaço permanente de aprendizagem política (Bier, 2005). Apesar de manter apenas um pequeno grupo articulado constantemente

às suas atividades, a repercussão de seus atos tem se expandido, mobilizando inclusive com agentes que num primeiro momento preferiram ignorar o processo.

5. DISCUSSÃO FINAL

Para encerrar este texto farei algumas discussões. Primeiramente apresentarei uma comparação entre a política substantiva e a política participativa, de onde concluo que existe uma diferença entre elas. Em seguida faço referência de algumas situações para demonstrar, que apesar de distintas, estas duas formas de ação política estão estreitamente relacionadas. E, encerro com reflexões que a realização dessa pesquisa me levaram a tecer sobre os processos de participação e as comunidades envolvidas.

5.1 Análise comparativa entre a política substantiva e a política participativa

Neste item farei uma análise comparativa entre as formas de ação política que acabei de descrever. Com isso pretendo completar com meu primeiro objetivo, deixando claro o entendimento de que ocorrem duas dinâmicas distintas de relações políticas em torno do Projeto Ibiraguera.

A primeira distinção entre a dinâmica proposta e aplicada pelo processo de política participativa e a política substantiva, em Ibiraguera, diz respeito a elas estarem respectivamente situadas num processo de modernização e num modo de vida tradicional.

O processo de modernização pode ser entendido como um conjunto de mudanças muito complexas, que tem sua origem na Europa Ocidental, a partir do século XVI, e tem abrangido todas as sociedades humanas. Em síntese, ele caracteriza-se pela: (a) intensificação na *mobilização* de bens, pessoas e informações; (b) *diferenciação* de papéis e status, que atrelada à divisão do trabalho acompanha uma hierarquização ditada pela qualificação por um sistema educacional e o trabalho assalariado; e (c) a *laicização*, entendida como o afastamento da religião na produção do conhecimento, e o empreendimento de métodos científicos para este fim (Boudon & Bourricaud, 2002).

Neste sentido, a gestão participativa empregada no Projeto Ibiraguera, que está associada à construção de um projeto de ecodesenvolvimento, apresenta uma fina sintonia com o que esses autores colocam como modernização. Isto é latente na busca por estratégias de desenvolvimento que vinculem os moradores da região em uma economia mais dinâmica, procurando formar um capital humano habilitado a estas funções. Mas fica ainda mais evidente quando tenta, sobremaneira, trazer ao debate, para uma acomodação racional, os projetos e conflitos da localidade.

Quanto à noção de sociedade tradicional, Boudon & Bourricaud (2002), vislumbrando sua posição comparativa entre as sociedades, acreditam que ela não traz resultados analíticos expressivos, pois, diante da diversidade existente nas sociedades humanas, é bastante difícil achar parâmetros confrontantes. Já o conceito de tradição em si, eles acreditam ser muito útil na análise das condutas sociais que estão arraigadas na cultura de um grupo. Vale uma ressalva para o caráter mutante da tradição, que, conforme Cunha (2003), é dinâmica, já que passada de geração em geração, ela é constantemente re-significada.

Ao afirmar que a política substantiva tem sua lógica no sistema tradicional, estou pensando em um sistema baseado numa comunicação feita na conversa de um para outro; num profundo conhecer entre os indivíduos; na existência e obediência a regras sociais não escritas; em decisões que pertencem a grupos familiares; e na existência de hierarquias baseadas na idade, no conhecimento e principalmente num poder econômico ainda pouco capitalista.

A segunda distinção, que já está presente na oposição tradicional/moderna, é sobre as relações sociais. Enquanto na política substantiva elas são de ordem pessoal, ou seja, comunitária, na política participativa são impessoais, societárias. Essa é uma característica importante, já que a formatação de uma proposta participativa oriunda de um contexto societário geralmente é pensada para esta situação. Numa sociedade onde as relações comunitárias ainda prevalecem, as decisões de cada indivíduo estão balizadas pela sua noção de pertencimento ao grupo, de forma que possivelmente espelham os outros também.

Com relação ao tipo de dominação, baseado em Weber (2006), percebo a existência de uma articulação entre a dominação tradicional e a dominação carismática, que o processo de participação social procura suplantar por uma dominação legal.

Pelo lado da política substantiva, prevalece o respeito à autoridade do pai, do patrão na pesca, do velho e daquele que organiza e distribui a produção. Também há uma liderança por parte daqueles que se destacam por um conhecimento dos fenômenos que interferem no sistema produtivo, especialmente os referentes ao mundo da pesca.

Já a política participativa acontece institucionalmente, formalizada através de um estatuto que confere uma autoridade delegada para alguém eleito. A obediência acontece através das regras estatutárias, que burocratizam a dominação. É um sistema onde dominam aqueles que melhor conseguem entender e manipular as regras estipuladas.

Outra característica importante, onde acontece uma diferença, são as relações políticas. Enquanto nas instituições participativas se defende a necessidade de relações democráticas, onde todos devem participar em igualdade de condições, nas relações políticas tradicionais a

hierarquia é predominante. De acordo com a experiência e a posição social ou familiar, a decisão de um indivíduo predomina sobre a dos outros no âmbito da política substantiva.

Os sistemas simbólicos formam a visão de mundo de uma determinada sociedade e, por conseqüência, sua ideologia. “*As ideologias devem a sua estrutura e as funções mais específicas às condições sociais da sua produção e da sua circulação*” (Bourdieu, 2000, p. 13). Assim, a forma como este sistema simbólico é construído tradicionalmente em Ibiraguera, através das relações comunitárias, num estreito vínculo com o ambiente físico, difere do proposto pelo Projeto Ibiraguera. Neste caso, o conhecimento tradicional não é ignorado, ele faz parte, junto com o conhecimento científico, do sistema simbólico, que por sua vez será validado por este último e a comunidade organizada em instituições participativas.

Em função das relações econômicas, enquanto o modo tradicional é baseado em um sistema de reciprocidade, trocas diretas e uma presença incipiente do mercado, o desenvolvimento previsto no processo participativo deve intensificar as relações de mercado no local. Como o enfoque do ecodesenvolvimento preconiza relações socioeconômicas mais distributivas que as difundidas pelo capitalismo mundial, no que diz respeito às relações econômicas do Projeto Ibiraguera têm sido estudadas e divulgadas estratégias de economia solidária, que partem do associativismo e cooperativismo.

Por fim, estão as diferenças referentes ao capital político. Para Bourdieu (2003) “*o capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem*” (p. 187-188). No caso da política substantiva, o capital político é atribuído às pessoas, ou seja, ele é pessoal. Ele pode ser originado em um processo de sucessão ou construído no transcurso da vida de um indivíduo. A participação social, como está centrada em uma instituição, tem o capital político ligado a ela. As pessoas adquirem esse capital quando representam a instituição, por isso é um capital delegado.

Procurei sintetizar no quadro abaixo (Tabela 3) as diferenças que encontrei entre a política substantiva e o processo de política participativa do Projeto Ibiraguera.

	Política substantiva	Política participativa
<i>Lógica</i>	Tradicional	moderna
<i>Relações sociais</i>	Comunitária	societária
<i>Dominação</i>	tradicional e carismática	legal
<i>Relação política</i>	Hierarquizada	democrática
<i>Construção do sistema simbólico</i>	relações comunitárias	“especialistas” + comunidade organizada
<i>Relações econômicas</i>	reciprocidade + trocas + mercado	mercado + economia solidária (associativismo e cooperativismo)
<i>Capital político</i>	Pessoal	delegado

Tabela 3 - Quadro comparativo entre as duas formas de ação política estudadas em Ibiraquera

Quero deixar claro que a divisão entre a política substantiva e a política participativa não acontece de uma forma estanque, como este quadro. No trato cotidiano do Projeto Ibiraquera, as ações políticas se processam numa profunda inter-relação das duas dinâmicas. Encerrando esta parte, onde espero ter construído situações ideais, opondo as duas formas de ação política que coexistem em Ibiraquera. Passarei, no capítulo seguinte, a apresentar algumas correlações entre elas.

5.2 Política substantiva no contexto do Projeto Ibiraquera

Neste capítulo vou apresentar algumas situações onde a interação entre o proposto como formas participativas no Projeto Ibiraquera, e a política substantiva, ficaram bastante evidentes.

Durante a criação da ASPECI foram realizadas diversas reuniões até se constituir o estatuto. Após tudo pronto, chegou a hora de eleger a diretoria. Quando foi aberta a discussão para compor a diretoria, todos passaram a sugerir nomes, em pouco tempo o debate era generalizado, composto principalmente por conversas paralelas. Também estava sendo decidido quem ocuparia a coordenação do Grupo de Trabalho da Pesca (GT Pesca), do Fórum de Agenda 21. Depois de algum tempo nessa discussão, um velho pescador, dono de parrelha e um dos principais patriarcas ligados à pesca, determinou que seu filho ficasse como

presidente da ASPECI e, no GT Pesca ficou o rapaz responsável por iniciar a mobilização entre os pescadores.

Neste episódio, apesar de ser o momento da criação de um campo político para operar nos moldes da participação social, quem exerce a dominação é um patriarca através da dominação tradicional. Essa situação já foi prevista por Weber (2006), quando afirma que mesmo sendo a dominação legal, através de processos burocráticos, o tipo de dominação presente nas instituições, ela é operacionalizada por pessoas, por isso envolvida também nos outros tipos de dominação.

O conjunto de estruturas das relações sociais tradicionais, que formou o capital político dos agentes, tencionou o jogo de forças em direção à lógica de decisões usual, ignorando, abertamente, as regras de um processo democrático. É bastante evidente a presença de uma postura hierárquica, firmada nas instituições tradicionais de poder, prevalecendo a reprodução de uma lógica hereditária. Desta forma, o posicionamento de um *big man* não foi questionado, assim como sua escolha seguiu um caminho tido por “natural”.

Para entender melhor essa idéia de uma “escolha natural”, vou falar um pouco sobre o escolhido para presidência da ASPECI. Dentre os filhos, o escolhido pelo velho pescador foi o que tem liderado as atividades de pesca, herdando e renovando a parelha da família. Neste caso o rancho de pesca exerce uma posição semelhante àquela definida por Woortmann (1995) para o sítio nas relações de parentesco.

No sentido dessa autora, o sítio “*é um território onde se reproduzem as relações de parentesco e é um território sobre o qual se exerce a dominância do parentesco*” (p.311). Nele se estabelecem uma série de direitos e deveres relativos ao grupo, que “*constituem a ‘cidadania’ no plano da comunidade*” (p. 312). Na perspectiva de um rancho de pesca isso apresenta algumas particularidades. A mais marcante é de que este é um universo de trabalho massivamente masculino, mas não é exclusivo, visto que encontrei mulheres em ranchos cuidando da limpeza, comida e preparo do peixe para conservação. De qualquer forma, a predominância do trabalho do homem é evidente.

Procurando me ater ao caso dos ranchos organizados pelo patriarca que definiu o presidente da ASPECI, encontrei neles, além de pessoas da comunidade com relações de parentesco mais difusas (ou talvez até sem nenhuma relação dessa ordem), irmãos, filhos, genros e netos. No entanto, entre todos esses exatamente aquele que foi escolhido para presidência também é o filho que tem aos poucos assumido a posição de líder nos ranchos. Essa sucessão de pai para filho, onde os mais velhos recebem o rancho e a parelha, sendo responsáveis pela continuidade da pesca e pela ordem da comunidade, está sendo rompida em alguns casos.

Poucos jovens têm se interessado pela pescaria, o que deixa os velhos patriarcas sem herdeiros. Isso encontrei em um rancho, onde o dono da parelha é o tio mais velho do presidente da ASPECI e nenhum de seus filhos pesca junto com ele. Com a preocupação de dar continuidade a sua atividade, após sua morte, ele tem se encarregado de renovar suas redes e reformar as canoas, pois acredita que dessa forma garante a prolongação da pesca até que se acabe com a parelha. Confia que alguém de sua descendência irá usar.

Quero retornar a tratar do presidente da ASPECI. Suas relações, situadas nesse contexto, são bastante ilustrativas da interação entre um sistema tradicional, que aqui estou chamando de política substantiva, e da dinâmica de participação social, nos moldes do que vem sendo discutido através da idéia de democracia participativa. Por uma questão hereditária ele já deve ocupar uma posição estruturante dos conjuntos de direitos e deveres, ou conforme expôs Woortmann (1995), a “cidadania” da comunidade. *“Trata-se, porém, de uma ‘cidadania’ que não é moderna, pois não é cidadania do indivíduo como ser moral isolado, mas da pessoa relacional”* (p. 312). Foi essa cidadania comunitária que o levou ao cargo de presidente.

Seu pai, autoridade reconhecida entre os pescadores, fez uso de seu status para colocar o filho em tal posição. Talvez isso não fosse preciso, pois o filho já tem status de liderança adquirido dentro da lógica tradicional. Nessa decisão estava presente todo o prestígio de um legítimo *big man* maussiano.

Nessa dinâmica das forças políticas locais, em muitas situações, o Projeto Ibiraquera perde espaço para opositores, principalmente por estes fazerem uso exatamente do sistema tradicional de poder. Os opositores em questão são indivíduos (políticos locais, donos de terras, empresários, etc.) e instituições (prefeitura, Colônia de Pesca, ONGs), sendo que muitos deles pertencem à comunidade, interagem de longa data com ela, ou mesmo, no caso das instituições, se desenvolveram numa relação com ela de grau e qualidade variada. Dessa forma, estão estruturalmente muito mais compatíveis com a cultura política local.

Um exemplo disso é a constante pressão para o esvaziamento dos eventos e reuniões do Fórum da Agenda 21, realizado por alguns políticos da região da lagoa, ou mesmo pela Colônia de Pesca. No caso da Colônia, percebo existir uma transformação de uma dominação por constelação de interesses em uma dominação autoritária, no sentido que Weber (1983) aplica aos conceitos.

As Colônias de Pesca no Brasil são as responsáveis pelo registro dos pescadores, o que significa um controle sobre o registro profissional da categoria. É através delas que os pescadores têm acesso ao seguro defeso, que é um rendimento mensal pago para compensar períodos onde estão proibidos de pescar. Motivados pelo interesse de exercer sua profissão, e

ainda, receber o seguro defeso, os pescadores se registram nas Colônias e, conseqüentemente, se submetem às suas regulamentações. Geralmente essa dominação passa a ser personalizada na figura do presidente da Colônia e seus representantes, os quais utilizam desse poder para determinar autoritariamente o que podem ou não fazer seus associados. No caso de Ibiraquera, especificamente sobre as reuniões e eventos do Fórum da Agenda 21, em mais de uma vez aconteceu de muitos pescadores faltarem pois haviam recebido do presidente da Colônia a ordem de não ir.

Outra situação, significativa ao tratarmos de troca de favores, aconteceu comigo, quando junto a um velho pescador discutíamos uma forma de conseguir transporte para levar um grupo visitar o Museu do Mar em São Francisco do Sul (SC). Dentre as possibilidades levantadas, surgiu a idéia de solicitar um ônibus à Prefeitura Municipal de Imbituba. Proposta essa que, segundo ele, seria prontamente atendida, já que o prefeito, recém eleito, havia dito que qualquer coisa que precisasse era só procurá-lo. No entanto, a consideração do pescador foi bastante reveladora, ele disse: *“Se eu quiser é só pedir, ele vai dar. Mas acho que isso não vai ser bom. Se depois ele me pedir alguma coisa, eu também não vou poder negar. Sou um homem certo”*. Aqui quero fazer uma ressalva que essa postura, provavelmente, só foi tomada porque essa decisão era relacionada ao contexto do Fórum da Agenda 21 local, que por sua vez tem procurado romper com as relações clientelistas.

De qualquer forma, em Ibiraquera essa associação clientelística costuma criar espécies de “times” políticos que vão além das relações com os governos, interferindo diretamente nas relações das pessoas em seus grupos sociais. As pessoas mais engajadas no jogo político-partidário ganham uma identidade associada ao grupo político que pertencem. E essa identidade é reforçada pela oposição constante ao que os outros fazem ou falam no âmbito da política. Muitas vezes, como tenho percebido em Ibiraquera, quando um movimento social é identificado em associação com algum partido, ele perde uma parcela de pessoas que poderiam se envolver.

No caso do Fórum de Agenda 21 local, o principal grupo envolvido é de forma preponderante ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT), sendo que durante as eleições municipais de 2004, a presidenta do Fórum, na época, candidatou-se a vereadora. Este mesmo partido representa a oposição, tanto em Garopaba como em Imbituba.

Desde sua criação o Fórum foi um espaço onde, no equilíbrio das forças políticas, as pessoas ligadas ao PT dominaram. Recentemente, em uma reunião plenária do Fórum, um dos principais articuladores dessa instituição na sua fundação – e que em 2004 foi o candidato do

PT a prefeito em Garopaba –, falou que naquele momento uma das alterações inseridas no estatuto foi uma manobra para neutralizar o grupo que era ligado à prefeitura de Imbituba.

Neste ponto, uma das questões que acredito ser bastante relevante é a compatibilidade entre as propostas do Projeto Ibiraguera e os interesses desse grupo ligado ao PT. Isso está presente em idéias como a democratização das relações políticas, preocupações ambientais, desejo por um modelo de desenvolvimento distinto do praticado na região, e ênfase na busca de revitalização social, cultural e econômica dos *nativos*.

Se, por um lado, esse grupo assumiu o Fórum como uma instituição representativa da comunidade, por outro, o grupo ligado à prefeitura de Imbituba foi gradualmente se afastando do processo. Em algumas das presenças, em reuniões, de pessoas ligadas ao grupo político da prefeitura de Imbituba, houve um confronto de posições e até questionamento da legitimidade de um ou de outro grupo, como o que está registrado na Ata da 9ª reunião plenária.

Isso não significa que apenas pessoas ligadas ao PT, ou relacionadas a algum partido político participam do Fórum. Entre os participantes mais envolvidos consigo identificar um outro grupo formado principalmente por pescadores. Novamente vou buscar explicações na dinâmica substantiva para essa ligação.

Uma característica comum a quase todos esses pescadores, é que eles pescam nos ranchos pertencentes a uma importante família de pescadores. Essa família está bastante envolvida no Projeto Ibiraguera, emprestando seu capital simbólico a ele, da mesma forma que se beneficia do capital simbólico do projeto.

Quando analiso os ideais presentes no Projeto Ibiraguera, noto uma similaridade com o que interessa a essa família. A defesa pelas qualidades ecológicas é a base de sustentação da atividade de pesca, que por sua vez é o principal meio pelo qual esses pescadores mantêm seu controle na comunidade. E a valorização da cultura local, com o respeito às relações sociais tradicionais, de certa forma pode ser interpretada como a manutenção de relações onde eles ocupam uma posição elevada no status social.

Quando constrói sua teoria sobre a criação das ideologias por um campo específico para sua elaboração, Bourdieu (2003) descreve essa relação entre o campo produtor e o campo social onde ela será consumida, o que chama de *jogo duplo*. “As ideologias devem a sua estrutura e as funções mais específicas às condições sociais da sua produção e da sua circulação” (p. 13). Elas são duplamente determinadas, pois, sua estrutura e funções dependem primeiramente das relações internas do campo onde são produzidas, e em seguida, por homologia, do campo onde serão empregadas.

Estas são algumas questões que aparecem através de uma compreensão melhor sobre as relações políticas substantivas. Acredito que para ter uma noção ampla do processo participativo não se pode ficar preso apenas às regras institucionais. Afinal, como já demonstrava Weber (2006), mesmo dentro de toda uma estrutura burocrática, ainda a dominação tradicional e a carismática continuam existindo.

5.3 Reflexões finais

Por que mergulhar em um contexto social rural litorâneo, senão para compreender um pouco mais do universo onde vivo? Decidi estudar as situações onde se formam as relações políticas da comunidade de Ibiraguera, no âmbito de suas interações entre indivíduos, para tentar entender porque é tão difícil as pessoas, quando chamadas, participarem das decisões que podem interferir diretamente sobre elas. Por acreditar no ideal da democracia como um valor que deveria ser universalizado, fui em busca de explicações sobre as dificuldades para que isso acontecesse.

Coloquei-me numa posição de pesquisador, que para além do simples espectador, se relaciona com os indivíduos que fornecem o material para suas reflexões. E, nesse relacionar-se, procura compreender as coisas de uma nova perspectiva, diversa daquela presente no contexto sociocultural estudado. Tive uma oportunidade ímpar de refletir sobre o mundo social de onde venho. Esse foi um processo onde eu, sujeito moderno, habituado às relações entre sujeitos modernos, passei a apreender uma outra forma de convívio social, das relações tradicionais, comunitárias. Para isso tive o acompanhamento paciente de professores, a quem aqui neste trabalho chamei de *nativos*.

Pude apreender que, naqueles casos, nas relações políticas comunitárias, o que a primeira vista me pareceu autoritário é bem menos autoritário do que eu imaginava. E, também, que os processos que eu julgava serem democráticos, de democracia participativa, não são tão democráticos quanto eu acreditava. O que não significa que esteja querendo supervalorar o primeiro e subvalorar o seguinte, mas, sim, aproximá-los ainda mais um do outro.

Na perspectiva em que conduzi esta pesquisa, não desconsidere que na política substantiva existe uma relação de dependência, de vinculação clientelista, de difusão desigual de informações e distribuição assimétrica de poder. No entanto, por outro lado, tudo isso faz parte da estrutura que dá coesão e sentido e existência ao grupo social, é o modo como sua reprodução acontece. Se tivermos por objetivo de um processo participativo o fortalecimento

multidimensional da população envolvida, ou seja, no enfoque do ecodesenvolvimento, uma articulação sistêmica da cultura, da política, da sociedade, da economia e do ambiente, é preciso um cuidado especial para não desestruturar as relações que reforçam o grupo e sua integração. Visto assim, o entendimento da política substantiva e uma vinculação de reciprocidade dessa dinâmica à da participação social pode resultar em um salto qualitativo e quantitativo, para ambas.

É claro que precisamos considerar o dilema da modernidade com a intensificação das relações sociais capitalistas como uma força também desestruturante, que tem interferido de forma bastante acelerada na região. E isso exige, ao mesmo tempo, uma dosagem entre transformações nas relações sociais e conservadorismo, visando a criação de formas eficientes de acoplagem ao processo de modernização, evitando que muitos fiquem à margem, que se percam aspectos interessantes do contexto original e que sejam levados à mercê das mudanças.

Entender como acontece essa dinâmica política substantiva em Ibiraguera representou um desafio bem maior do que eu imaginava no princípio. Diante das evidências empíricas, com as quais constantemente eu me deparava, tive uma enorme dificuldade de construir um fio condutor entre elas. Mais complicada ainda foi a tarefa de encontrar modelos explicativos que dessem sentido às minhas argumentações.

Essa dificuldade aconteceu principalmente pela falta de modelos teóricos que dêem conta desse tipo de análise. Apesar de haver uma vasta bibliografia que trata do tema de participação social, o que percebo é um ganho teórico bastante grande quando se discutem as formas institucionais em que ela pode ser organizada. No entanto, sinto a falta de perspectivas que tornem mais inclusivo o sistema de significação das populações participantes nos processos de democracia participativa.

Essa ausência teórica na tentativa de explicar a conexão entre cultura e política foi também notada por Geertz (1989), ressaltando que esse autor tratou da política num contexto mais amplo, e não tão específico como apresento aqui, direcionado à participação social.

[Para ele,] a razão pela qual o empreendimento é imodesto ou, de qualquer modo, particularmente temerário, é não existir praticamente qualquer aparato teórico para conduzi-lo: todo esse campo – como o chamaremos? análise temática? – está unido a uma ética de imprecisão. A maioria das tentativas de descobrir concepções culturais gerais em contextos sociais particulares contenta-se em ser meramente evocativa, em colocar uma série de observações concretas em justaposição imediata e retirar (ou ler) o elemento difundido através de sugestão retórica (p. 135-136).

Sinto que permaneço num nível bastante exploratório desse universo de fenômenos, que pode ser expandido num vasto campo de pesquisa, buscando entender as relações políticas das comunidades inseridas em processos participatórios. Mas acredito ter conseguido demonstrar algumas estruturas sob as quais acontecem essas relações sociais, que implicam na distribuição do poder em Ibiraguera. E, com a elucidação dessas formas de como algumas coisas acontecem no contexto político deste estudo de caso, espero ter trazido elementos que propiciem a reflexão sobre um modelo que tente encontrar um novo lugar para a política substantiva.

Acredito que a política substantiva é julgada de forma discriminatória, vista muito mais como um entrave para a democracia participativa, do que o seu potencial num contexto como este. Geralmente questões como a hierarquia, a reciprocidade e as formas personalistas de comunicação nas comunidades são focos de preocupações que precisam ser superadas. Talvez por isso eu não tenha conseguido encontrar um modelo analítico que faça essa junção.

Quanto a estes possíveis equívocos, já que minhas investigações empíricas demonstram que nem será tão fácil superar estes processos substantivos, como talvez nem seja tão desejável assim, gostaria de fazer duas considerações.

A primeira diz respeito ao teor de uma dinâmica exclusivamente institucionalista da participação social. Vista sob o foco da organização de normas vinculadas a instituições por onde deve ocorrer a participação, percebo riscos que já foram demonstrados por Bourdieu (2003) na análise do campo político. Um deles é o da autonomia desse campo, pois a preocupação dos agentes com a definição das regras, bem como o funcionamento regular da instituição, podem levar ao desenvolvimento de mecanismos de auto-reprodução, que acabam por criar uma instituição com um fim em si mesma. Em consequência disso, reduzem-se a apenas estas normas as condições que levam os cidadãos a participar. Dessa forma serão mascaradas as determinantes econômicas e socioculturais que levam (ou não) as pessoas a se envolver nessas dinâmicas, bem como a forma como isso acontece.

Outra consideração, que resulta das questões colocadas na anterior, é que com a institucionalização exclusiva pode-se levar a uma separação entre o campo político e o campo social. Dessa forma, o que percebo é uma reprodução do modelo que a participação social pretende superar, ou seja, ao invés de aproximar os cidadãos das decisões políticas, cria um novo espaço para aqueles que mais rapidamente se adequam aos *habitus* e à lógica proposta.

Ao associar a política substantiva à dinâmica participativa, percebo que não basta apenas uma (ou outra) estratégia para que efetivamente se tenha um instrumento de organização

participativa. Tal qual a sociedade, as formas de participação devem acompanhar seus níveis de complexidade. Assim, sem que exista uma intrincada rede de formas participativas, não haverá uma ampla participação. A articulação de um fórum como instituição de democracia participativa é excessivamente utópica, pois ele concentra apenas aqueles que o reconhecem como forma de organização política.

Quando falo de uma idéia ampla de política, é preciso pensar na diversidade, não na redução. Isso significa que muitas estratégias, com uma boa articulação entre si, podem trazer melhores resultados do que ficar esperando as pessoas aparecerem nas reuniões, gastar energias para isso e acatar o que conseguir arrecadar, como delegação legítima de todo um grupo onde grande parte desconhece o que está se discutindo.

As estratégias de comunicação devem estar privilegiadas. Elas não podem ser focadas na conquista de mais pessoas para as arenas, apesar de também fazerem isso, mas com modéstia. Acredito que propostas de comunicação interativa, de leva-e-traz, direcionadas aos diversos grupos sociais com suas especificidades, pode ser uma forma complementar às reuniões, pois proporcionaria uma participação mais eficiente e legítima.

A participação que estou acreditando como mais eficiente e representativa precisa levar em conta o que acontece fora das reuniões formais. Nelas pode ocorrer uma falsa participação da base, que no fundo encobre que as associações são apenas seus líderes, que por sua vez podem ser gerados internamente no campo político, quando esse se torna autônomo. Uma instituição que não consegue manifestar a cosmovisão de seus representados, por mais que tenha como liderança pessoas íntegras, não passa de uma esfera de defesa de um ponto de vista, o das pessoas que estão à frente do processo. Por isso, uma maior interação com o bar, o rancho de pesca e outros espaços de convívio, onde circulam as representações de toda a comunidade, deve qualificar o processo.

Ao enveredar-me por este campo de investigação não tinha noção da dificuldade que seria procurar explicações para os questionamentos que me propus. De forma que a cada novo passo surgiam mais questões, muitas delas que necessitavam de reflexões teóricas bem mais profundas, às quais nem ousei encarar, apenas anotando-as ou buscando me situar a respeito de uma maneira um tanto quanto superficial. Isso significa que esse é um projeto que pode e deve ser estendido, chegando a uma compreensão maior tanto dos fenômenos empíricos que estudei, o levantamento de novos elementos dessa ordem, quanto das suas implicações teóricas que surgem dentro dos debates sobre democracia participativa.

Como demonstrei, existe uma outra dimensão, a da política substantiva, por onde circulam as formulações políticas decididas no âmbito da participação social formal, no caso, do Fórum

da Agenda 21 local de Ibiraquera. O que acaba por ampliar o efeito das discussões nessas esferas, gerando uma série de fenômenos que passam pela aceitação ou não do que foi decidido, normalmente baseados em informações incompletas e, mesmo, deturpadas por outros interesses. Isso me leva a questionar sobre qual será o alcance dessa rede de relações políticas. E, nessa direção, como ela pode ser incluída de forma ativa no processo participativo.

Essas questões já trazem à tona alguns elementos que, em minha opinião, são a principal fragilidade de meu estudo. Ao procurar na formação histórica os componentes de uma política substantiva, acabei descrevendo as relações que montam esse contexto de uma forma que pode dar a entender que falo de um grupo autônomo, sem relações com um nível social mais amplo. Isso de forma alguma é verdade, pois Ibiraquera nunca foi, e muito menos é, redutível à análise de suas relações sem a consideração da interação com contextos regionais, nacionais e até globais. No entanto, tive de fazer propositalmente essa redução, devido a dois motivos. O primeiro foi para manter um nível de complexidade que eu pudesse dar conta no âmbito de uma pesquisa de mestrado. E o segundo foi a idéia de focar sobre relações nas quais Ibiraquera pode aparentemente se diferenciar das ditas relações modernas, criando assim um contraste que me permitiu o uso do recurso comparativo. Isso, porém, deixou um espaço que merece novas investigações. A ampliação dessa compreensão, procurando incorporar as interações sociais com os contextos envolventes, faz parte de uma necessidade para sua complementação.

BIBLIOGRAFIA

- ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P. & OLIVEIRA, D. C. **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998.
- ANDRIGUETTO FILHO, José Milton. Das “dinâmicas naturais” aos “usos e conflitos”: uma reflexão sobre a evolução epistemológica da linha do “costeiro”. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, jul./dez. 2004. Curitiba: Editora UFPR, 2004.
- ARAGÃO, L. M. de C. **Razão comunicativa e teoria social crítica em Jurgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- ARAUJO, Guilherme Pinto de & SAMPAIO, Carlos Alberto Cione (Org.). **Relatório técnico do I Encontro de Turismo em Imbituba e Garopaba (SC)**. Florianópolis, Blumenau: NMD/UFSC; LaGOE/FURB, 2004.
- ARAÚJO, Guilherme Pinto de. **Rumo ao turismo ecológico-comunitário em zonas costeiras. Estudo de caso na área da Lagoa de Ibiraquera, municípios de Imbituba e Garopaba (SC)**. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- AVELLAR, M. de L. **Ibiraquera: a história de um lugar... um movimento singular e universal**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1993.
- BARBOSA, SÔNIA REGINA DA CAL SEIXAS. Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ. In: **Ambiente & Sociedade**, Vol. VII nº. 1 jan./jun. 2004. Campinas: Unicamp, 2004.
- BIER, Carla Valéria Bublitz. **Processos de democratização do espaço público: O caso do município de Florianópolis e da Lagoa de Ibiraquera na implantação da Agenda 21 Local**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política,

Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BONAT, Debora. **Representação e participação políticas: a crise do modelo liberal e sua reestruturação através da democracia participativa**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

BOUDON, Raymond & BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ed. Ática, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius, 1996.

_____. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Campinas: Papius, 2000.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 13, n° 38, out. 98**. São Paulo: ANPOCS, 1998. p. 5-37.

CAILLÉ, Alain. Dádiva e associação. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.) **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis: Vozes, 2002.

- CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Física. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- CHAYANOY, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2006.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. Brasília: Senado Federal, 1996.
- CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Saberes patrimoniais pesqueiros. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 7, jan./jun. 2003**. Curitiba: Ed. UFPR, 2003.
- DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: por uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- DEMO, P. **Pobreza política**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez, 2001.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- DIEGUES, A. C. **A interdisciplinaridade nos estudos do mar: o papel das ciências sociais**. Conferência proferida na XV Semana de Oceanografia, Instituto Oceanográfico da USP, Outubro, 2003.

- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FABIANO, Roberto Bruno. **Conflitos socioambientais e gestão integrada e sustentável de recursos pesqueiros: estudo de caso sobre a atividade de carcinicultura na área da Lagoa de Ibiraquera (municípios de Imbituba e Garopaba, SC)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.
- FREITAS, Rodrigo Rodrigues de. **Mudanças na paisagem da Lagoa de Ibiraquera e a gestão da fauna silvestre**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.
- GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOLDBOUT, J. T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 13, nº 38, out. 98**. São Paulo: ANPOCS, 1998. p. 39-51.
- GOLDBOUT, J. T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- GOULART, Giselle Alves. **A gestão socioambiental num contexto de cultura política clientelística. Estudo de caso na área da Lagoa de Ibiraquera, município de Imbituba/SC, no período de 1997 a 2004**. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Curso de Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

- HARO, Martinho A. P. de. (org.). **Ilha de Santa Catarina; relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX.** Florianópolis: Ed. UFSC: Ed. Lunardelli, 1996.
- KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1982.
- LAGO, Mara Coelho de Souza. **Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.
- LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Revista de sociologia e política, jun. 2000, n° 14.** Curitiba: UFPR. p. 173-194.
- MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico ocidental: um relato de empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. In.: **Coleção Os Pensadores.** São Paulo: Vozes, 1978.
- _____. **Um diário no sentido estrito do termo.** Rio de Janeiro: Record, 1997.
- MATURANA, H. **A ontologia da realidade.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: formas e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____ **Sociologia e antropologia, Vol. II.** São Paulo: EDUSP, 1974.
- MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.
- MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____ **Sobre representações sociais.** (Mimeo) Florianópolis: Laboratório de psicossociologia da comunicação e da cognição social, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 1985.
- MOURÃO, F. A. A. **Os pescadores do litoral sul de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial.** São Paulo: Hucitec/NUPAUB/CEC, 2003.

- OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000.
- PASCO, Jesús J. Malpartida. **Determinação da sobrevivência e crescimento de juvenis de *Farfantepenaeus paulensis* (Perez-Farfante, 1967) cultivado em baixas densidades com vistas a um futuro programa de repovoamento da Lagoa de Ibiraquera, Imbituba, Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado em Aqüicultura, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.
- PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1994.
- PEIRANO, M. G. S. A favor da etnografia. In: **Série Antropológica no. 130**. Brasília: Departamento de Antropologia: Instituto de Ciências Sociais: UnB, 1992.
- _____. Max Weber e a antropologia. Micro-etnografia & macro-sociologia: religião e política nas *histórias teóricas* das ciências sociais. In: Souza, Jessé (org.) **A atualidade de Max Weber**. Brasília: Ed. Unb, 2000.
- PETERSEN, P. Abordagens participativas para o desenvolvimento local. In.: PETERSEN, P.; ROMANO, J. O. (org). **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA, Actionaid, 1999.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PRADO, Simone Moutinho. **Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ**. Niterói: EdUFF, 2002.
- RAHNEMA, Majid. Participação. In.: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento do poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- REIS, Fábio Wanderley. Weber e a ciência social atual: notas sobre três temas. In: Souza, Jessé (org.) **A atualidade de Max Weber**. Brasília: Ed. Unb, 2000.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. In: **Série Antropologia, n° 383**. Brasília: Unb, 2005.

ROSAR, D. B. (a) **Tramando redes, criando vínculos: um estudo etnográfico sobre relações “econômicas” em Ibiraquera – SC**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Centro de Ciências Jurídicas Políticas e Sociais – Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2004.

_____ (b) **Porto Novo: a pesca da tainha no litoral de Santa Catarina**. (vídeo). Florianópolis: NMD/UFSC, 2004.

SACHS, I. (a) **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. (b) **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SEIXAS, C. S. **Social-ecological dynamics in managements systems: investigating a coastal lagoon fishery in southern Brazil**. Ph. D. Thesis. The University of Manitoba, Canada, 2002.

SEIXAS, C. S. & BERKES, F. Mudanças socioecológicas na pesca da Lagoa de Ibiraquera, Brasil. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F. & SEIXAS, C. S. (org.). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005. p. 133-146.

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução à sociologia política: política e sociedade na modernidade tardia**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SILVA, M. K. & MARQUES, P. E. M. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S., SILVA, M. K. & MARQUES, P. E. M. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 9-20.

- SIMINSKI, A. **Atores sociais e desenvolvimento local: a participação no caso da microbacia de Nova Teutônia, Seara – SC.** Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- VIEIRA, P. F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, E. J.; LEIS, H. R.; SCHERER-WARREN I.; GUIVANT, J. S.; VIEIRA, P. F. & KRISCHKE, P. J. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.
- VIEIRA, P. F.; BERKES, F. & SEIXAS, C. S. Introdução. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F. & SEIXAS, C. S. (org.). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências.** Florianópolis: Secco/APED, 2005. p. 13-42.
- VIEIRA, P. F. Gestão de recursos comuns para o ecodesenvolvimento. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F. & SEIXAS, C. S. (org.). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências.** Florianópolis: Secco/APED, 2005. p.333-377.
- WEBER, Jacques. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: VIEIRA, Paulo Freire & WEBER, Jacques (org.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental.** São Paulo: Cortez, 1997.
- WEBER, Max. A dominação. In: CARDOSO, F. H. & MARTINS, C. E. **Política & sociedade: volume 1.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.
- _____. Os três tipos puros de dominação legítima. In: _____. **Sociologia.** São Paulo: Ed. Ática, 2006.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste.** São Paulo/Brasília: HUCITEC/ Edunb, 1995.

ANEXO I

FÓRUM DA AGENDA 21 LOCAL DA LAGOA DE IBIRAQUERA

ESTATUTO

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo 1º - Este Estatuto estabelece normas de organização e funcionamento do FÓRUM DA AGENDA 21 LOCAL DA LAGOA DE IBIRAQUERA, doravante chamado de Fórum, compreendendo as seguintes comunidades: Alto Arroio, Araçatuba, Arroio, Barra, Campo D'Una, Grama, Ibiraquera e Limpa, tendo como sede os municípios de Imbituba e Garopaba, estado de Santa Catarina, fundada no dia 9 de março de 2002, com o tempo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II- DAS FINALIDADES

Artigo 2º - O Fórum deverá:

a – na primeira etapa de funcionamento, elaborar a Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera, definindo e legitimando regras de participação, capacitando os participantes, formando grupos de trabalho e parcerias institucionais, coletando e sistematizando dados para um diagnóstico participativo de potencialidades e vulnerabilidades locais, priorizando problemas em função do diagnóstico e das aspirações dos habitantes, identificando e elaborando projetos de desenvolvimento local orientados no sentido do enfrentamento dos problemas, em sintonia com as ações previstas no Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO-SC) e nos Planos de Desenvolvimento dos municípios de Garopaba e Imbituba;

b - na segunda etapa, concentrar-se na busca de implementação dos projetos selecionados, estimulando para tanto a realização de estudos técnicos de viabilidade adicionais, fortalecendo e ampliando as parcerias institucionais e o processo de capacitação profissional, aperfeiçoando mecanismos de gestão interna e participando da criação de Fóruns municipais da Agenda 21 em Imbituba e Garopaba.

CAPÍTULO III - DA COMPOSIÇÃO

Artigo 3º - O Fórum é composto por representantes de órgãos da Administração Pública e da Sociedade Civil Organizada, devidamente registrados no cadastro nacional de pessoas jurídicas, em número aberto de membros.

§ único - A participação dos representantes da Sociedade Civil Organizada deverá ser no mínimo paritária á participação dos representantes da Administração Pública.

Artigo 4o - O pleito das entidades deverá ser analisado pela Diretoria Executiva antes de ser submetido à votação nas reuniões ordinárias da Plenária.

Artigo 5º - No rol dos integrantes do Fórum deverão obrigatoriamente estar incluídos representantes, com direito a voto, das associações comunitárias existentes na área da Lagoa de Ibiraquera.

§ único - As entidades integrantes do Fórum são aquelas aceitas na Plenária, sendo obrigatória a participação de pelo menos um membro e respeitando-se o critério mencionado no Artigo 3º .

Artigo 6º - Cada entidade participante indicará e manterá, segundo critérios próprios, um membro Titular e um Suplente para representá-la, desde que os mesmos não representem outra entidade no mesmo Fórum, tendo direito à apenas um voto quando isto se fizer necessário nas reuniões ordinárias.

§ único - As entidades representadas terão o direito de substituir seus membros representantes sempre que for necessário, devendo os motivos da substituição serem mencionados em ata da entidade correspondente - contanto que este ato não prejudique os trabalhos do Fórum - e enviados à Diretoria Executiva através de documento impresso ou eletrônico (e-mail).

CAPÍTULO IV- DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º - O Fórum terá a seguinte estrutura:

I – Plenária;

II - Diretoria Executiva, formada pelo(a) Presidente e Vice, pelo(a) Diretor(a) Administrativo(a) e Vice, pelo(a) Diretor(a) Financeiro(a) e Vice e pelo(a) Diretor(a) de Comunicação e Vice;

III - Comissão Coordenadora, formada por Coordenadores de Grupos de Trabalho.

§ 1º - A Plenária será composta pelos membros titulares do Fórum, ou pelos seus respectivos suplentes nos casos de ausência do titular.

§ 2º - A Diretoria Executiva será eleita pela Plenária, para um mandato de um ano, com possibilidade de ocorrer apenas uma reeleição consecutiva.

§ 3º - A Comissão Coordenadora deverá assegurar a integração dos Grupos de Trabalho e levar os resultados para as reuniões Plenárias, sejam elas ordinárias ou extraordinárias.

CAPÍTULO V- DAS COMPETÊNCIAS

Seção I - Dos membros do Fórum:

Artigo 8º - Compete a cada membro do Fórum:

I - Comparecer as reuniões plenárias;

II - Debater a matéria em discussão, em consonância com a posição da entidade que representa;

III - Requerer informações e esclarecimentos à Diretoria sobre assuntos em discussão nas Plenárias, transmitindo-os e discutindo-os com sua entidade e com a sua comunidade;

IV - Propor temas e assuntos para discussão e deliberação na Plenária, em consonância com a posição da entidade e da comunidade que representa.

§ único - O exercício das funções de membro do Fórum é voluntário, sem remuneração, considerado como prestação de serviços relevantes aos municípios de Imbituba e Garopaba (SC).

Seção II - Da Plenária

Artigo 9º - A Plenária é o órgão superior deliberativo e normativo do Fórum.

Artigo 10º - São atribuições da Plenária:

I - Discutir e deliberar sobre assuntos relativos à consecução das finalidades do Fórum previstas no Artigo 2º deste Regimento Interno;

II - Sancionar a escolha dos membros que compõem a Comissão de Organização do Fórum;

III - Eleger anualmente a Diretoria, dentre os membros participantes do Fórum;

IV - Apreciar os atos da Diretoria, quando praticados "AD REFERENDUM";

V – Acompanhar o funcionamento dos Grupos de Trabalho;

VI - Deliberar sobre os casos omissos no presente Estatuto.

Artigo 11o - A Plenária deverá se reunir no mínimo uma vez a cada 60 (sessenta) dias.

Seção III - Da Diretoria Executiva

Artigo 12º - Compete ao Presidente:

I - Coordenar as reuniões plenárias;

II - Propor à Plenária a pauta das reuniões ordinárias e extraordinárias;

III - Supervisionar e acompanhar os trabalhos da Comissão Coordenadora;

IV - Convocar extraordinariamente as Plenárias;

V - Coordenar e supervisionar todas as atividades que fazem parte da dinâmica de elaboração e implementação do Fórum;

VI - Assumir a decisão em contextos de urgência ou inadiáveis, submetendo-a à apreciação da Plenária na reunião seguinte;

VII - Propor a criação de Grupos de Trabalho e submeter a proposta à apreciação da Plenária, contando para tanto com a participação de, pelo menos, um membro de cada uma das comunidades situadas na área, de um especialista na temática do grupo - para análise de problemas e projetos relevantes - e de um representante do Poder Público;

VIII - Exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pela Plenária;

IX - Representar o Fórum, ativa e passivamente em todos os atos judiciais e extrajudiciais;

X – Fazer cumprir este Estatuto.

Artigo 13o – Compete ao Vice-Presidente:

I – Substituir o Presidente em seus impedimentos.

II – Executar tarefas que lhe forem delegadas pelo Presidente.

Artigo 14o - Compete ao Diretor(a) Administrativo(a):

- I - Preparar e distribuir a pauta das reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II – Convocar e secretariar as reuniões;
- III - Elaborar as atas das reuniões e a redação preliminar de todos os documentos que forem expedidos pelo Fórum;
- IV - Organizar e manter um banco de dados relativo às atividades do Fórum;
- V - Encaminhar aos órgãos competentes as solicitações de recursos humanos, técnicos, administrativos e financeiros necessários ao desempenho regular das atividades do Fórum;
- VI - Receber, coletar, registrar e arquivar dados e informações necessárias à execução das atividades administrativas do Fórum.

Artigo 15o - Compete ao Diretor(a) Financeiro(a) apresentar anualmente e manter atualizado um balanço documentado de toda a movimentação financeira do Fórum, para posterior aprovação nas reuniões Plenárias

Artigo 16o - Compete ao Diretor(a) de Comunicação utilizar-se dos mais variados meios de comunicação (internet, jornais, emissoras de rádio, cartazes, televisão, etc.) para a divulgação das reuniões, das decisões que forem tomadas e das atividades regulares do Fórum.

Artigo 17o – Compete aos Vice-Diretores(as):

- I – Substituir o respectivo Diretor(a) em seus impedimentos;
- II – Executar tarefas que lhe forem delegadas pelos respectivos Diretores(as).

Artigo 18o - A Diretoria Executiva deverá se reunir a cada 30 (trinta) dias, ficando garantidas no mínimo 02 (duas) reuniões no intervalo das Plenárias ordinárias.

Seção IV - Da Comissão Coordenadora

Artigo 19º - Compete à Comissão Coordenadora:

- I – Assegurar a integração dos Grupos de Trabalho que tratam das temáticas indicadas nas reuniões Plenárias, em articulação com o setor governamental, criando as melhores condições possíveis para o desenrolar das discussões nas mesmas;
- II - Apresentar periodicamente, nas reuniões Plenárias, as informações consideradas pertinentes - dados, pareceres e estudos técnicos - sobre as condições socioambientais e sobre o processo de elaboração e implementação de projetos de desenvolvimento na área da Lagoa de Ibiraquera;
- III - Assessorar a Diretoria Executiva do Fórum.

§ único – A Comissão Coordenadora será composta pelos coordenadores dos Grupos de Trabalho e terá um coordenador eleito pelos seus membros, por maioria simples, com mandato de doze meses.

Seção V - Dos Grupos de Trabalho

Artigo 20o - Os grupos de trabalho serão constituídos por membros que possuam perfil específico para cada área temática, ouvida a Comissão Coordenadora, sendo que cada grupo deverá eleger - por maioria simples - o seu respectivo coordenador.

Artigo 21o - Compete aos Grupos de Trabalho:

I - Prestar assessoria técnica-científica permanente, subsidiando o Fórum com dados, pareceres e estudos técnicos necessários ao desenvolvimento de suas atividades, especialmente nas áreas de pesquisa básica, pesquisa aplicada e tecnológica, fiscalização e avaliação institucional;

II - Subsidiar a busca de articulação institucional entre o setor produtivo, o setor governamental e a sociedade civil organizada atuando na área da Lagoa de Ibiraquera;

III - Emitir pareceres técnicos sobre propostas de prestação de serviços.

Artigo 22o - Os grupos de trabalho deverão se reunir a cada 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO VI - DAS REUNIÕES PLENÁRIAS

Artigo 23º - O Fórum reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses, em local, data e hora escolhidos em comum acordo pelos membros da Plenária; e também em caráter extraordinário, em função de necessidades emergenciais.

Artigo 24º - O comparecimento dos membros às reuniões ordinárias e extraordinárias é obrigatório.

§ 1º - Perderá o mandato o membro que faltar, sem justificativa, a mais de duas reuniões consecutivas no período de um ano, devendo ser solicitada a sua substituição junto à entidade que representa.

§ 2º - A entidade deverá encaminhar um novo representante num prazo máximo de dois meses. A não substituição implicará na perda de representatividade, sendo que uma nova entidade poderá ser nomeada de acordo com os critérios estabelecidos no capítulo III deste Estatuto.

Artigo 25º - As reuniões da Plenária serão abertas ao público não credenciado, mas sem direito a voto.

Artigo 26º - As reuniões da Plenária obedecerão à seguinte ordem:

I - Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;

II - Apresentação de informes e de assuntos gerais de interesse das comunidades;

III- Elaboração da proposta de pauta da reunião em curso e aprovação da mesma;

IV - Debates e encaminhamentos constantes da pauta;

V - Proposta de pauta, local e data para a próxima reunião;

VI - Encerramento.

Artigo 27º - O quorum mínimo para realização de Reuniões Plenárias será de metade mais um dos membros titulares participantes do Fórum com direito a voto.

Artigo 28º - Nos debates, a mesa diretora deverá buscar a solução de eventuais discordâncias pela via do consenso.

Artigo 29º - Caso o consenso não seja atingido, tornando necessária uma votação, esta será simples, podendo também ser nominal, por solicitação de 1 (um) membro da Plenária, devendo a sua posição ser registrada em ata.

Artigo 30º - As decisões da Plenária deverão ser tomadas por maioria simples dos membros presentes.

Artigo 31º - Das reuniões da Plenária serão lavradas atas, que serão lidas e submetidas à aprovação dos membros do Fórum na reunião subsequente.

Artigo 32º - Das atas constarão, no mínimo, os seguintes tópicos:

- I - Local, data e hora da abertura da reunião;
- II - Sumário do expediente, relação das matérias lidas, registro das proposições apresentadas e das comunicações transmitidas;
- III - Resumo das matérias incluídas na pauta, com a indicação dos membros que participaram dos debates e seus resultados;
- IV - Declaração de voto, se requerido;
- V – Deliberações;
- VI - Assinatura do Diretor(a) Administrativo(a) e do Presidente.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 33º - O presente Estatuto poderá ser alterado mediante proposição dos membros do Fórum.

§ 1º - As propostas de alteração serão encaminhadas ao Presidente para serem distribuídas e lidas por todos os membros do Fórum, juntamente com a agenda da próxima reunião.

§ 2º - As propostas de alteração deverão ser aprovadas por 3/5 dos membros do Fórum com direito a voto.

Artigo 34º - Excepcionalmente, e enquanto durarem os trabalhos de implantação do Fórum, os trabalhos serão Coordenados por uma Comissão de Organização do Fórum, composta por membros vinculados ao Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

§ único - A Comissão de Organização do Fórum terá as mesmas atribuições previstas para a Diretoria Executiv e Comissão Coordenadora neste Estatuto, e se extinguirá na Primeira Reunião Ordinária da Plenária do Fórum, quando deverá, obrigatoriamente, ocorrer a eleição para a composição da primeira Diretoria.

Artigo 35º – O Fórum, somente será dissolvido por decisão de pelo menos 2 /3 (dois terços) dos membros titulares ou suplentes com direito a voto em Plenária.

Artigo 36o – A receita do Fórum será formada por contribuição das entidades, donativos recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, auxílios e subvenções dos poderes públicos, convênio com entidades governamentais ou não governamentais, nacionais e internacionais, promoções, recursos próprios e bens legados, doados ou por qualquer título adquiridos.

Artigo 37o – Em caso de dissolução do Fórum, pagas as dívidas, o seu patrimônio será doado a uma entidade com os princípios identificados com o do Fórum e aprovados pela Plenária.

Artigo 38o – As entidades que integram o Fórum não respondem, nem pessoal, nem subsidiariamente, pelas obrigações sociais e financeiras do Fórum.

Artigo 39o – O presente estatuto foi aprovado por unanimidade das entidades presentes no Fórum, realizado no dia 30 de novembro de 2002, entrando em vigor nesta data para que produza todos os seus efeitos legais.

Imbituba, 30 de novembro de 2002

Edovirgem Vieira
Presidente do Fórum da Agenda 21
Local da Lagoa de Ibiraguera